



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CÍNTIA LIMA GONZAGA

**O DISCURSO POLÍTICO DA GÊNESE DO MATOPIBA: ANÁLISE DA ATUAÇÃO
PARLAMENTAR**

Brasília-DF

2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CÍNTIA LIMA GONZAGA

**O DISCURSO POLÍTICO DA GÊNESE DO MATOPIBA: ANÁLISE DA ATUAÇÃO
PARLAMENTAR**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia do Instituto de
Ciências Humanas- Pós GEA/IH/UnB.

Área de concentração Gestão Ambiental e
Territorial.

Orientador: Prof.º Dr. Juscelino Eudâmidas
Bezerra

Brasília-DF

2020

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

LG642d Lima Gonzaga, Cíntia
O DISCURSO POLÍTICO DA GÊNESE DO MATOPIBA: ANÁLISE DA
ATUAÇÃO PARLAMENTAR / Cíntia Lima Gonzaga; orientador
Juscelino Eudâmidas Bezerra. -- Brasília, 2020.
94 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Geografia) --
Universidade de Brasília, 2020.

1. Região. 2. Discurso político. 3. Congresso Nacional.
4. Matopiba. I. Eudâmidas Bezerra, Juscelino, orient. II.
Título.

CÍNTIA LIMA GONZAGA

**O DISCURSO POLÍTICO DA GÊNESE DO MATOPIBA: ANÁLISE DA ATUAÇÃO
PARLAMENTAR**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Juscelino Eudâmidas Bezerra-UnB
Orientador

Prof. Dr. *João Mendes* da Rocha Neto-UnB
Membro da banca

Prof. Dr. *Neio Lúcio* de Oliveira Campos- UnB
Membro da banca

Brasília-DF

2020

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho aos meus pais Hildete Lima Gonzaga e Cloves Pereira Gonzaga, por entender e compreender a minha vida acadêmica mesmo sem nunca ter acesso à universidade. Agradeço imensamente aos meus irmãos, Clevson Lima Gonzaga e Shirlei Lima Gonzaga por dar forças nessa jornada árdua e meu sobrinho Davi Gonzaga Stankowski.

Agradeço às minhas amigas Angela Maria Anes Pereira e Juliana Anes Pereira por me abrigar nos primeiros meses em Brasília até eu ir morar na Colina, Bloco K apartamento 306 com as mulheres mais incríveis que já conheci: Anastasiya Golets, Samara Martins Silva, Iara Oliveira Fernandes, Marta Molina, Stefânia Knebel, que compartilharam comigo durante 2 anos o mesmo teto, me orientaram e me ajudaram a superar cada obstáculo até aqui.

Agradeço também, todas às outras mulheres que estão distantes, mas que tiveram um papel muito importante na minha vida: Jéssica Celina Barbosa Salomão (in memoriam), Vanessa Cristina de Souza Ribeiro, Magda Rosa dos Reis, Sara Emanuela Nascimento dos Reis, Evile Cristina Macedo, Silva Cristina de Souza Oliveira, Angélica Silva Rubia e Lorrany Natielle Cardoso Rocha, por cada minuto doado. Aos meus queridos amigos e geógrafos Luís Paulo Campos Soares, Ueliton Basílio de Souza, Licia Gabriela Mello de Paiva Reize, Indiria Tibolla Alexandre de Souza, Pablo Alves de Souza e Souza e Wellington Matos Pereira que me motivaram desde da especialização amar a Geografia.

Agradeço aos amigos do Georedes (GeoVale para os íntimos), que fiz durante essa caminhada: ao Orimar Santana Sobrinho, pela ajuda e paciência em compreender as minhas dificuldades; o André Vieira Freitas, Werlen Gonçalves Raasch, Larissa Alves de Sousa e Vitor João Ramos Alves por esclarecer as minhas dúvidas e ajudar a compreender os conceitos da Geografia.

Agradeço minhas amigas que Brasília e o Levante Popular da Juventude me deu: a Adda Luísa de Melo Sousa, Cintia Lorena da Silva Isla que sempre estiveram presentes e dispostas para ouvir minhas angústias, e a Gabriela de Souza Carvalho pelo artigo que quase não saia, mas deu certo e por cada momento compartilhado ao longo desse mestrado.

Por último e não menos importante, é claro! Agradeço meu jovem orientador Juscelino Eudâmidas Bezerra pela compreensão e cuidado ao longo desse mestrado.

Por fim, agradeço ao POSGEA-UnB e a CAPES, pelo apoio institucional e financeiro para o desenvolvimento dessa dissertação em tempos tão sombrios para à educação.

3 de maio de 1889. 13 horas. Sessão Imperial de Abertura da Assembleia Geral Legislativa. Quarta Sessão Legislativa da 20ª legislatura. Plenário. O Imperador D. Pedro II, em sua “Fala do Trono”, declara: “(...) Em virtude da emancipação civil que decretastes na sessão transacta, vai prosseguindo regularmente a substituição do trabalho, sem os abalos profundos que em toda parte succederam a crises desta natureza. A classe agricola comprehendeu que ficara inutil e sem valia uma propriedade que nem era mais susceptivel de posse, e inaugurou resolutamente o novo regimen, do qual provirá a regeneração e o augmento das industrias.

O governo tem auxiliado, com os meios que lhe concedestes, esse movimento de transformação economica e social.

(...) Não têm sido menos sollicitos os altos poderes do Estado em auxiliar a agricultura e outras industrias, favorecendo a corrente immigratoria, já avolumada, e em grande parte espontanea, pelos exemplos de prosperidade dos estrangeiros que procuram a nossa patria. Ascenderam as entradas, o anno passado, ao numero de 131.000 immigrantes; as dos ultimos mezes annunciam resultado maior”.

Deixa claro a necessidade de uma reforma agrária para completar a abolição: “Para fortalecer a immigração e augmentar o trabalho agricola importa que seja convertida em lei, como julgar vossa sabedoria, a proposta para o fim de regularizar a propriedade territorial e facilitar a aquisição e cultura das terras devolutas. Nessa occasião resolvereis sobre a conveniencia de conceder ao Governo o direito de desapropriar, por utilidade publica, os terrenos marginaes das estradas de ferro que não são aproveitadas pelos proprietarios, e podem servir para nucleos coloniaes”.

E encerra afirmando:

“(...) Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação. Muito haveis feito pelo progresso e felicidade de nossa Patria; porém muito resta ainda por fazer em uma nação nova, de extenso territorio cheio de riquezas naturaes, e votada pela Providencia aos mais esplendidos destinos. Si é grande o encargo que assumis, não é menor o vosso patriotismo, e o Brazil o recorda com a mais segura confiança. Está aberta a sessão.

Dom Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil.”)

Em resposta à “Fala do Trono”, a Câmara dos Deputados assim se posiciona: “A Camara dos Deputados lisonjeia-se de saber que o generoso acto de redempção civil praticado na sessão transacta, longe de produzir os abalos que succederam em toda a parte a semelhantes transmutações, não desorganizou sensivelmente o trabalho, cujos braços vão sendo substituidos de modo regular. E Deus ha de permitir, Senhor, que, pela regeneração e crescimento das industrias, sob o regimen muito mais fecundo do trabalho livre, seja applaudida geralmente a reforma, que, si extinguiu uma propriedade sem valia, não mais susceptivel de posse, foi a um tempo obra de reparação social e de reconstrucção economica”.

(Casimiro Neto,2003)

“Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”
Michel Foucault

"Nenhuma análise de um texto é suficiente para nos esclarecer acerca de tudo que pode ser dito a seu respeito"
Norman Fairclough

RESUMO

As mudanças propiciadas pela modernização da agricultura ainda marcam o território brasileiro com a expansão da fronteira agrícola. Conformada por grupos empresariais e pela ação do Estado cujos representantes demonstram perfeita sintonia na constituição de antigos e novos projetos para a expansão do agronegócio no país. A presente pesquisa tem por objetivo compreender a gênese da região Matopiba (delimitada no bioma Cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins Piauí e Bahia) no discurso parlamentar a partir da análise dos discursos dos políticos que foram vocalizados no Congresso Nacional no período de 2009 a 2019. São analisadas falas de parlamentares, as ações políticas para a conformação da região com base nas diretrizes propostas de modo a conformar uma nova região de expansão do agronegócio. A orientação do trabalho é referenciada na compreensão de que o discurso enquanto prática motivou o processo de consolidação da região. Para a realização da pesquisa utilizou-se as técnicas de Análise do Discurso com o intuito de compreender a formação discursiva dos enunciados nos temas mais recorrentes encontrados em atas, notas taquigráficas, audiências públicas e comissões. O discurso foi um elemento de construção chave na criação da região, construindo um espaço de significados com implicações diretas para o desenvolvimento de projetos para a região do Matopiba e um visível acirramento dos conflitos socioambientais.

Palavras-chave: Região, Discurso político, Congresso Nacional, Matopiba.

ABSTRACT

The changes brought about by the modernization of agriculture still mark the Brazilian territory with the expansion of the agricultural frontier. It is formed by business groups and by the action of the State, whose representatives show perfect harmony in the constitution of old and new projects for the expansion of agribusiness in the country. This research aims to understand the genesis of the Matopiba region (delimited in the Cerrado biome in the states of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia) in parliamentary discourse from the analysis of the speeches of politicians who were vocalized in the National Congress from 2009 to 2019. Speeches from parliamentarians are analyzed, as are political actions to shape the region based on the proposed guidelines in order to shape a new region of agribusiness expansion. The orientation of the work is referenced in the understanding that the discourse as a practice motivated the process of consolidation of the region. To carry out the research we used the techniques of Discourse Analysis in order to understand the discursive formation of the most recurrent themes found in minutes, tachygraphs, public audiences and commissions. The discourse was a key building block in the creation of the region, building a space of meaning with direct implications for the development of projects for the Matopiba region and a visible escalation of socio-environmental conflicts.

Keyword: Region, Political discourse, National Congress, Matopiba.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
CAPÍTULO 01: O DISCURSO ENQUANTO AÇÃO	22
1.1 Formação do parlamento brasileiro.....	29
1.2 A região como artefato.....	31
CAPÍTULO 02: O DISCURSO DA CRIAÇÃO DO MATOPIBA	36
2.1 O Matopiba nos discursos da Câmara dos Deputados Federal de 2009 a 2014	47
2.2 As contradições no decreto do Matopiba.....	53
2.3 Frente Parlamentar do Matopiba.....	63
CAPÍTULO 03: PLANOS E AÇÕES PARA A REGIÃO DO MATOPIBA.....	64
3.1 Os discursos das diretrizes do Matopiba no Congresso Nacional	64
3.1.1 Classe Média Rural	70
3.1.2 Infraestrutura, Logística, Inovação e Tecnologia.....	74
3.2 Qual o futuro do Matopiba?	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
APÊNDICE	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos selecionados da Câmara dos Deputados Federal.....	20
Quadro 2 - Documentos selecionados da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA do Senado Federal	20
Quadro 3 - Membros dos ministérios do Decreto do Matopiba	55
Quadro 4 - Membros do Poder Executivo dos estados.....	56
Quadro 5 - Representantes do Poder Executivo dos municípios.....	56
Quadro 6 - Representantes do setor empresarial	56
Quadro 7 - Representantes sindicais.....	57
Quadro 8 - Representantes das Universidades	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização da região do Matopiba	43
Figura 2 - Mapa dos empreendimentos do PAC no Matopiba	45

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AATR-Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais
AD- Análise do Discurso
BA-Bahia
BCG-Boston Consulting Group
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CGDCMR- Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Classe Média Rural
CNA- Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil
CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRA- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
DEM-Democratas
DMS-Departamento de Integração e Mobilidade Social
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GITE – Grupo de Inteligência Territorial Estratégica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JICA – Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional

MA- Maranhão

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPOG – Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento

MT- Mato Grosso

ONGs- Organizações não Governamentais

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDA-MATTOPIBA – Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATTOPIBA

PDA-MATTOPIBA – Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATTOPIBA

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PEN- Partido Ecológico Nacional

PI- Piauí

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND- Plano Nacional de Desenvolvimento

PP- Partido Progressista

PR- Partido da Republica

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado

PSB- Partido Socialista Brasileiro

PSD- Partido Social Democrático

PSD- Partido Social Democrático

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

PT- Partido dos Trabalhadores

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

PTN- Partido Trabalhista Nacional

Revista NERA- Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

RICD-Regimento Interno da Câmara dos Deputados

RPA – Regiões Produtivas do Agronegócio

RS- Rio Grande do Sul

SD- Solidariedade

SMC -Secretária de Modalidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo

SP- São Paulo

TO- Tocantins

1. INTRODUÇÃO

O cenário da produção agrícola no Brasil foi construído a partir das políticas públicas incentivadas pelo Estado. Essas transformações que ocorreram na metade do século XX, resultou na modernização da produção no campo do território brasileiro possibilitando a alta produção de grãos e a competitividade agrícola visando o mercado internacional para exportação.

Essa modernização agrícola possibilitou o uso de técnicas para o desenvolvimento das atividades como o uso de produtos e insumos agrícolas para o cultivo de lavouras, maquinário agrícola, entre outros. Esse período também é marcado pela inovação no setor de logística com a construção de rodovias e ferrovias para auxiliar na exportação da produção de grãos, fortalecendo o desenvolvimento da indústria da agricultura construindo o caminho para a incursão do capital financeiro, subsidiado pelo Estado.

Desse modo, o setor agropecuário fortaleceu suas bases políticas, tecnológicas e científicas tornando o campo cada vez mais organizado para um novo modelo de produção apoiado em atividades que propagaram pelo território, como os centros de pesquisas; empresas para suporte técnico em atividades agrícolas; serviços especializados; e a criação de cursos voltados para o setor de produção, difundido assim o agronegócio globalizado (ELIAS, 2016). Os novos modelos de produção expandiram na região do Cerrado nos últimos anos fortalecendo o setor agrícola com inovação, infraestrutura e tecnologia.

Assim, a expansão do agronegócio nas fronteiras agrícolas começara a delimitar regiões, implicando em uma nova configuração no recorte territorial e na articulação política. Com o desenvolvimento e a modernização criaram-se os sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2002) que desdobraram na constituição da última fronteira agrícola nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, e Bahia consolidada sobre o Cerrado brasileiro. Em um primeiro momento soava como BAMAPITO (FERNANDES, 2009) e depois nomeada de Matopiba pelo Decreto normativo 8.447, de 6 de maio de 2015.

A classe política e os grandes produtores da região foram os principais articuladores e financiadores desse projeto. Os estudos iniciaram a partir do ano de 2014 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), através do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foram caracterizadas as atividades territoriais do Matopiba.

Os estudos realizados pela Embrapa através da GITE caracterizam a “região como ferramenta” enquanto fator de demarcação estratégica para a expansão das atividades agrícolas (SOUZA e PEREIRA, 2019). Esses fatores estão diretamente relacionados aos processos de Land Grabbing e grilagem de terras incentivados pelo capital financeiro (FREDERICO, ALMEIDA e PEREIRA, 2019), resultando em altos índices de pobreza, desemprego e a desigualdade social (FAVARETO et al.,2019).

No contexto geral, a região do Matopiba tem como algumas de suas características a resistência das populações tradicionais, os conflitos acerca do domínio da terra e o abuso do uso da água pelo capital (MONZARDO e AZEVEDO, 2019). Além disso, a expansão da fronteira agrícola entra em confronto com as políticas ambientais e promovem impactos em comunidades, como na região Oeste da Bahia (SILVA et al., 2019). A partir das denúncias em atas de audiências públicas e informações veiculadas em sites de movimentos sociais e organizações, foram analisadas e separados em dois eixos, o primeiro: A expansão do agronegócio no Matopiba; e o segundo : Conflitos e resistências de populações tradicionais em áreas do agronegócio no Matopiba, baseado nos procedimentos definidos por Bardin (2008), identificou como os impactos em populações tradicionais são ocasionadas pela expansão por meio da articulação do capital na região do Matopiba (MONDRADO e AZEVEDO,2019).

Pesquisa como essas fundamentam a importância de analisar os discursos dos parlamentares e a relação dos discursos de produtores, registros textuais do Ministério da Agricultura e da Embrapa para identificar à prática tecnicista desses agentes que integram o setor agropecuário, com foco no domínio produtivo construído pelo discurso de colonos e investidores do setor do agronegócio que se autodenominam como os grandes aventureiros e desbravadores de regiões como a do Matopiba. (OLIVEIRA e BUHLER 2016). Além do mais, o discurso sobre o Cerrado está sempre relacionado aos recursos naturais que beneficia o cultivo de monoculturas, sua disponibilidade para fins produtivos encorajados de um discurso institucional desenvolvido sobre o bioma Cerrado (BUHLER e OLIVEIRA, 2018).

Neste contexto a presente pesquisa tem como intuito apresentar o discurso político, abordado como o hiperônimo¹ do sintagma discurso parlamentar (PAIVA,2007),

¹ A palavra pertence ao mesmo campo da semântica, indicando hiperônimo como elemento superior se opondo a hipônimo, como elemento inferior.

na consolidação da região do Matopiba. Considera-se que o discurso é um jogo de ação e reação, um jogo com estratégias, de dominação e de luta; ou também como espaço de articulação do poder e do conhecimento, pois a fala tem um lugar definido e um propósito (FOUCAULT,2005). Desse modo, construindo um campo de estrutura para além da compreensão teórica da formação de uma região, perpassando pelas influências do Estado, integrado pelas relações do Poder Legislativo.

Os debates que foram realizados para que chegassem no Decreto 8.447, de 6 de maio de 2015, foram vocalizados desde 2009 na Câmara dos Deputados Federal construindo uma narrativa que tomariam como resultado a conformação da região para gerar subsídios que pudessem suprir as necessidades e os interesses internos e externos do Congresso Nacional.

Decretada pela presidente Dilma Rousseff e executada na época pela ministra Kátia Abreu, a região do Matopiba foi instituída no cerrado brasileiro como a última fronteira agrícola do Brasil advinda da delimitação territorial realizada pela Embrapa representando o novo cenário do agronegócio no país.

A partir desse momento os investimentos por via Estado, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e investimentos privados de grandes empresas como o acordo firmado no evento “Dialogo Brasil-Japão” subsidiaram o setor produtivo agrícola investindo nas diretrizes determinantes do decreto, sendo: tecnologia, inovação, logística, infraestrutura e a classe média rural. Dessa forma, o Matopiba crescia dentro e fora do campo político. Internamente, os debates sobre o desenvolvimento da região foram tomando espaço e criando marcos representativos para assim crescer tanto o quadro político quanto emendas que iriam propiciar o seu desenvolvimento pautado no discurso econômico e sustentável. Por outro lado, na parte externa do desse campo político e de interesses, a intensificação dos conflitos socioambientais tomava grandes proporções gerados pelas disputas de terras, grilagens e a expansão do capital financeiro por empresas internacionais para expandir áreas da produção de *commodities* agrícolas na região. Embora essas práticas não são novas no bioma cerrado, em específico na região do oeste da Bahia, projetos como o PRODECER que pertenceu aos pacotes tecnológicos da Embrapa já haviam condicionado essa região com a intensificação dos desmatamentos do bioma Cerrado e contribui para a escassez dos recursos hídricos.

A representação política do Matopiba é característica da elite agrária formada desde a União Democrática Ruralista (UDR) principal organizadora da classe rural e dos grandes empresários rurais com o discurso autêntico que defendia o monopólio fundiário,

o uso da violência como repressão a reforma agrária e as lutas por terra e ainda uma nova representação patronal e a valorização do rural (CPDOC). Esse perfil “ruralistas” ainda ocupa os espaços com grandes influências no mercado internacional e de produção.

Essa elite agrária, como definida por Bruno (1997), estão ligadas diretamente em Bancadas, Frentes Parlamentares e Comissões que são formadas pelos grandes produtores e donos de terras em todo o território brasileiro. No contexto geral, dos Deputados Federais eleitos em 2008 em 2010, o total de hectares é entorno de 157.074,91 ha, e o de Senadores chega entorno de 78.786,93 ha no Brasil (CASTILHO, 2012). Atualmente Uma grande parte dessa elite agrária ocupa frentes parlamentares como a do Matopiba. Embaladas no discurso de desenvolvimento em prol do bem-estar, eles vão ocupando as cadeiras do Congresso Nacional e as terras da última fronteira agrícola.

Com a instabilidade política no país e a troca dos cargos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento entre os anos de 2015 e 2016 em um curto período de tempo o Matopiba saiu da agenda política como pauta principal do agronegócio e passou apenas a ser um projeto da Senadora Kátia Abreu. Após estacionado por quase quatro anos, o Matopiba volta ao cenário político em 2019 com a ativação da Frente Parlamentar do Matopiba solicitada pelo Senador Roberto Rocha (PSDB/MA).

Desse modo, buscou-se então identificar nos discursos dos parlamentares as intencionalidades nos processos que resultaram na criação da região do Matopiba. Sendo assim, não será dada ênfase nos demais trabalhos realizados nessa temática no contexto externo do Matopiba, mas sim, na sua construção dentro do campo político, dentro da “Casa do povo”.

Para a realização do primeiro capítulo, a inspeção teve como procedimento inicial entender a importância da Análise do Discurso para fundamentar o discurso enquanto ação e prática na difusão dos sistemas de ações e sistemas de objetos que direcionou e construiu uma imagem da região do Matopiba. Utilizamos do conceito de artefato para fundamentar os processos que emergiram as intencionalidades da gênese da região.

O segundo capítulo buscou-se apresentar nos registros orais da Câmara dos Deputados entre 2009 e 2014 como os discursos dos parlamentares tornou impulsionador na construção de marcos estruturantes como o Comitê Gestor, a Frente Parlamentar do Matopiba estabelecendo as estruturas na gênese da região.

No terceiro capítulo foram selecionados os discursos entre os anos de 2015 e 2016 proferidos em Comissões, reuniões extraordinárias e audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal após o Decreto 8.447, de 6 de maio de 2015,

que construíram uma formação discursiva entorno das diretrizes do projeto Matopiba. Assim, foram selecionados os temas: infraestrutura, classe média rural, inovação e tecnologia, e logística para orientar a análise dos discursos. Posteriormente, foram selecionadas as falas dos representantes do Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento e, da Senadora Kátia Abreu, extraídas das entrevistas realizadas em 2019 para responder “Qual o futuro do Matopiba?”.

E por fim, nas considerações finais buscou-se evidenciar com base nas diretrizes como os discursos produzidos teve como intuito construir estratégias e mecanismos que coordenou em uma região como ferramenta, dedicando-se em atender as demandas do agronegócio a partir do discurso da credibilidade da Senadora Kátia Abreu.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilizando das técnicas de Análise do Discurso (AD) que busca estudar o discurso e a relação entre língua, discurso e ideologia, logo podemos considerar que o discurso é o campo no qual as relações entre língua e ideologia criam os sentidos que são gerados através dos enunciados. Para Orlandi (2003)

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso- ideologia. Essa relação se complementa como fato de que, como diz Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpela do em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (ORLANDI, 2003, p. 17)

Desse modo, a AD está inserida entre Linguística e as Ciências sociais, e permite ao pesquisador(a) compreender o processo histórico de produção de sentidos. O discurso na AD é definido por Orlandi (2003, p.15) como a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, percurso e movimento. Assim, o pensamento da autora afirma que o discurso tem como determinante a formação discursiva, assim considerando que:

As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (ORLANDI,2009, p.42-43).

Portanto, a AD não possui no seu campo de pesquisa uma metodologia específica ou pronta. Os elementos constitutivos da base teórica indicam a construção feita pelo analista a partir do objeto, considerado como o corpus da pesquisa, e assim, os efeitos do sentido vão delineando o trabalho, dessa forma, a parte teórica andam juntas com a metodologia sem separá-las. A metodologia da análise incide na observação profunda que possibilitará a interpretação assumida pelos sujeitos, que estabelecem determinados

lugares a partir da regularidade dos enunciados que são apresentadas pela materialidade discursiva.

Assim, a linha de pesquisa proposta possui um caráter qualitativo e interpretativo visando compreender no contexto do objeto os sentidos e os fenômenos que são atribuídos aos sujeitos. Desse modo, o corpus da pesquisa foi organizado no recorte (ORLANDI,1989) e no enunciado (FOUCAULT,1995).

Para a orientação metodológica, buscou-se inicialmente delimitar o recorte da pesquisa nos registros orais (atas e notas taquigráficas) disponíveis no portal online da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. No momento posterior, foram selecionados os discursos de parlamentares que demonstraram em suas falas elementos que condizia como as propostas destacadas no Artº1 do decreto 8.447 de 6 de maio de 2015, consideradas como impulsionadores na estrutura da região que vai muito além da compreensão teórica da sua formação.

A coleta dos documentos foi realizada diretamente no portal online da Câmara dos Deputados. Para tal, utilizou-se no campo assunto a palavra “Matopiba”, resultando em um total de 183 registros com manifestações referentes a região do Matopiba que ocorreram desde ano 2009 até 2019.

Assim, para delimitar o campo de análise foram separados os discursos entre os anos de 2009 a 2019 considerando os enunciados mais emblemáticos, as influências no campo político, efetivação da agenda de atividades, e como o discurso dos parlamentares tornaram-se práticas para os anseios particulares. Para dar suporte a pesquisa, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas com representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). As duas primeiras foram com dois secretários que fizeram parte do corpo técnico da implantação do projeto na época; e a terceira com a Senadora Kátia Abreu (PDT-TO). As entrevistas foram relevantes para compreender o atual contexto do cenário da região a partir do olhar da ex-ministra e de outros agentes que atuaram como colaboradores na implantação do projeto.

No primeiro momento da pesquisa analisamos os discursos entre os anos de 2009 e 2014 considerando o período anterior ao Decreto 8.447, de 06 de maio de 2015, quando legitimou o Matopiba.

No segundo momento, separamos os discursos a partir do ano de 2015 que emitiram como mais ênfase assuntos relacionados aos temas de classe média rural, infraestrutura, logística, inovação e tecnologia. A delimitação dos temas foi estabelecida

com base no Art. 1º do decreto sendo considerados como diretrizes importantes para a consolidação da região do Matopiba.

Nesse sentido, tonou-se então mais pertinente analisar os documentos a partir dos recortes textuais para separar os enunciados. Em seguida procedeu-se a organização por reuniões, comissões e pela descrição dos sumários e os objetivos das reuniões, assim foram obtidos os seguintes documentos selecionados da Câmara dos Deputados Federal e do Senado Federal.

Quadro 1 – Documentos selecionados da Câmara dos Deputados Federal

COMISSÃO	SUMÁRIOS
COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	Esclarecimentos sobre o Plano Agrícola e Pecuário (Plano Safra) 2015/2016; proposta de Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA; Seguro Rural; Fitossanidade e contrabando de produtos; estradas vicinais; máquinas agrícolas e outros; Plano Nacional de Defesa Agropecuária; MATOPIBA, realizada no dia 25/03/2015.
COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	Debate sobre a implementação de políticas para o desenvolvimento econômico da região do MATOPIBA, realizada no dia 02/06/2015
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Discussão do Plano Nacional de Defesa Agropecuária - PDA e da Agência de Desenvolvimento do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), realizada no dia 27/08/2015

Fonte: Câmara dos Deputados Federal (2019)

Quadro 2 - Documentos selecionados da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA do Senado Federal

REUNIÃO	OBSERVAÇÕES/ DESCRIÇÕES
7ª Reunião extraordinária no dia 19/03/2015.	A reunião de hoje, caros colegas, destina-se à apresentação da Exma. Sr. ^a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento quanto às diretrizes, bem como os programas prioritários da sua Pasta, nossa colega, Senadora por Tocantins, Kátia Abreu.

<p>18ª Reunião extraordinária no dia 21/05/2015.</p>	<p>A reunião de hoje se destina à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 04, de 2015, aprovado no dia 12 de março, de autoria do Senador Wellington Fagundes e do Senador Blairo Maggi, e tem por finalidade conhecer e divulgar as atividades realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e seus impactos na agricultura e na pecuária brasileira.</p>
<p>25ª Reunião extraordinária realizada no dia 09/07/2015.</p>	<p>A presente audiência pública tem por finalidade debater o Programa Nacional de Reforma Agrária em nível nacional, especialmente a ocupação irregular de lotes, a situação dos assentados com relação à questão ambiental e a aptidão produtiva dos imóveis destinados à reforma agrária e viabilidade dos assentamentos no País, com o intuito de buscar alternativas para o aprimoramento desse processo.</p>
<p>26ª Reunião extraordinária realizada no dia 16/07/2015.</p>	<p>Destina à realização de audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 25, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que tem por finalidade apresentar e discutir os achados de auditoria realizada em 2012 pelo Tribunal de Contas da União quanto à execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), voltada para o público do Plano Brasil Sem Miséria, e acompanhamento das determinações e recomendações.</p>
<p>28ª Reunião extraordinária realizada no dia 13/08/2015.</p>	<p>A reunião de hoje atende ao Requerimento 43, do nosso Senador Waldemir Moka, que tem por finalidade debater as propostas de revisão do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, também denominado Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), com a presença do ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que hoje é coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas</p>
<p>04ª Reunião extraordinária realizada no dia 03/03/2016.</p>	<p>A reunião de hoje se destina à realização de uma audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 1, de 2016, de minha autoria, subscrito também pelo Senador Flexa Ribeiro, com a presença da Exma. Sr.^a Kátia Abreu, Senadora, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e as diretrizes e os programas prioritários do Mapa, para o ano de 2016.</p>
<p>22ª Reunião extraordinária realizada no dia 14/07/2016.</p>	<p>A audiência pública de hoje tem a finalidade de apresentar e discutir a Política de Seguro Rural no País, em cumprimento ao Requerimento nº 25, de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que foi designado por esta Presidência para preparar a Política Pública de Seguro Rural, tema que foi escolhido por esta Comissão para o debate deste ano e apresentação como contribuição em relação ao Seguro Rural.</p> <p>Informo que esta reunião é parte do processo, como eu disse, da avaliação da Política Pública de Seguro Rural, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 13, de 2016, em cumprimento ao disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.</p>

<p>27ª Reunião extraordinária realizada no dia 20/10/2016.</p>	<p>Objetivo de realizar audiência pública com a finalidade de voltar a discutir o tema do recenseamento agropecuário 2017. É exatamente para tratar do porquê e quais são os impactos que a não realização eventual no ano que vem representa para o próprio setor e para a própria imagem do nosso País, que não dispõe de estatísticas atualizadas sobre um setor que é vital para a economia brasileira.</p>
<p>21ª Reunião, extraordinária realizada no dia 23/08/2017.</p>	<p>A presente reunião destina-se à audiência pública com a finalidade de avaliar a estrutura, coordenação, integração, financiamento e gestão do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária: histórico, problemas e desafios futuros para a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio, em cumprimento ao Requerimento nº 20, de 2017, da CRA, de autoria da nossa grande e guerreira Senadora pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil.</p>

Fonte: Senado Federal (2019).

Nessa orientação foi possível identificar os discursos que deram base na conformação da gênese do Matopiba, com debates que foram criados em torno do protagonismo parlamentar buscando influenciar na construção política da condução de inovações e tecnologias.

CAPÍTULO 01: O DISCURSO ENQUANTO AÇÃO

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender (HANNAH ARENDT, 2007, p 188).

No que consiste o propósito do discurso político? Concerne a tudo o que toca à organização da vida em sociedade e ao governo da coisa pública (CHARAUDEAU, p.189,2013).

A Análise do Discurso de linha francesa surgiu na década de 1970 ligada a linguística e ao marxismo, com um projeto político de usar “a arma científica da linguística como um novo meio para abordar a política”, como aponta Malidier (1994, p.175). A AD teve a importante contribuição de Jean Dubois e Michel Pêcheux. Além dessa dupla função, outros pensadores do século XX também contribuíram para a AD, como Sartre, Althusser, Foucault, Deleuze, Lacan, Lévi-Strauss, Derrida, Bourdieu e entre outros.

No que tange os projetos epistemológicos de Pêcheux e Foucault, de modo geral, existem divergência e semelhanças. Pêcheux buscou construir a análise do discurso dialogando com a Linguística por meio da “Tríplice Aliança” entre Saussure, Marx e

Freud. Com o objetivo de construir “uma teoria materialista do discurso aliada a um projeto político de intervenção na luta de classes, a partir da leitura althusseriana do marxismo-leninismo” (GREGOLIN, 2004, p. 53.). Dessa forma, conciliou a teoria à prática política construindo o método de ‘análise automática’, considerada como a primeira fase da Análise do Discurso, ou a AD1. Para Pêcheux o discurso está associado aos conceitos provenientes da Linguística e do Materialismo Histórico. As definições atribuídas ao conceito surgem em meados da década de 60, com estudos sobre a Análise Automática do Discurso, onde o discurso é definido por elementos extralinguístico. As contribuições para o pensamento do autor foram fundamentadas aos conceitos da teoria marxista, como: estrutura e formação social, posições de classes e ideologias (NARZETI, 2010). Fairclough (1989) menciona que as contribuições do Pêcheux para o desenvolvimento de uma nova abordagem crítica à análise de discurso construíram uma base para o discurso político. Tendo seus principais vínculos as práticas políticas, com contribuições que desenvolveram a ideia de que a linguagem é uma “forma material e ideológica fundamentalmente importante”.

Nesse contexto, Silva e Sargentini (2005), também ressalta as contribuições de Pêcheux para as reflexões iniciais da Análise de Discurso como uma ciência prática no sentido de que ela pudesse se constituir numa ciência de intervenção de tal modo que a Análise de Discurso é tomada tanto como espaço de conhecimento quanto como força da intervenção na história. Logo “o discurso é um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente” (GERGOLIN, 1995).

Pêcheux (1995 [1975]) apresenta uma relação intrínseca e afirma “que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia (...) que a materialidade específica da ideologia é o discurso e, a materialidade específica do discurso é a língua” (ORLANDI 2005, p.13), relacionando língua-discurso- ideologia gerando uma tríade de formação e produção de sentidos pelos sujeitos que permitem reagrupar uma sucessão de acontecimentos e relacioná-los ao um único fator.

Dando prosseguimento as relações da ciência e discurso, o projeto de Foucault foi atribuído à forte relação com as problemáticas da História e da Filosofia devido à instabilidade da tríplice aliança de Nietzsche, Freud e Marx, que incidiu na clareza de não construir uma teoria do discurso. A ideia do filósofo era analisar os efeitos do poder embasados em fundamentos da análise e direcioná-las ao sujeito: “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos”

(FOUCAULT, 1995, p. 231). Dessa forma, buscou-se então articular essas temáticas à uma reflexão acerca dos discursos, e assim, “uma teoria do discurso vai-se delineando e encontra um lugar central na obra de Foucault” (GREGOLIN, 2004, p. 53-54). Nos anos 1960 o filósofo compartilha dos pensamentos de Michel Pêcheux para “historicizar as estruturas, estabelecendo uma relação que divergia com os conceitos e métodos da linguística saussuriana, problematizando o corte entre a língua/fala e, assim, fazendo retornar o sujeito e a história” anunciando o fim do sujeito moderno (GREGOLIN, 2004, p. 25-26).

No pensamento em comum dos dois filósofos, ambos buscaram construir uma teoria que torna o pensamento do sujeito idealista e essencialmente nulo. Desse modo, a AD não considera o sujeito enquanto indivíduo ou um ser empírico, mas sim o discurso produzido historicamente pelo sujeito. Portanto, com a contribuição de diversos autores e em específico o pensamento de Pêcheux consideramos a partir desse momento o pensamento do filósofo Michel Foucault importante para a construção da análise do discurso nesta pesquisa no que concerne à formação discursiva e os enunciados.

No Brasil na década de 1970 a linguista Eni Orlandi consolidou a Análise do Discurso tornando-se referência nos estudos acadêmicos dessa temática fundamentada nos estudos dos dois filósofos. Sendo assim, a autora considera que embora a “Análise do Discurso, não trata da língua, não trata da gramática” apesar de todos os conteúdos serem também importantes, porém, “ trata-se do discurso”, palavra construída em curso, um sentido, logo “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: como o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI,2005,p.15).Portanto, sendo o discurso então construído a princípio em um processo de curso, um conjunto de práticas produzida pelo sujeito, essas relações estabelecem ideologias que são compostas no conjunto de texto como forma e ação de criação para a definição do espaço que produz as regularidades discursivas e seus enunciados.

Nessa natureza da construção do discurso como à ação do sujeito, Orlandi (2003,p.70) afirma que “o discurso é uma dispersão de texto e o texto é uma dispersão do sujeito”; nesse sentido, a “Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”, assim, o discurso gera uma transformação em determinados espaços de relações entre os sujeitos de uma sociedade. O discurso é responsável pela concretização, em termos de figuras e temas, das estruturas semio-narrativas, como afirma Gregolin (1995, p.17). Logo, por meio da AD pode-se fazer uma análise interna e externa dos textos e enunciados buscando

relacionar o campo da língua e o campo da sociedade. Lembrando Foucault (2008, p. 139), o qual ressalta que não importa quem fala, mas sim o fato de que “o que ele diz não é dito de qualquer lugar”.

A noção foucaultiana do discurso enquanto prática social visa compreender a articulação entre um determinado contexto histórico-social e a implicação deste em uma produção discursiva, podendo variar em diferentes tipos de discursos de acordo com os fatores sociais. Foucault (2005) estabelece a noção de formação discursiva a partir das seguintes regularidades que estão presentes na obra “Arqueologia do Saber”, sendo: ordem, correlação, funcionamento e transformação, conduzida por um conjunto de regularidades que determinam sua homogeneidade e seu fechamento.

A formação discursiva é apresentada como um conjunto de enunciados que não são reduzidos aos objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mais submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc. Assim, essa noção é derivada com base no paradigma marxista na formação social, formação ideológica e assim construindo a formação discursiva.

Para Foucault (2005) a “formação discursiva” é o oculto das coisas ditas em um campo específico dos enunciados. O elemento do saber, a formação discursiva e de seu sistema estão relacionadas as determinações dos acontecimentos discursivos. Assim, “um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo” (FOUCAULT 2005, p.132). Portanto, partindo dessa afirmação, o discurso é um conjunto de enunciados que estão alicerçados na formação discursiva. Sendo assim, para o autor:

A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma e única mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidades, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência. (FOUCAULT, 2005:132)

Na compreensão que é apresentada de forma tradicional, o discurso não é definido em uma simples sequência de palavras, mas como um modo de pensamento que se opõe à intuição. O discurso é configurado como uma rede de enunciados ou de relações que tornam a possibilidade de existir diversos significantes. Logo, a palavra discurso tem em si a ideia de percurso e de movimento. O objeto da análise do discurso é estudar a língua em função de sentido, sendo assim, considerasse então que cada sociedade é composta

por diferentes discursos que são culturalmente estabelecidos e sempre serão políticos.

Conforme afirma Eni Orlandi

O político está presente em todo discurso. Não há sujeito, nem sentido, que não seja dividido, não há forma de estar no discurso sem constituir-se em uma posição-sujeito e, portanto, inscrever-se em uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, é a projeção da ideologia do dizer. As relações de poder são simbolizadas e isso é político. A análise de discurso trabalha sobre relações de poder simbolizadas em uma sociedade dividida (ORLANDI, 2012, p.55).

Nesse sentido, sendo o discurso construído a princípio em um processo em curso, um conjunto de práticas produzida pelo sujeito, essas relações estabelecem ideologias que são compostas em conjunto de textos como forma e ação de criação para a definição do espaço, produzindo as regularidades discursivas e seus enunciados. Logo, a natureza da construção do discurso é a ação do sujeito (ORLANDI 2009, p.70).

Corroborando com pensamento de Foucault (2007,p.7), o discurso é “ um bem-finito, limitado, desejável, útil” no qual todos os sujeitos estão envolvidos por uma prática social se apropriando de condições relacionadas desde da sua existência “ a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política”. Nessa perspectiva, conforme ressalta Bakhtin (1979), todo discurso, enquanto linguagem e produto social é veículo privilegiado de manifestação de ideologias e conflitos, confrontos ideológicos e luta de poderes, devendo, então, ser compreendido de forma contextualizada e crítica.

Foucault também ressalta que o discurso é uma manifestação de desejo, uma ligação com o poder, e assim, desperta em determinados lugares a necessidade de exercer a sua força. O discurso tem o poder de dominar, controlar, selecionar; mas também pode separar e rejeitar, logo, pode-se então considerar que o discurso não é um elemento neutro. Posto isto, Foucault (1996, p.10) também afirma que “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder pelo qual nós queremos apoderar”.

O universo político é composto pela força das ideias propostas por agentes que compõem esse campo, sendo medido pela força do reconhecimento do grupo que os compõem. Dessa modo, o discurso político, uma ferramenta condicionante da relação social entre Estado e sociedade, cria o campo da persuasão política para o domínio a partir da prática social “enfrenta relações de forças simbólicas pra a conquista e a gestão de um poder” sendo exercida numa condição mínima construída a partir da legitimidade (CHARAUDEAU 2013:79).

Bourdieu (2006, p.184) afirma que a força das ideias pode ser “pelo silêncio ou pela ausência do desmentido”. Charaudeau (2013,p.79) ainda ressalta que o sujeito político deve atribuir semelhanças e persuadir os indivíduos que a seu vir partilha dos mesmos valores e opiniões para estabelecer um consenso construindo as estratégias do discurso político para a composição de um campo de ideias e opiniões para a construção de um “bem comum”. O agente político é o principal ponto de relação da criação das ideias. Portanto, Charaudeau (2013,p.79) afirma que “o político se encontra em dupla posição, pois, por um lado, deve convencer todos da pertinência de seu projeto político e, por outro, deve fazer o maior número de cidadãos aderirem a esses valores”.

Na construção do campo do discurso político, Pinto (2005) afirma que “concebemos ação como discurso e como tomada de decisão”, posto que a atuação do sujeito é precedida por um discurso, e assim, como hipótese, o discurso político é constituído fundamentalmente pela argumentação, visando não apenas convencer, mas também persuadir. Sendo estas manifestações linguísticas na qual são características dos participantes que demonstram seus interesses por meio da linguagem, a partir da argumentação da autora, nesse contexto, as definições do discurso político apontados por Charaudeau (2006,p.252), define que “o mesmo não tem sentido fora da ação, e que a ação busca, para o sujeito político (mas também para todo sujeito), o exercício de um poder”, pressupõem que o discurso político objetiva convencer a sociedade e é evidente como a ideologia é inseparável da linguagem e da prática social apresentando nos textos e narrativas os processos de disputas de poder com o interesse de captar os ouvintes, conforme a ideia apresentada de que a política está relacionada parcialmente as disputas e lutas que percorrem a linguagem.

Charaudeau (2013, p. 16.) defini que linguagem e ação são dois componentes da troca social que têm uma autonomia própria e que, ao mesmo tempo, se encontram em uma relação de interdependência recíproca ou não simétrica. Portanto, a linguagem é a expressão de poder de um sujeito, é o seu jeito de pensar, o jeito de agir. Na relação entre a linguagem e a ação, o sujeito não está só, tem que existir uma relação coletiva para que haja um processo de influência, de instigação do pensamento.

Partindo do pensamento da filósofa Hannah Arendt, entende-se a importância do discurso na compreensão da ação humana. A autora descreve em seu trabalho três atividades consideradas fundamentais que integram a “vida ativa”: trabalho, obra e ação; assim, considerando a pluralidade humana como a condição básica para a ação e o discurso. Deste modo, entende-se então que a ação é uma atividade que ocorre

diretamente entre os homens e que não há interferência das coisas. A ação é uma condição humana básica que acontece por meio da interação fidedigna entre os homens, com a capacidade de evitar imposições que interferem na ação. Prosseguindo o pensamento da autora, ela afirma que:

No homem, a alteridade, que ele tem em comum com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, torna-se singularidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres singulares. [...] Essa distinção singular vem à tona no discurso e na ação (ARENDRT,2007, p. 189)

Os discursos quando vocalizados por sujeitos políticos caracterizam o campo da singularidade que são concebidas pelo domínio da ação e, assim, usando do poder do discurso para controlar as diversas situações. Tomando a linguagem enquanto o sentido do discurso político pronunciado por parlamentares que detém da palavra com regulamentações regimentais, mas que também podem ser utilizadas em determinadas situações, assim, Luiz Eduardo Abreu (2005,p.331) ressalta que “tanto na atividade que acontece na órbita do regimento interno e da norma jurídica, quanto naquela que se desenrola nos bastidores, a linguagem é central para a política”. Tecendo os dois sentidos, linguagem e política, resultam em uma interação que estabelece o campo político. Deste modo, a linguagem age de forma intencional sobre o sujeito com o objetivo que consiste em possibilitar a influência do poder da ação.

A construção e efetivação desse processo tem como ponto crucial, o poder simbólico, pois, o poder é condicionante dos grupos de relações que facilitam o acesso aos domínios do Estado. O discurso é uma peça importante tanto no cenário político quanto para a vida. Pois, um discurso sem ação não determina, não distingue e não dá o poder de definição do sujeito. Portanto, na sociedade o discurso-ação-política consiste em um propósito que vai além da comunicação e da imposição. Assim, de acordo com Bourdieu (1989, p.9):

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)

Na abordagem da análise de discurso e a ação política do discurso, Van Dijk (2010,p.23) aponta que o controle do discurso público é o controle da mente do público e, portanto, indiretamente, é o controle do que o público quer e faz. Não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular pessoas. Ainda na perspectiva desse autor, esse controle advém das relações do poder simbólico, afirmando que o poder simbólico pode ser derivado de outros tipos de poder. (...) políticos têm

acesso ao discurso político devido ao seu poder político(...) devido aos recursos de conhecimento (VAN DIJK 2010, p.24).

1.1 Formação do parlamento brasileiro

O campo político da discussão desse trabalho é o Congresso Nacional, especificamente a Câmara dos Deputados Federal.

No ano de 1822 por decreto do Imperador D. Pedro I ocorreu a primeira manifestação para a eleição de deputados para a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Reino do Brasil. Após a Independência do Brasil, no ano posterior, em 17 de abril de 1823, foi realizada a primeira reunião que resultou na eleição dos 52 primeiros deputados da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Brasil Independente, instalada em 3 de maio do mesmo ano (PAIVA, 2006).

Entre os anos de 1824 e 1889, D. Pedro I outorgou a Constituição Política do Império do Brasil quando ocorreu a primeira legislatura e em 6 de maio de 1826 foi instalado o Parlamento brasileiro, que conciliou na Câmara dos deputados e Câmara dos Senadores na Assembleia Geral Legislativa. No dia 15 de novembro de 1889, a instalação da vigésima primeira legislatura estava em preparação para então em setembro de 1890 serem realizadas as eleições para o Congresso Constituinte da República, e em seguida declarada a primeira “Constituição Republicana” (PAIVA, 2006, p.22).

O cenário político brasileiro foi marcado por momentos de exaltações e depreciações, pelo renascer democrático, pelo regime militar no poder, e mudanças na Carta Magna desde 16 de julho de 1934, até instaurar em 1988, com a partição de 72 Senadores e 487 deputados federais o processo de redemocratização nacional promulgado pela sétima Constituição Federal.

A política do lado teórico ou “institucional” são relacionadas as seguintes instituições: Congresso Nacional que é exercido pelo o Poder Legislativo, composto pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, organizado como um poder bicameral segundo o art. 44 da Constituição Federal. Segundo Corrêa (2002, p.10) o processo legislativo bicameral é definido como:

aquele que envolve a manifestação de vontade de duas casas ou câmaras legislativas para a produção de leis e outros atos normativos. No Brasil, no plano federal, submetem-se a esse tipo de procedimento a apreciação de propostas de emenda à Constituição Federal, de projetos de leis complementares, ordinárias e delegadas, de medidas provisórias, de projetos de decreto legislativo e de resoluções conjuntas das duas casas do Congresso Nacional. Todas essas proposições legislativas precisam ser apreciadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, conforme o caso (CORRÊA, et al. 2002, p.10).

A Câmara dos Deputados Federal e o Senado Federal compõem-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional representando os Estados e o Distrito Federal, segundo o princípio majoritário (BRASIL,1988, p.48). Cumprindo o sistema proporcional com um mínimo de oito e máximo de setenta deputados federais, atualmente 513 cadeiras ocupam a Casa (PAIVA, 2006).

Consta como estrutura para o funcionamento do processo legislativo da instituição, atribuída pela Resolução nº17, de 21 de setembro de 1989, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), e também o Código de Ética e Decoro Parlamentar e de seu Regulamento. Conforme Paiva (2007) pontua,

sobreleva condensar os momentos rituais em que o discurso parlamentar é o ponto culminante nas sessões realizadas no Plenário da Câmara, instância maior de deliberação da Casa e que reúne a totalidade de seus membros. Reitero que não será contemplado o discurso pronunciado em outros momentos da atividade legislativa, aos quais aplicam-se, no que couber, as regras ditadas para o Plenário (PAIVA,2007, p.85)

As funções do discurso do parlamentar são descritas no *O Manual de Redação*:

O texto de um discurso parlamentar tem a finalidade de ser proferido, devendo, portanto, subordinar-se às características da oralidade. Esta, no entanto, não se confunde com a informalidade que vigora no registro distenso da língua, registro este que dá muita, se não total, liberdade ao falante de usar a língua como instrumento elementar de comunicação, sem a necessidade do comprometimento com a formalidade gramatical. Assim, para atingir a oralidade exigida no discurso, o redator deverá evitar inversões exageradas na ordem lógica dos termos da oração e intercalações longas demais ou excessivas, bem como truncamentos do desenvolvimento natural da frase, como, por exemplo, o anacoluto, que é a quebra da ordem sintática (MANUAL, 2004p.39-40)

As comissões, como definido no regimento da Câmara, são formadas por uma parcela mínima entre três e meio centésimos e no máximo treze centésimos (Art. 25, § 2º, do RICD). Assim, podendo exercer as atividades que concerne no interim do processo legislativo e das atividades relacionadas à fiscalização e controle da administração pública que são definidas em dois tipos, conforme Corrêa (2002) apresenta:

- a) permanentes, as que integram a estrutura institucional da Câmara e são especializadas no trato de determinados assuntos, os quais compõem seu campo temático ou área de atividade;
- b) temporárias, as criadas para desempenhar tarefas específicas, que duram no máximo o período de uma legislatura e podem ter a forma de comissão de inquérito, de comissão especial ou de comissão externa (CORRÊA, 2002, p.18)

Tem como objetivo aprovar e rejeitar projetos de lei e dar parecer sobre os encaminhamentos de proposições, para serem tomadas decisões referentes a questão do documento, podendo também realizar outras ações, como:

- a) apresentar proposições à Câmara;
- b) convocar ministro de Estado ou qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, ou conceder-lhe audiência para expor assunto de relevância de seu ministério;
- c) encaminhar, por intermédio da Mesa, pedidos escritos de informação a ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República;
- d) realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- e) receber petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas;
- f) solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- g) acompanhar e apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer, em articulação com a comissão mista permanente de que trata o art. 166 da Constituição Federal;(CORRÊA,2002, p.18).

Portanto, entende-se que o parlamento detém das normas e exigências que estão instituídas no Código de Ética e no seu Regulamento. Assim, como afirma Paiva (2006) “o discurso parlamentar é o ponto culminante nas sessões realizadas no Plenário da Câmara”, considerada como uma das maiores instancias da casa.

Considerando o ponto norteador da pesquisa, a ideia de vincular a ação e a língua estabelece duas distintas factuality. De um lado a política teórica e do outro as relações de interesses que ocorrem por meio de trocas e favores por trás dos “palanques” parlamentares. O percurso da construção da identidade de poder e ação na Câmara dos Deputados são fundamentadas em demandas do Poder Legislativo e o êxito da união corporativa. Neste caso, de acordo com o foco da pesquisa, esse corporativismo também acontece em prol do agronegócio.

1.2 A região como artefato

No final do século XIX, os estudos regionais no âmbito da Geografia iniciaram com maior relevância na França e na Alemanha. Neste período, o conceito de região natural apresentado pelo alemão Friedrich Ratzel abordava as diferenciações regionais e como a sua existência estava ligada ao poder que a natureza exercia sobre o homem ao ponto de determinar o seu comportamento dentro de uma explicação ambientalista da realidade regional.

Nesse cenário, vale ressaltar também as contribuições de Alfred Hettner, considerado o maior expoente da Geografia alemã do início deste século, valorizando a reflexão metodológica considerando a região-paisagem como síntese da Geografia e seu objeto (CLAVAL, 1981). Entendia-se que a Geografia deveria ir além da descrição de fenômenos buscando também explicar as formas regionais dentro de uma perspectiva mais dinâmica (GOMES, 2008). Hettner foi um dos influenciadores de Carl Sauer e de

Richard Hartshorne. Sauer desenvolveu suas análises nos Estados Unidos, valorizando a dimensão cultural das regiões-paisagens, realizou estudos comparativos de regiões culturais desenvolvidas ao longo do tempo. Richard Hartshorne, também nos Estados Unidos, tomou como base para suas análises os trabalhos de Hettner considerando que o fundamental na Geografia não era o objeto e sim o seu método. Neste caso, o método da Geografia seria o regional, que buscava a síntese através da integração de fenômenos heterogêneos.

O contexto do pensamento geográfico foi estabelecido em cinco concepções de região que prevaleceram, sendo: região singular, região como classe de áreas, região de vivência, região do capital e região de poder (FONSECA,1999). Diante dessa vinculação a concepção determinista tornou-se alvo de críticas da corrente possibilista francesa orientada por Vidal de La Blache que parte do princípio que a natureza concede possibilidades para o homem por meio da cultura e técnicas que interferiam na natureza engendrando uma região geográfica singular (CORRÊA, 1986), sendo então reconhecida como uma das concepções que contribuíram na abordagem evolutiva do conceito de região e que caracterizou as realidades regionais até o século XIX.

A partir da década de 1950, ocorreram mudanças consideráveis no que concerne os estudos regionais. Emergente de uma nova concepção assente no positivismo lógico e na dedução passando por um processo de transição, a região passou de um objeto concreto de análise se transformando em uma criação de cunho intelectual definida com base em procedimentos de classificação provenientes das ciências naturais. Desse modo, estabeleceu uma classe de área como “um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre elas e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 1986:32).

Em meados de 1970 as bases teóricas e conceituais na Geografia tinha um direcionamento crítico as posturas anteriores advindas da força empirista e do positivismo. Assim, novas perspectivas de análise regional foram “fundamentadas no materialismo histórico e dialético, como também nas Geografias humanista e cultural” atravessando o campo da Geografia e colaborando com profissionais de outras áreas que potencializaram ainda mais a discussão em volta do tema (CORRÊA 1994, p.216).

Nos últimos anos prevalecem três inclusivos conceitos de região como referência de identificação psicológica, tomando como base as teorias behavioristas sendo definidas como: a região de vivência; região de articulações e conflitos entre atores sociais intencionado pelo poder e dominação; e a região resultante da ação de acumulação

capitalista emparelhada conjuntamente da dinâmica desigual estabelecida. Uma região baseada nas reivindicações das classes sociais e construindo novas existências regionais (CORRÊA,1994). Sendo assim, pode-se também definir a região como uma porção da superfície que por algum critério, seja natural, econômico, político e até mesmo arbitrário adquire singularidade, características próprias, ou seja, cria-se uma identidade que a diferencia das demais segundo tal ou tais critérios (PEREIRA,2000:65).

Para Gomes (1995), historicamente o conceito de região também está relacionado com três principais consequências. A primeira implica no campo da discussão política, da dinâmica do Estado; a segunda refere-se ao debate sobre o campo político, cultural e econômico que estão relacionados e projetados no campo da autonomia, soberania e direitos; em terceiro ele destaca a geografia como ciência privilegiada para abrigar as discussões sobre o conceito-chave de região considerando como importante a produção e a reflexão sistemática. Portanto, na contemporaneidade a noção de região está relacionada essencialmente aos ressurgimentos imposto pelo capitalismo e que traz uma reflexão minuciosa nos temas que estão correlacionados na questão espacial e territorial que vêm moldando uma nova centralidade baseada na hegemonia política e econômica.

Do ponto de vista das repercussões empíricas dessa abordagem, em regiões do tipo “lablacheanas”, considerando a relação local e o homem e meio, é impossível entendermos a região senão a partir dos vetores “internos” e “externos” que a conformam nas condições atuais da globalização. Na definição de Santos (1991,p.9-10), os progressos realizados no domínio dos transportes e das comunicações, bem como a expansão da economia internacional – que se tornou “generalizada” – explicam a crise da noção clássica de região considerando que [...] nas condições atuais da economia universal, a região já não é uma realidade viva, dotada de coerência interna. Assim, definida sobretudo do exterior seus limites mudam em função dos critérios que são fixados, logo a região não existe por si mesma. Desse modo as dinâmicas efetivas corroboram como recurso para definir a região, sendo assim, quando a referência é o processo vivido e produzido pelos sujeitos sociais, a região torna-se então um fato. Por outro lado, quando é utilizada como mecanismo racional ou para o entendimento, torna-se então um artifício.

Em vista disso, podemos então considerar que a ação dos atores e dos sujeitos estão diretamente relacionadas com a definição de região como artefato. Para Haesbaert (2010) o conceito de região como “artefato” é definida como uma imbricação entre fato e artifício; entre o concreto e o teórico. Dessa forma, o autor considera a região enquanto produto e produção da diferenciação espacial e dos processos de globalização e

fragmentação do presente contexto econômico e social. Segundo o autor, o conceito “artefato” é originado da palavra “arte”, que significa saber fazer, a técnica atribuída ao domínio humano ao artificial. Assim, “Artefato” é definida de forma literal como “o que é feito com arte”. Partindo desse viés, ressalta que é como “concretude de um ‘fato’ e a abstração de um ‘artifício’ ou instrumento de análise” (HAESBAERT,2010, p.111). Sendo assim, conseqüentemente a região transforma-se em produto e ao mesmo tempo produtora (HAESBAERT,2010, p. 24). Além disso, “Arte-fato” também permite indicar que o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, auto fazer-se e como construção já produzida e articulada (HAESBAERT,2010, p.110). O autor propõe ainda que a região seja discutida considerando a ação do Estado, das empresas, instituições de poder e também de grupos socioculturais advindos de diferentes classes econômicas e políticas. Sendo assim, a região

enquanto espaço-momento, [...] pode manifestar-se como um conjunto mais articulado ou integrado na leitura e/ou vivência de um grupo e não na de outro, colocando os sujeitos sociais no centro da regionalização enquanto ação concreta de diferenciação do espaço” (Haesbaert, 2010, p.196).

Portanto, na concepção de Haesbaert pensar em região é antes de tudo refletir sobre os processos de regionalização, seja como intervenções vividas e produzidas pelos grupos sociais, seja focalizando-os como simples procedimento metodológico ou instrumento de análise. Logo, ele afirma que a

“regionalização” – a região enquanto processo, em constante rearticulação – e da propriedade de “ser” regional, a “regionalidade”, vistos a partir da grande diferenciação cultural e da enorme desigualdade social produzida mesmo num mundo tido como globalizado [...] Não há como, genericamente, pretende estipular uma única grande racionalidade ou “teoria” da regionalização, [...] como se apenas a reprodução e acumulação do capital pudesse dar conta de toda a diversidade regional em que estamos inseridos (HAESBAERT,2010,p.5).

A ideia de regionalização é polissêmica, pois existem diferentes regiões. A produção inclui a relação ideológica apoiados em dados de paisagens, valores culturais que são compartilhados ou determinados como uma relação político-científicos que legitimam fronteiras e limites, visando à implementação de uma determinada ação, seja ela analítica, política, econômico e social (RIBEIRO,2004,p.200). Para Santos (2009,p.188) “A regionalização é tanto o resultado de uma organização supranacional regulada, quanto o resultado local”, assim, os processos de construção e formação de determinados lugares são resultados da organização e regulação das forças que

impulsionam a globalização. Portanto, o processo de construção e reconstrução de regiões pelas modificações em suas paisagens e suas possíveis reconfigurações pelas políticas territoriais, são estratégias de agentes “para a constituição de espaços regionais que tornem facilitadas as suas pretensões econômicas” que são características da regionalização como ferramenta (PEREIRA, 2009, p.17).

Nesse sentido, Ribeiro (2004) considera que tanto a regionalização como fato e a regionalização como ferramenta “produzem e expressam a questão regional e, portanto, a região como espaço herdado e como dinâmica política plena”, tonando-se relevante compreender a contribuição de ambas, já que a região como fato está vinculada aos jogos das disputas de poder, que estão inseridos em diferentes formas de apropriação do território ligadas a construção histórica. (RIBEIRO,2004, p.195-196). Logo, a regionalização como ferramenta acontece quando a forma-conteúdo, historicamente determinada e quando parte do planejamento conduzido pelo Estado (RIBEIRO,2004).

Para a efetivação dos processos da regionalização, tanto como fato e como ferramenta, Ribeiro (2004) apresenta a estratégica de conjunção que envolve mudanças constatando que a problemática da regionalização possui duas faces. A primeira, regionalizam-se atores, interesses e instituições e, na segunda, atores, interesses e instituições reconhecem, valorizam e formalizam regiões (RIBEIRO,2004, p.199).

Assim, a regionalização como ferramenta determina as relações de interesses na constituição e formalização de uma região. Portanto, na construção histórica dos múltiplos processos que movimentaram o setor agropecuário no Brasil desde a década de 1980, tonou-se então fundamental para a construção da região do Matopiba. A estrutura econômica foi construída pela conformação discursiva do Estado. Desse modo, os discursos foram determinantes na tentativa de exercer influência sobre os demais interlocutores para a oficialização desta região e defini-la como a última fronteira agrícola do país.

Essa relação política no Matopiba é resultante das intencionalidades que interferem diretamente no processo de construção de uma região, tendo como principal foco o sistema capitalista fundamentados em ações que podem ser consideradas dentro do espaço geográfico como um processo de exclusão e de desigualdades. Pois, a difusão do agronegócio ocorre de forma extremamente excludente acentuando históricas desigualdades sociais e territoriais do país (ELIAS, 2015). David Harvey (2016), quando descreve sobre as desigualdades no desenvolvimento geográfico, afirma que

as economias regionais constituem em mosaico frouxamente interligados de desenvolvimento geográfico desigual, no interior do qual regiões ricas tendem a ficar mais ricas, enquanto regiões pobres tendem a ficar mais pobres (HARVEY, 2016, p.142).

A construção de uma estrutura regional fundamenta-se a partir das interações sociais e dos sujeitos, sendo o discurso uns dos fatores de domínio entre as relações sociais e seus processos estabelecendo mudanças que implicam diretamente nas dimensões ideológicas que são conformadas em discurso particulares, vinculados a criação de estruturas no campo social.

Por isso, compreender a gênese dessa região a partir do discurso parlamentar torna a pesquisa mais próxima dos sujeitos e dos atores envolvidos na legitimação de um fato. Assim, a criação do MATOPIBA caracteriza-se como um enunciado que ainda perpetua na mídia e nas ações políticas sobre a égide do capital e permanece ligado para a reativação de espaços e ações políticas intensificando os processos de transformações na história singular e descontínua de um território.

Para concluir, corroboramos com o pensamento de Norma Fairclough (1989), quando aborda o discurso como uma faceta essencial para a construção social e reconstrução do espaço-tempo, considerando que esse discurso não é espontâneo, ele tem um direcionamento, afirmando que os discursos do espaço e tempo para ser eficaz na sua reconstrução é necessário um teste de realidade.

Assim, o uso das notas taquigráficas como fonte principal de coleta de dados tornou-se importante para identificar os discursos políticos e demais narrativas que foram proferidas no ambiente de decisões e das formulações de políticas públicas para a criação do Matopiba. Pois, sabemos que dentro desse campo (Congresso Nacional) de poder é onde os interesses são disputados, e que podem ser identificados em documentos públicos que retratam de fato o posicionamento de cada parlamentar e demais atores políticos. Para Spink (1999) a análise dos documentos públicos possibilita identificar as práticas que são abordadas em múltiplas fontes de posicionamentos e em diferentes tempos, e que englobam as interações do cotidiano, processo de socialização e memória coletiva.

Assim, o poder do discurso político depende de sua capacidade de construir e mobilizar as forças sociais. Portanto, o discurso da ação e criação determinou as categorias para a consolidação desta região, buscando fortalecer os setores econômicos e políticos para então subsidiar o capital financeiro no setor do agronegócio.

CAPÍTULO 02: O DISCURSO DA CRIAÇÃO DO MATOPIBA

A consolidação produtiva da região do Matopiba é parte do processo histórico de modernização da agricultura no Brasil. No contexto brasileiro, autores que analisaram a expansão e o desenvolvimento da agricultura nas regiões do cerrado indicam que a partir da segunda metade do século XX, a fronteira agrícola alcançou novos territórios para além dos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. A região Centro-Oeste destacou-se nesse processo e mais recentemente a área dos cerrados nordestinos.

O papel do Governo Getúlio Vargas com a “marcha para Oeste” na década de 1930; a transferência da Capital Federal para Brasília; as políticas de incentivo fiscal, os programas de colonização, e as políticas públicas que conduziram às transformações tecnológicas para a ocupação produtiva dos cerrados disseminadas por terras planas em uma imensidão territorial (GOMES, 2000, DINIZ,2006), contribuíram para a ocupação econômica no bioma. Sempre impulsionada por políticas públicas de fomento à monocultura, *commodities* associadas ao mercado externo via oferta de crédito público. Ressalta-se também a implantação dos sistemas de transporte com mais ênfase no modal rodoviário e menos em ferrovias.

Mazzetto (2009.p.62) também aponta que os fatores da expansão foram gestados em três processos na ocupação e modernização do Cerrado. Sendo o primeiro a construção de Brasília e de toda a infraestrutura proporcionada vinculada ao Plano de metas no governo de Juscelino Kubitschek. No segundo momento, a implantação dos programas estatais de desenvolvimento agropecuário no Cerrado na década de 1970; e por último, considerado atual pelo autor, a globalização neoliberal a partir da década de 1990, orientadas por uma lógica privada da expansão do agronegócio com grandes redes de corporações nacionais e internacionais e que deram continuidade aos projetos anteriores que foram implantados em diversos estados do território brasileiro.

Os investimentos dos governos brasileiros no setor da agricultura também tiveram ênfase na ditadura militar (1963-1964), uma expansão pautada na articulação dos complexos agroindustriais e no capital financeiro internacional (BARROS,2018). O período ainda é marcado pelos processos de articulação entre o capital agroindustrial, o sistema de crédito, a agroindústria e a propriedade fundiária, com intuito de sustentar uma modernização conservadora da agricultura na busca por uma política fundiária onde não houve êxito na implantação da reforma que tinha sido possibilitada pelo Estatuto, como afirmado por Delgado (2013). Essa década ainda é marcada pela Revolução Verde, intensificando os modelos de produção de alimentos e a internacionalização fundamentadas numa lógica de combate a fome nos países subdesenvolvidos por meio da

tecnologia de sementes, o uso de fertilizante químicos, uso da genética, da mecanização e a irrigação no campo. De acordo com Souza (2011),

A internalização do padrão técnico moderno foi justificada e legitimada pelo discurso do necessário aumento dos índices de produtividade agrícola dos países subdesenvolvidos, por meio da substituição dos sistemas de produção local pelo pacote tecnológico. Desta forma, a Revolução Verde substituiu os modos tradicionais de produção pela agricultura modernizada, subvencionada pelo Estado e estimulada pela comunidade agrônoma e empresas produtoras de insumos (SOUZA,2011, p.43).

Esses processos de estímulos aos investimentos na modernização tiveram mais incentivos no ano de 1972 com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), tendo como objetivo investir na ciência, tecnologia e na política econômica do país, já que a formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) estava em curso (SOUZA,2011).

A partir da década de 1970, foram criados projetos especiais de colonização na fronteira Norte e Centro Oeste (IPEA,2004). Com essa modernização o cenário de produção no Cerrado brasileiro foi modificando com atividades desenvolvidas pelo Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) que compôs a agenda política de incentivo à expansão da fronteira agrícola no Brasil. Segundo Pires (1996) essa expansão da fronteira com a moderna agricultura altera o padrão técnico da produção regional, sendo a tecnologia geralmente vinculadas a determinados grupos econômicos os quais mudam as relações de produção na sua área de expansão modificando as estruturas econômicas, sociais e culturais.

Deste modo, os desdobramentos da modernização também avançaram por diferentes lugares do território nacional e em espaços considerados até então como reservas agrícolas, sobretudo nas áreas do cerrado da região Centro-Oeste e mais recentemente nas regiões norte e nordeste do Brasil. Como assevera Dutra e Souza (2017, p.470), o Cerrado também sofreu impactos na vegetação original, sendo suprimida pelo “desenvolvimento da agricultura ‘moderna’, sustentada no discurso lançado com a Revolução Verde e da produção de alimentos [...] com a função de celeiro mundial”. Conforme ressalta Mendonça (2002), no Brasil a modernização capitalista no campo foi resultado de “bruscas” mudanças por meio da implementação de políticas públicas para a reprodução do capital explicitamente na modificação significativa no tempo e no espaço. De acordo com Locatelli e Lima (2016)

Até meados da década de 1980, pode-se considerar que o Estado foi o principal agente indutor do setor agrícola, com a implementação de políticas de

modernização da agricultura, o que definia a dinâmica do setor. Já o período compreendido entre a segunda metade da década de 1980 e o início da década de 1990 foi marcado pela ausência de políticas indutoras para a agropecuária. Pode-se afirmar então que na década de 1980 ocorreu o abandono dos instrumentos de política agrícola (garantia de preços mínimos, estoques reguladores, crédito agropecuário). Além desse aspecto, houve diminuição dos recursos públicos destinados à infraestrutura rural, à pesquisa agropecuária, à assistência técnica. (LOCATEL e LIMA, 2016, p. 64)

Assim, o debate sobre a questão agrária no Brasil não deve prescindir apenas ao aparecimento do agronegócio como fenômeno indutor do processo de modernização por meio da ação política no espaço urbano e rural. Essas transformações resultaram na concentração de propriedades e incentivo à exclusão de comunidades e produtores tradicionais. Essas modificações têm um longo caminho e que mudaram apenas os termos como forma de persuadir uma parte da sociedade, mas mantendo as mesmas técnicas de exploração a partir de um modelo que prevalece até hoje proveniente dos interesses do latifúndio colonial, que de forma eufêmica chama-se de agronegócio, mas ainda enraizado, como antes, em um sistema monopolista e excludente.

Resultante dessa modernização, o “agronegócio” surge a partir da década 1990 de uma tradução do nome em inglês *agribusiness*, com intuito de designar a agricultura moderna executada nos moldes capitalistas com a produção sistematicamente integrada por uma rede produtiva incluindo “indústrias processadoras, produtoras de insumos e os demais serviços necessários à efetivação de uma agricultura de grande escala”(SAUER,2008 p.14).O autor também ressalta que o termo agronegócio difundiu no Brasil designado a princípio por “um conjunto de ações ou transações comerciais (produção, industrialização e comercialização), ou seja, transações comerciais relacionadas à agricultura e a pecuária (SAUER, 2008,p.15). Referindo-se posteriormente ao que Sauer chama de “um processo de integração horizontal”² que está relacionado às diferentes etapas de produção. O autor ainda enfatiza o contraponto da apropriação do termo no Brasil como segmento para “designar tecnificação (uso de tecnologia moderna) e escala na agropecuária” (SAUER, 2008:14) que construiu um novo campo de apropriação. De acordo com Souza (2011),

o agronegócio (re)atualiza esse discurso, mas agora, com transformações mais recentes, em curso a partir do início dos anos 1990, marcado pela globalização econômica e pela constituição de grandes empresas, agroindústrias e varejistas, que controlam o mercado mundial (2011, p.54).

² Sergio Sauer (2008,p.15) define como “uma associação de diferentes etapas da produção (produção, processamento, armazenamento e distribuição), ou seja, a um processo de integração horizontal”.

Assim, o agronegócio brasileiro é associado a cadeia produtiva e aos ajustes econômicos, logo, definido por um modelo aprimorado em propriedades de alto padrão, com infraestrutura e tecnologia para subvencionar a plantação intensiva de monoculturas para exportação, e com pouca mão-de-obra, ou seja, fundamentado no processo expansivo de produção de *commodities*, exportação e elevação dos índices econômicos do setor agropecuário (SOUZA,2011).

De acordo com Frederico (2014,p.2135) os eventos que ocorreram no território brasileiro caracterizaram-se como “pacto de economia política do território” instituída na dinâmica do agronegócio e integrando a organização do espaço com o objetivo de “atender aos interesses e às estratégias de acumulação dos agentes envolvidos na produção agrícola mundializada”. Sendo assim, na evolução e na consolidação do “agronegócio globalizado” com o propósito de modernizar o setor, estar o Estado como protagonista que concede apoio contínuo e assim constituindo transformações nas políticas econômicas e no crescimento agrícola, sendo : política econômica externa, política monetária, política de controle de preços agrícolas, como também mediante políticas explícitas de fomento agrícola (financiamento rural, tecnológica e fundiária) (ELIAS, 2016, p.4.). Esses interesses do mercado cria-se as ações que subsidiam políticas por via Estado, como afirma Harvey (2004, p.80):

(...) tem usado os seus poderes não apenas para formar a adoção de arranjos institucionais capitalistas, mas também, para adquirir e privatizar ativos como a base de acumulação do capital. O poder político, o governo territorializado e a administração se constituem numa variedade de escalas geográficas e compõem um conjunto hierarquicamente organizado de ambientes politicamente carregados no âmbito dos quais ocorrem os processos moleculares de acumulação do capital.

Assim, por meio das multinacionais o setor atua de maneira hegemônica na reestruturação da produção e do território, resultando nas consequências sobre os elementos sociais e técnicos da estrutura agrária, sobretudo no mercado imobiliário de terras agricultáveis. Coaduna-se às considerações de Souza (2011, p. 62-63) à conclusão de que o ‘agronegócio refere-se a um processo econômico, histórico, social que vincula e subordina atividades tradicionais agropecuárias a outros setores da economia’. Estes processos de intensificação das tecnologias e inovações nos setores agrícolas foram ocupando mais os espaços ao longo das décadas com a valorização do capital, e surgindo as novas exigências e demandas para sustentar o setor agropecuário. Portanto, esses fatores não só alça os agentes econômicos mas também integra múltiplos atores de

diversas atividades voltadas ao setor agropecuário incorporando diferentes formas de produção (SOUZA,2011).

Nessas práticas também estão agregados os discurso do desenvolvimento, emprego, inovação, tecnologia e infraestrutura criando dispositivos para gerar uma credibilidade organizada nas relações de poder e agregadas ao saber institucional. Tais mudanças ocorridas na agricultura brasileira modificaram também os espaços representativos e de interesses, como enfatizado nas palavras da Socióloga Regina Bruno (2015, p.2):

A modernização da agricultura e as transformações da sociedade brasileira, efetivadas nas últimas décadas, demandaram importantes mudanças na organização e representação de interesses de grandes proprietários de terra, empresários rurais e agroindustriais e na conformação de uma nova retórica de classe: há uma renovação, ampliação e diversificação dos espaços de representação patronal rural e agroindustrial; vemos o aparecimento de novos grupos e personagens políticos e novos adversários “da classe”; assistimos também à diversificação e redefinição de novos interesses, alianças e disputas internas pelo poder e pelo controle da hegemonia.

O Estado é um agente de viabilização e internacionalização do capital. Há, portanto, no contexto do Matopiba a ampliação das políticas via Estado em andamento e o surgimento de novos programas de implementação de infraestrutura, subsídios de crédito rural, incentivos fiscais, o discurso da estabilização da economia e uma nova classe social, ou como é chamada pelos parlamentares, a classe média rural. Essa política desenvolvida atualmente nesta região são resquícios do fortalecimento dos projetos de governos anteriores como pontua Lima (2019), que esses fortalecimentos foram de programas como:

SPVEA Superintendência do Planejamento de valorização econômica da Amazônia (1953), Rodovia Belém-Brasília (BR-010) (1958), PIN Programa de integração Nacional (1970), criação do INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, PROTERRA -Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte (1971), Projeto Pioneiro de colonização no maranhão (1973), POLOAMAZÔNIA (1974), PGC Programa Grande Carajás (1980), e o PRODECER Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados que ocorreu em 3 fases: 1976 em Minas Gerais, -1982 Minas Gerais, Goiás, Bahia e Mato Grosso -1996 Maranhão e Tocantins (2019,p.146)

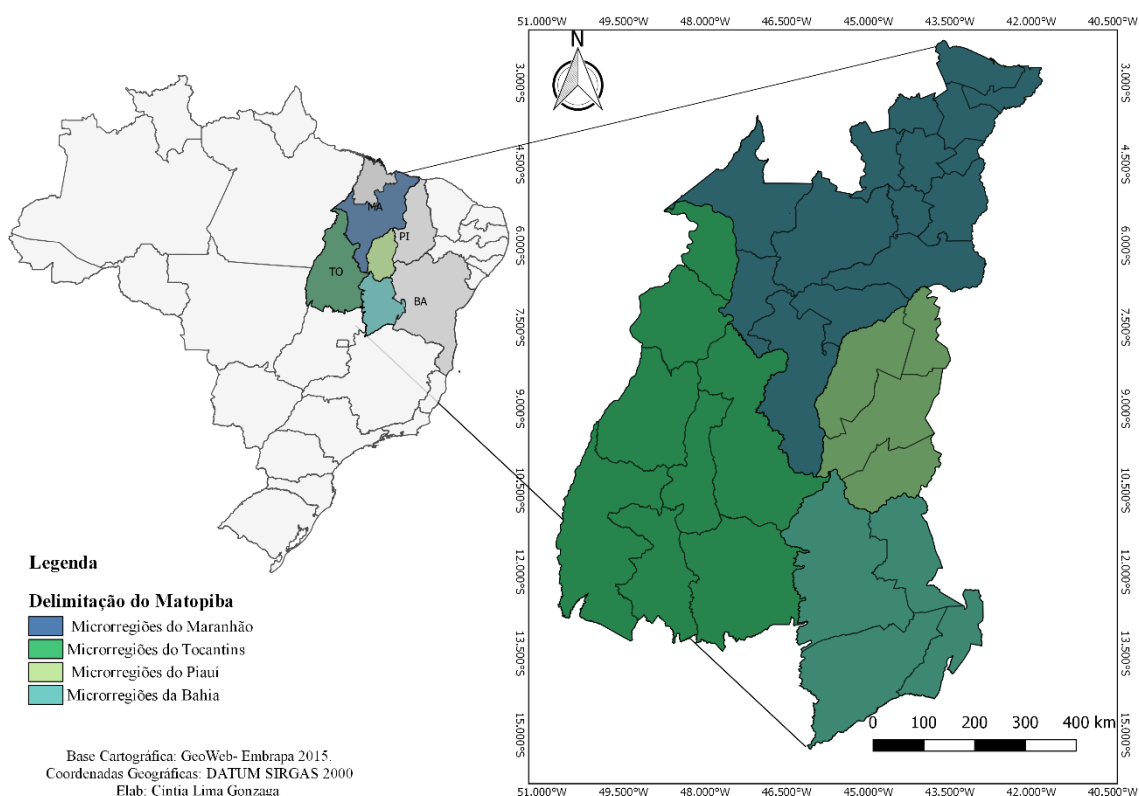
É importante destacar que os estados do Matopiba foram inicialmente inseridos no Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER II, com os estados da Bahia e o Goiás, que foi desmembrado em 1988 para a criação do estado do Tocantins. O segundo, iniciou-se a partir de 1994, quando foi implantado o PRODECER III, incluindo os estados do Maranhão e do Tocantins (já consolidado) com o apoio da EMBRAPA criada em 1972, tornando-se pioneiro na

expansão da produção agrícola principalmente nos cerrados. Assim, essa lógica se repetiu novamente com o projeto do Matopiba.

Essas ações são recorrentes na ocupação do Cerrado, de fato, sendo promovidas por políticas via Estado com programas de incentivo à expansão do agronegócio nas áreas que hoje pertencem a região do Matopiba e que ainda herda os fatores dos projetos antecedentes. Nas atuais bordas do cerrado, particularmente nos cerrados nordestinos e na porção norte do Tocantins, encontramos regiões que mais recentemente receberam o cultivo da soja. A partir daí passamos a ouvir referências da chamada região do Matopiba (EMBRAPA,2014). Criada por meio do Decreto 8.447, em maio de 2015, a áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, foi definido pela Embrapa (2014) como a mais nova fronteira agrícola do Brasil e do mundo. A delimitação da última fronteira agrícola já soava nos cerrados do Norte e Nordeste do Brasil. Entre tantos nomes, como: MAPITO, BAMAPITO, MAPITOBA, e por fim foi consolidada como MATOPIBA.

A delimitação da região concentra 31 microrregiões das quatro unidades federativas somando um total de 337 municípios que representa em torno de 73 milhões de hectares. No recorte territorial, aproximadamente 33% do estado do Maranhão; 38% do Tocantins; 11% do estado do Piauí e 18% do estado da Bahia pertencem ao Matopiba. Essa área é ocupada por 324.326 estabelecimentos agrícolas, que comporta também 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária e áreas de Quilombos e com uma população total de 5.902.140,00. Além disso, a Embrapa considera que 13.967.920 ha são de áreas legalmente atribuídas (EMBRAPA,2014).

Figura 1 - Mapa de localização da região do Matopiba



Na região delimitada do Matopiba, a expansão da agricultura científica e do agronegócio globalizado promoveram e ainda promovem o incremento da economia induzindo uma nova dinâmica ao consumo produtivo e à distribuição espacial da população. Essas transformações regionais associadas à intensificação do modelo de produção na fronteira agrícola nacional, designada pela criação da região do Matopiba, advém do discurso fundamentado pelas ações do agronegócio que incorpora novas áreas para à produção permitindo uma nova configuração e mantendo o processo de modernização dos setores agrícolas.

Para Buhler e Oliveira (2013) a Embrapa é um dos órgãos que tiveram um papel decisivo no processo de formulação e adequação de técnica do cerrado para a agricultura capitalista. Esses agentes reguladores por via do Estado legitimam em seu discurso a aprovação da expansão da produção no cerrado que consideram ser por meios “legais”, que são fundamentados pelos parlamentares e demais agentes políticos. Os autores explicam ainda que a expansão da fronteira agrícola do Matopiba teve o ritmo mais acelerado a partir da década de 2000, com o crescimento do grande mercado e empresas que detém do controle do capital financeiro e pela atração baixos valores de terras na região.

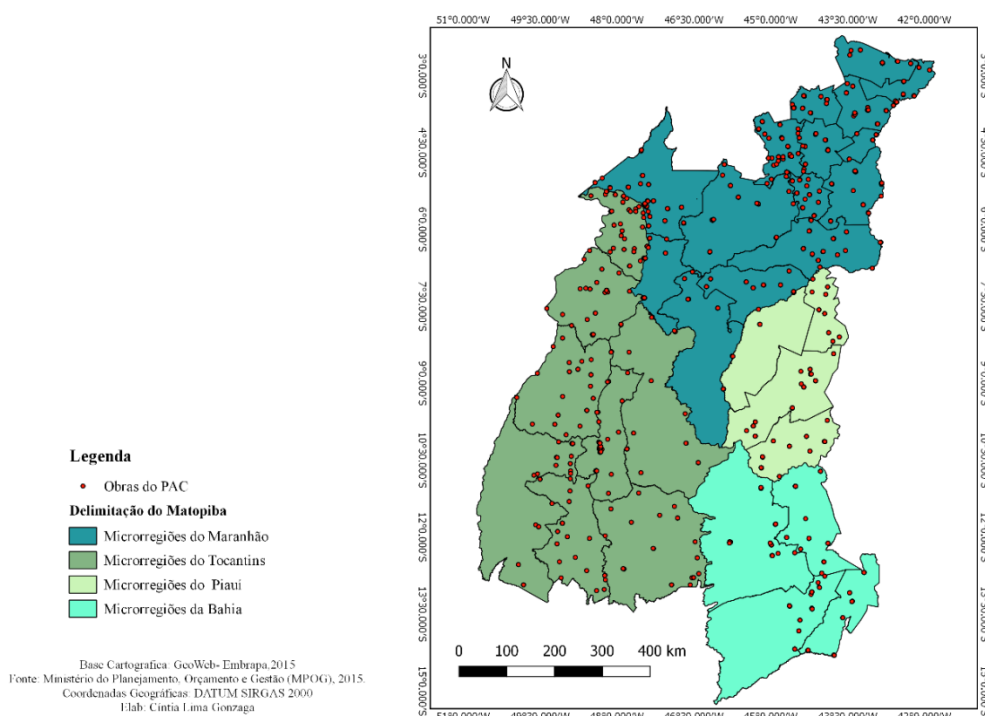
Assim como os projetos anteriores, o atual projeto da região também é incentivo do Estado por meio de políticas e programas com recursos para implementação de infraestrutura, subsídio de créditos e subsídios fiscais. Conforme Santos (2018, p. 593) relata:

A ocupação dos novos espaços de cerrados do MATOPIBA e sua transformação em uma nova fronteira agrícola no Brasil iniciou-se através de processos incentivados e estimulados, em um primeiro momento, pelas políticas e programas do governo federal, mas sem um protagonismo do Estado, como aconteceu na primeira fase da ocupação dos cerrados na década de 1980.

O papel desempenhado pelo Estado, no momento mais recente, difere do ocorrido nos inícios da década de 1980, quando se acelerou a ocupação dos cerrados da Região Centro-Oeste. Nesse segundo momento, a ação do Estado no processo de ampliação da agricultura nos cerrados do MATOPIBA é muito mais a de facilitador da conciliação geográfica e territorial dos interesses do agronegócio e dos fundos imobiliários, e não mais a de protagonista de um processo de desenvolvimento territorial com capacidade de determinar a qualidade das ações que ali ocorreriam (2018, p. 593).

Segundo a Nota Técnica (NT) da Embrapa (2014), diversos investimentos públicos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e também de empreendimentos privados incentivaram o desenvolvimento da região. No ano de 2015 os dados do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) apresentou um total de 2.930 empreendimentos do PAC instalados na região. Os maiores números de empreendimentos foram no estado do Maranhão com um total de 1.759, em seguida o estado do Tocantins com 560 empreendimentos; 360 no estado da Bahia e 251 no estado do Piauí, como apresenta o mapa a seguir.

Figura 2 - Mapa dos empreendimentos do PAC no Matopiba



Para Souza e Pereira (2019) a finalidade do recorte regional do Matopiba é estratégica e direcionada ao planejamento institucional da atividade agropecuária. O autor ressalta ainda que esses processos são característicos ao que Denise Elias (2013) entende como “agronegócio globalizado”. Segundo Elias (2017), esse fenômeno tem como agentes principais as empresas (do setor do agro), às grandes corporações, e inclui também os agentes do capitalismo contemporâneo, ou no termo mais conhecido, o capital financeiro. Assim, ela aponta os instrumentos que subvenciona esses agentes, incluindo:

[...] os fundos de investimentos, acirrando o processo de financeirização da agropecuária, que inclui a abertura de capitais de várias empresas do agronegócio na bolsa de valores. Faz-se mister destacar, também, que só é possível compreender a dinâmica de produção e acumulação do agronegócio globalizado englobando também os agentes que já atuavam no setor, tais como os proprietários de terra, os agricultores etc (ELIAS, 2017, p.4).

Nessas áreas ocorrem intensivas integrações de técnicas baseadas em tecnologia e capital requisitando a disposição de recursos naturais voltados para o aumento da produtividade e facilitando os setores de produção com instrumentos complexos para a gestão e tecnologia visando o mercado de exportações. Desta forma, como afirma Xavier (2019), a “nova fronteira agrícola”, visa o mercado internacional, diferente dos anos de 1960, pois, o padrão de reprodução do capital era voltado ao padrão industrial na ocupação do Cerrado.

Correlacionado com esse contexto, é possível identificar no discurso do deputado Carlos Henrique Gaguim (Bloco/PTN-TO) a defesa do mercado internacional na região do Matopiba, justificando que esta é uma forma de contribuir para o desempenho da região e para gerar empregos. Em uma audiência pública realizada no dia 24 de outubro de 2016, o sumário da audiência já deixava explícito, intitulado “Defesa de venda de terras da região de MATOPIBA no mercado internacional com vistas ao desenvolvimento industrial”. Assim ele afirma que:

É preciso que o **Governo volte a permitir que qualquer pessoa, estrangeira ou não**, que queira **comprar** sua **terra** aqui tenha o direito de comprá-la e de produzir nela. Nós temos que criar aqui, nesta Casa de Leis, gatilhos e emendas para que 50% das terras compradas por estrangeiros possam ser utilizadas para a criação de indústrias e, assim, possam gerar empregos. Senão, compram as terras e mandam os recursos para fora do País, e nós ficamos sem os empregos e sem a industrialização.

Nós estamos aqui na Câmara, dia e noite, lutando para que seja aprovada a venda dessas terras - esse assunto virá às Comissões - para o sul-americano, **o chinês, enfim, para o estrangeiro** que quiser investir aqui no nosso País. O mundo está aberto. Hoje, pode-se investir em quase todos os países do mundo. Mas é claro que há restrições. É lógico que nós não vamos entregar o que é nosso sem colocar as restrições necessárias **para o desenvolvimento do País**. Então, Sr. Presidente, nós contamos com o apoio desta Casa e de todos os Parlamentares nessa luta pela **venda de terras para quem quiser comprá-las**, seja estrangeiro ou não, a fim de promovermos a industrialização (CARLOS HENRIQUE GAGUIM, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 24/10/2016).

Nesta mesma lógica a ex-ministra Kátia Abreu também reforçava o seu interesse em abrir as portas do mercado de terras para os investimentos japoneses. Em reunião realizada no dia 29 de fevereiro de 2016, no evento intitulado “Diálogo Brasil-Japão”, que ocorreu na Universidade Federal do Tocantins, na capital do estado, no seu discurso ela convida os investidores apresentando as oportunidades, como relatado a seguir:

De nossa parte, **convidamos os capitais japoneses** a somarem-se aos mais de 75 bilhões de dólares de investimento produtivo que o Brasil recebeu do exterior em 2015. Esses investimentos são a prova de que **o Brasil é uma terra de oportunidades e um destino confiável para o capital estrangeiro**. Gostaria de dar especial destaque ao potencial de investimento em infraestrutura e logística em nosso país, e, em especial, **na região do Matopiba** (KÁTIA ABREU, MAPA, 2016).

Esta reunião foi um dos grandes marcos para a região com a presença de todos os governadores dos estados do Matopiba, entre eles: secretários, deputados, prefeitos e representantes do setor produtivo, como a Embrapa e a Conab. Nesse dia foi assinado um acordo de cooperação permitindo investimentos na fronteira agrícola; como intitulada na matéria oficial publicada no portal online do MAPA (2016), isso seria “um novo tempo para o Matopiba”. Com a região já delimitada logo surgiu a necessidade de iniciar a corrida pelos investimentos públicos e privados para subsidiar os planos traçados pelo

MAPA e a Embrapa, seguindo o decreto 8.447 de 6 de maio de 2015, no qual se deu a oficialização do Matopiba.

2.1 O Matopiba nos discursos da Câmara dos Deputados Federal de 2009 a 2014

Considerando o Matopiba como o impulsionador de novos “agentes da elite agrária” brasileira (BRUNO, 1997; 2009), com um discurso exultante na criação da última fronteira agrícola foi possível identificar como criou-se uma estrutura política para a região. Partindo de uma visão política, o Matopiba nesse sentido pode ser definido como um marco na reorganização espacial do país, sendo este um processo de integração nacional gestado por diversos programas de desenvolvimento no Cerrado desde 1970, como relatado anteriormente.

Em consequência disso, a construção de uma estrutura regional também pode se dar a partir das interações sociais e dos sujeitos. Sendo o discurso uns dos fatores de domínio entre as relações sociais e seus processos estabelecendo mudanças que implicam diretamente nas dimensões ideológicas, que são conformadas em discursos particulares vinculados a criação de estruturas no campo social. Esses processos ocorrem por meio de manifestações linguísticas nas quais são características dos participantes que demonstraram seus interesses fazendo o uso da linguagem.

Para identificar os discursos referentes a região antes da oficialização foi realizada uma pesquisa no portal online da Câmara dos Deputados utilizando o acrônimo “Matopiba” para o filtro de busca, assim obteve-se desde o ano de 2009 até 2019 um total de 183 conteúdos com manifestações referentes a região do Matopiba. Esses documentos estão inseridos nos seguintes temas : “agropecuária” com 64 registros ; “cidades e transportes” com 30 registros; “ciência, tecnologia e comunicações” com 6 registros; “consumidor” com 4 registros; “direitos humanos” com 18 registros; “economia”, 33 registros; “educação, cultura e esportes”, 13 registros; “meio ambiente e energia” com 27 registros; “política e administração pública”, 48 registros; “relações exteriores”, 3 registros; “saúde” com 14 registros; “segurança”, 11 registros e “Trabalho, previdência e assistência” com 11 registros.

Os trechos selecionados ponderam os aspectos relacionados as questões de desenvolvimento e economia para a região. A seguir serão destacados os discursos considerados mais relevantes que pontuaram essas questões antes da criação do Matopiba.

Assim é possível identificar que os primeiros discursos sobre o Matopiba têm início em 2009 pelo deputado federal Paes Landim (PTB-PI), em 06 de abril para debater entre

outros assuntos as estratégias para o estímulo ao desenvolvimento da Região Nordeste. Na sua fala ele destaca o desenvolvimento do estado do Piauí que integra a última fronteira agrícola:

O Piauí integra a nova e última grande fronteira do Brasil. A nova fronteira planta hoje 3,5 mil hectares de soja e milho nos Estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia — o chamado **MaToPiBa**, bela expressão usada pelo jornal Gazeta do Povo, do Paraná. O Ministro escolheu o local para lançar a colheita depois de conhecer o potencial produtivo da região, mostrado pela Expedição Safra, da Rede Paranaense de Comunicação — RPC. A estimativa é de que a área dedicada a esses grãos pode chegar a 10 milhões de hectares em 10 anos, ampliando a safra brasileira (PAES LANDIM, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 06/04/2009).

Como destacado pelo deputado, nesse ano já considerava a região como a “*a nova e última grande fronteira do Brasil*”. Como ele mesmo mencionou, a notícia foi publicada no estado do Paraná, demonstrando que antes mesmo dele enquanto deputado do estado que compõem o recorte territorial da região do Matopiba ainda não havia se informado sobre a terminologia definida composta pelos estados.

Em 2011, a região do Matopiba aparece como alternativa ecológica, como pronunciado pelo deputado Fernando Francischini (PSDB-PR) em uma audiência pública que teve como objetivo debater a redução de sacolas plásticas no Brasil. Na matéria apresentada o pronunciamento do representante da empresa Limagrain do Brasil afirmou que o projeto era uma nova tecnologia e grande oportunidade para o setor do agronegócio, e que “nós podemos expandir nossa produção e aumentar a renda no campo”, visando o aumento da produção com a possível região do Matopiba.

A CPI- Amazônia realizou uma reunião no dia 20 de setembro 2011, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com o sumário intitulado “Debate sobre a transposição de águas do Rio São Francisco, sua navegação, sustentabilidade ambiental, social e econômica”. Nessa atividade o pronunciamento do deputado Homero Pereira (PR-MT) chama a atenção para os projetos que subsidiariam os estados que iriam compor o recorte do Matopiba:

Na semana passada, recebi no meu gabinete uma equipe da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia, preocupada com o projeto que estamos relatando sobre eclusas. É que o uso das águas sempre foi considerado para fins energéticos e não para fins de navegação, entre outros. Trata-se do uso múltiplo das águas. Menciono o exemplo do Rio São Francisco, que tem todo esse potencial, principalmente a partir da ocupação do oeste da Bahia, do sul do Piauí, do sul do Maranhão, do Tocantins, **da região do Matopiba**, essa região do Porto de Ilhéus - o senhor levanta muito bem aqui essa questão -, assim como outros modais, o modal ferroviário, **a Ferrovia de Integração Centro-Oeste - FICO, a Ferrovia Leste-Oeste, a Ferrovia Norte-Sul**. Eu acho que é o uso de todos esses modais que vai tornar o nosso País mais competitivo. Nós estamos vivendo numa economia globalizada. Os

concorrentes não nos perdoam pelas nossas deficiências. E somos muito competitivos da porteira para dentro das propriedades (HOMERO PEREIRA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 20/09/2011).

Enquanto presidente de uma audiência pública realizada no dia 17 de abril de 2011, ele ressalta que:

A revista Veja desta semana traz **a migração que já ocorreu para Mato Grosso e que agora está na região de MATOPIBA** - Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. **A produção está migrando para essas regiões.** É importante que, em nosso País, muito competitivo nessa área de produção de alimentos, não nos frustremos pelo fato de ter toda a eficiência que temos da porteira para dentro das propriedades, incorporando tecnologia. O Brasil não perde para nenhum país do mundo. Estão aqui muitos produtores. Não perdemos para nenhum, dentro das nossas propriedades. Temos condições de competir com qualquer país do mundo. No entanto, da porteira para fora, perdemos essa competitividade, porque nossos caminhões são verdadeiros armazéns e, em vez de andar 500 quilômetros e voltar, têm de andar 2 mil, 3 mil quilômetros. O Brasil parou de investir em ferrovias. No passado já tivemos quase 30 mil quilômetros de ferrovias em pleno uso, hoje são menos de 12 mil quilômetros. Também paramos de investir em ferrovias. Fomos descobertos e interiorizados pelos rios (HOMERO PEREIRA, CAMARA DOS DEPUTADOS, 17/04/2011).

Em vista disso, a criação do Matopiba é caracterizada como um enunciado que ainda perpetua na mídia e nas ações políticas sobre a égide do capital. Deste modo, as ações políticas continuam intensificando/impulsionando os processos de transformações na história singular e descontínua do Matopiba. Portanto, considerando as diversas abordagens antes da oficialização da região, pode-se afirmar que os mecanismos e formas de regionalização possibilitam a construção de inúmeras regionalizações num mesmo território, atendendo usualmente concepções e interesses distintos (LIMONAD, 2004). Essa conformação de ideias é estruturada com base na definição do discurso como modo de relação de processos sociais, econômicos e de poder.

Relacionados com a noção de desenvolvimento, saindo de uma escala mais subjetiva no que tange os princípios ideológico e discursivos que são estabelecidos nos ambientes das ações públicas, considera-se a hipótese da conformação desta região como interesse de poder do Estado. Dentre os inúmeros fatores, é importante frisar as narrativas que deram base para que os processos de industrialização e modernização nos setores agrícolas tornassem fundamentais para sustentar os discursos políticos criando um plano imaginário.

E assim, o campo das exigências para os investimentos na região do Matopiba foi fortalecendo entre deputados de diferentes estados, assim definindo como um projeto de interesse nacional e não apenas local. Em consequência disso, no período de 2012 começa

surgir com mais ênfase a denominação dada como “última fronteira agrícola”, como é destacado na fala do deputado Eli Correa Filho (DEM-SP), na audiência pública com o objetivo em debater a “consolidação do Brasil como potência agrícola mundial”.

Além de mais produção e mais vendas o Ministério da Agricultura avalia que o Brasil **terá uma nova fronteira agrícola - batizada de Matopiba** (formada pelo Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Essas áreas estão atraindo novas lavouras porque têm terras mais baratas que a Região Centro-Oeste e poderão aumentar a produção de algodão, frango, carne bovina e soja, além de celulose e papel. Destaca-se ainda o crescimento das safras e exportações. A produção do algodão deve crescer 47,8% nos próximos anos e a exportação do produto (sem as barreiras comerciais americanas) em mais de 68%. O café terá aumento de produção em mais de 24% e a venda para o comércio exterior crescerá em quase 46%. Já a produção de soja subirá em cerca de 36% e a exportação em 39%. Esses resultados podem ser ainda melhores que o esperado, segundo o então Ministro da Agricultura, Wagner Rossi, ao esclarecer que a projeção feita pelos técnicos do MAPA e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA se baseou em resultados medianos (ELI CORREA FILHO, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 26/04/2012).

Nesse contexto, é importante observar que 3 anos antes do Decreto 8.447 de 2015, os estudos da Embrapa já apresentavam resultados pertinentes ao quadro agrário e de produção da região. Contestando a fala do deputado, é importante destacarmos que no ano de 2012 o Ministério da Agricultura estava sob competência de Mendes Ribeiro Filho (PMDB) e não o Wagner Rossi como mencionado no trecho acima. Rossi (PMDB) deixou o cargo em setembro de 2011.

Referente a fala do deputado sobre o papel da Embrapa, de modo geral Souza (2011) ressalta que o discurso da empresa desde o início da sua fundação remetia ao crescimento da produtividade com base nos fatores de terra e trabalho, e com uma agricultura fundamentada na ciência e tecnologia. Desse modo, em projetos atuais e especificamente no caso do Matopiba, o discurso da inovação e tecnologia para o setor agropecuário construiu uma região que atendesse o modelo de produção ao qual pudessem agradar os grandes produtores e o mercado internacional elaborando novos pacotes tecnológicos para subsidiar as atividades agrícolas.

A construção da Ferrovia Oeste-Leste e a Ferrovia Norte-Sul foi um dos primeiros grandes projetos a serem implementados resultando na inserção do Matopiba na pauta dos planos de orçamentos públicos. Na comissão, o Presidente Josias Sampaio Cavalcante Junior da VALEC Engenharia Construções e Ferrovias S/A, relatou sobre a situação do processo de implementação do empreendimento, e destacou as cidades da região que estavam sendo realizadas as obras, segue:

A gente está tratando aqui da Ferrovia Oeste-Leste, chamada de FIOL, dos Lotes 5 a 7, e da Ferrovia Norte-Sul, Lotes 13 e 14, conforme apontado. Esse mapa, que tenta mostrar a malha toda, mostra a importância da FIOL e da FNS,

da conexão da FIOLE com a FNS. O trecho de que estamos falando vai de Caetitê a Barreiras, naquela parte final, que é **a região produtora de grãos do oeste baiano, que integra a região do Matopiba**, uma importante região produtora de grãos, nova fronteira agrícola do País. Essa é a futura ligação nos Lotes 13 e 14, que também são apontados com indícios de irregularidades (JOSIAS SAMPAIO CAVALCANTE JUNIOR, CÂMARA DOS DEPUTADOS 27/11/2012)

A situação atual desse projeto consta-se apenas com 505 km concluídos entre os municípios de Figueirópolis (TO) e Barreiras (BA). Segundo Lima (2019), essa obra é uma participação direta do capital Chinês e têm causado danos as populações que vivem nas localidades próximas ao empreendimento e os impactos na fauna e flora. Em 2019 o projeto estava passando por atualizações e concessão prevista para 2020 como descrito na cartilha disponibilizada pela VALEC.

No ano de 2013 o Ministério da Agricultura estava sob a coordenação de Antônio Andrade (PMDB). Nesse ano as pesquisas realizadas pela EMBRAPA referentes ao projeto Matopiba criaram uma serie de afirmações sobre a prosperidade da região. Neste contexto, o deputado Assis Carvalho (PT-PI) destacou com entusiasmos os dados do relatório “Brasil-Projeções do Agronegócio”, e enfatizou que a região tinha como um dos pontos importantes a redução dos preços das terras, como apresentado abaixo:

Sr. Presidente, há cerca de 2 anos, o Ministério da Agricultura fez uma projeção formidável: o Piauí será a nova fronteira agrícola do País até 2020. Em parceria com a EMBRAPA, de acordo com estimativas do relatório Brasil - **Projeções do Agronegócio, a região situada entre o sul do Maranhão, o norte do Tocantins, o sul do Piauí e o noroeste da Bahia - denominada Matopiba** - vai atrair investimentos e ser responsável pelo salto na produção de grãos nos próximos anos. A região será destaque, inclusive, em razão dos preços reduzidos da terra. O Ministério prevê um salto na produção de grãos (soja, milho, trigo, arroz e feijão), em Matopiba, de 13,3 milhões de toneladas de grãos colhidos em 2010 para 16,6 milhões de toneladas no início da próxima década, com um aumento de 19,9%. A área de colheita também deve aumentar de 6,4 milhões hectares para 7,5 milhões de hectares, podendo atingir 10 milhões de hectares em seu limite superior (ASSIS CARVALHO, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 21/11/2013).

O relatório mencionado por Assis Carvalho (PT-PI), é realizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que considera dados referentes aos aspectos globais, o crescimento da economia numa perspectiva mundial; avalia também as mudanças nos hábitos alimentares e o envelhecimento da população; as questões ambientais e o levantamento minucioso que enquadra o desenvolvimento tecnológico e as estimativas para o setor do agronegócio brasileiro.

Em 2014, os problemas de infraestrutura e logística são denunciados no plenário, como mencionado pelo deputado Ângelo Agnolin (PDT-TO), exigindo a inclusão de obras que beneficiaram a região do Matopiba no Programa de Aceleração do

Crescimento- PAC 2³, e em seguida destacou com ênfase o papel principal da região, como relatado a seguir:

Hoje a BR-010 compõe o novo celeiro agrícola denominado pela **Presidente Dilma de "MAPITO" ou "MATOPIBA"**, sigla dos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, sem falar nos investimentos que seriam realizados nessa nova fronteira agrícola (ÂNGELO AGNOLIN, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 19/02/2014).

Ainda nas questões de infraestrutura e logística, o deputado Jesus Rodrigues (PT-PI), mencionou os projetos de hidrovias, destacando a importância do escoamento para o Porto do Taqui, na cidade de São Luís do Maranhão, Porto do Pecém, no estado do Ceará e o Porto Luís Correa, no estado do Piauí.

O Rio Parnaíba nasce na divisa do Piauí com o Maranhão, já praticamente dentro da região que hoje chamamos de **MAPITOBA - Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia - , uma das últimas fronteiras agrícolas de produção de grãos**. Alguns chamam de **MATOPIBA outros MAPITOBA**, mas é também um canal de escoamento, uma hidrovia. Tem sido feito um Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA dessa hidrovia, que era para ter sido entregue o ano passado. Infelizmente, não foi; pediram adiamento. Os dados que a ANTAQ tem sobre a navegabilidade do Rio Parnaíba (JESUS RODRIGUES, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 30/04/2014)

Mas aí a gente verifica a mudança no cenário econômico e vislumbra a **região do Matopiba** com um ascendente crescimento da produção. Esse crescimento ocorre no Brasil como um todo, mas na região do Matopiba a gente verifica esse crescimento. E a Hidrovia do Parnaíba surge no cenário com uma possibilidade, pela sua situação geoestratégica, para escoar essa produção e aí é que entra o Ministério dos Transportes, juntamente com o DNIT, na política de desenvolvimento de hidrovias (JESUS RODRIGUES, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 07/05/2014)

Na mesma reunião, o representante Tiago Buss da empresa Hidrotopo e Dzeta afirmou que os investimentos das grandes empresas, como a Bunge, Cargill, ADM, financiavam produtores, ressaltando em seguida que o Matopiba “é uma região que já está consolidada”.

Em meio a tantas exigências e enaltecimentos no ano de 2015 a então esperada região do Matopiba é decretada, e assim deu início ao Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba) e a criação de um Comitê Gestor. O Decreto nº 8.447 de 6 de maio de 2015 foi instituído no ano em que a então Senadora Kátia Abreu assume a gestão do MAPA como ministra.

³ De acordo com Jardim e Silva (2015), nessa segunda parte do programa os investimentos foram definidos em seis eixos: Transporte, Energia, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida, e Água e Luz para Todos, como prioridade a inclusão social da população pobre.

Alguns dos personagens políticos que iniciaram os debates da gênese da região, como demonstrado anteriormente, não tiveram mais participação e nem o seu lugar privilegiado na seara da grande aposta do agronegócio no Brasil. Com a permanência do projeto desde 2009 e a alternância dos cargos de ministros da agricultura durante os governos, tornou o Matopiba como pauta da atual agenda política, assim, a questão inclinou-se mais ainda para os seus interesses pessoais e políticos. Em consequência disso, atualmente, o nome que mais soa conjuntamente com o projeto Matopiba é o da Senadora Kátia Abreu (PDT-TO).

O interesse gestado para oficializar a região foi se moldando em diferentes setores do Congresso Nacional tornando possível identificar as diferentes formas de ver e pensar o Matopiba a partir da análise dos discursos proferidos na Câmara dos Deputados Federal, pois esse campo político possuía mais consistência nas discussões e uma maior variação dos partidos políticos e manifestações dos representantes de estados que não pertenciam a região do Matopiba.

Portanto, o poder do discurso político depende da sua capacidade em construir e mobilizar as forças sociais (FAIRCLOUGH, 1995). Dessa forma, consideramos então que as reações sociais da língua e seus significados submetem à avaliação da condição proposta cujo o contexto comunicativo tem relação dialética na estrutura linguística e social na conformação da gênese do Matopiba. Sendo assim, podemos então considerar que a voz do Matopiba é a voz do Congresso Nacional?

2.2 As contradições no decreto do Matopiba

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba - PDA-Matopiba, que tem por finalidade promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL, 2015).

O Artº 84, inciso IV, da Constituição Federal ampara o Poder Executivo para implementar decretos com a finalidade de regulamentar, criar e alterar as estruturas administrativas do estado. Nas palavras de John M. Carey e Matthew Shugart (1998) o decreto do poder executivo pode ser uma implementação de políticas públicas definidas a partir dos seus interesses, ou também uma forma de promover as preferências de outros atores políticos ou do legislativo.

O Decreto Nº 8.447, de 6 de maio de 2015, institucionalizou a região do Matopiba estabelecendo os objetivos e ações para o desenvolvimento e lançou o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do Matopiba. Antecedentes a oficialização, no

ano de 2014 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) já havia realizado estudos por meio do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE). Na primeira Nota Técnica (NT), os autores Miranda, Magalhães e Carvalho (2014) apresentaram uma possível justificativa para a delimitação territorial da região considerando como “uma necessidade de diversos órgãos governamentais em 2013” (p.3). Além dessa NT, mais 06 foram elaboradas com: a “Proposta de um sistema de um Sistema de Inteligência Territorial Estratégica para o Matopiba”; “Sistemas computacionais utilizados na estruturação do SITE Matopiba”; sobre a “Infraestrutura de Dados Espaciais do Matopiba” e as três últimas, sobre a Caracterização do Quadro Natural, Quadro Agrário e o Quadro Agrícola do Matopiba. Assim, esse decreto teve por finalidade instituir o PDA- Matopiba e o Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba.

Na Portaria nº244/2015 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram apresentado os 337 municípios dos estados, sendo : 135 são do Maranhão, 139 do Tocantins, 33 do Piauí e 33 da Bahia, delimitados com um total de 73 milhões de hectares para às atividades agrícola e pecuárias (BUAINAIN et al, 2017). Os projetos e ações relativas às atividades agrícolas e pecuárias para a região foram definidas no § 2º PDA-Matopiba buscando o

I - Desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias;

II - Apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias; e

III - ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais.

§ 3º A implementação do PDA-Matopiba deverá observar a cooperação entre órgãos e entidades federais e entre estes e os órgão se entidades dos demais entes federativos e a participação dos setores organizados da sociedade local.

Art. 2º Fica criado, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Comitê Gestor do PDA-Matopiba, com as seguintes atribuições:

I - Monitorar a implementação, a execução e a efetividade do PDA-Matopiba;

II - Promover a articulação entre os órgãos e entidades públicos e entre estes e as organizações da sociedade civil, com a finalidade de implementar programas, projetos e ações do PDA-Matopiba de forma eficiente, eficaz e ágil;

III - promover avaliações periódicas sobre a execução do PDA-Matopiba;

IV - Revisar e propor atualizações ao PDA-Matopiba, sempre que considerar necessário;

V - Elaborar relatório anual sobre a execução e a efetividade do PDA-Matopiba;

VI - Instituir grupos técnicos para implementação do PDA-Matopiba e promoção de debates sobre políticas setoriais; e
 VII - elaborar seu regimento interno. (DECRETO 8447, 06 de maio de 2015)

Após a instituição do decreto e a apresentação da delimitação da região pela Embrapa, o projeto Matopiba foi estruturado considerando como ponto principal dos projetos de ações, sendo: Infraestrutura, Inovação e Tecnologia, Logística e a Classe Média Rural. Na época a ministra Kátia Abreu do MAPA designou a composição do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba divulgado pelo Diário Oficial da União, definindo os representantes dos órgãos governamentais e da sociedade civil a partir da Portaria de Nº 181 de 02 de outubro de 2015, sendo:

Quadro 3 - Membros dos ministérios do Decreto do Matopiba

Ministérios	Membros
I-MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA ABASTECIMENTO	a) Titular: Kátia Regina de Abreu; b) Suplente: Caio Tibério Dornelles da Rocha;
II-MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	a) Titular: Marenilson Batista da Silva; b) Suplente: Ronaldo José Ribeiro;
III-MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:	a) Titular: Eduardo Von Glehn Nobre; b) Suplente: André Luiz Ribeiro Oliveira;
IV - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL:	a) Titular: João Mendes da Rocha Neto; b) Suplente: Vitarque Lucas Paes Coelho;
V - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	a) Titular: Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira; b) Suplente: Fabiano Borba Guimarães;
VI - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:	a) Titular: André Luiz Carneiro Araújo; b) Suplente: Robson Caldas de Oliveira;

Fonte: Diário Oficial da República Federativa do Brasil (2015).

Quadro 4 - Membros do Poder Executivo dos estados

Poder Executivo dos estados	Membros
VII - ESTADO DA BAHIA	a) Titular: Paulo Francisco de Carvalho Câmara; b) Suplente: Carlos Armando Barreto de Santana;
VIII - ESTADO DO MARANHÃO	a) Titular: Márcio José Honaiser; b) Suplente: Fernando Antônio Trinta Martins;
IX - ESTADO DO PIAUÍ	a) Titular: Francisco das Chagas Limma; b) Suplente: Filemon José Francisco de Souza Nogueira Paranaguá;
X - ESTADO DO TOCANTINS	a) Titular: Clemente Barros Neto; b) Suplente: José Carlos Rodrigues Bezerra;

Fonte: Diário Oficial da República Federativa do Brasil (2015).

Quadro 5 - Representantes do Poder Executivo dos municípios

Representações do Poder Executivo dos municípios	Membros
XI - UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA:	a) Titular: Manoel Azevedo Rocha; b) Suplente: José Marcelo Siveira Mariane;
XII - FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO:	a) Titular: Alexandro Costa Ferreira; b) Suplente: Natália Fróz Souza;
XIII-ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MUNICÍPIOS:	a) Titular: Agamenon Pinheiro Franco; b) Suplente: Valmir Martins Falcão Sobrinho;
XIV - ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DE MUNICÍPIOS:	a) Titular: Wilson Souza e Silva; b) Suplente: Onassys Moreira Costa;

Fonte: Diário Oficial da República Federativa do Brasil (2015).

Quadro 6 - Representantes do setor empresarial

Setor empresarial e de entidades sindicais patronais da agroindústria e da agropecuária	Membros
XV - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DA BAHIA:	a) Titulares: Moisés de Almeida Schmidt e Carminha Maria Missio;

	b) Suplentes: Antonio Balbino de Carvalho Neto e Todd Kenneth Topp;
XVI - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO:	a) Titular: César Rodrigues Viana; b) Suplente: José Hilton Coelho de Sousa;
XVII - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ:	a) Titular: Paulo Emílio do Rêgo Monteiro; b) Suplente: Deusdete Gomes de Pinho;
XVIII - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS:	a) Titulares: Paulo Carneiro e Nasser Iunes; b) Suplentes: Frederico Sodré dos Santos e Rayley Campos Luzza;

Fonte: Diário Oficial da República Federativa do Brasil (2015)

Quadro 7 - Representantes sindicais

Entidades sindicais dos trabalhadores da agroindústria e da agropecuária	Membros
XIX - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DA BAHIA.	a) Titular: Welliton dos Reis Santos; b) Suplente: David Wylkerson Rodrigues de Souza;
XX - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO:	a) Titulares: Francisco de Jesus Silva e Joaquim Alves de Sousa; b) Suplentes: Evandro Araujo Barbosa e Miguel Henrique Pereira Silva;
XXI - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ:	a) Titulares: Paulo Manoel de Carvalho e Elisângela Mariados Santos Moura; b) Suplentes: Maria Betânia Soares dos Santos e Silvio César Sepúlveda Coelho Brito;
XXII - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS:	a) Titular: Antônio Batista de Sá; b) Suplente: Luciano Fernandes Pereira;

Fonte: Diário Oficial da República Federativa do Brasil (2015).

Quadro 8 - Representantes das Universidades

Universidades	Membros
XXIII - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO:	a) Titular: Henrique Nunes Parente; b) Suplente: José Maria do Amaral Resende;
XXIV - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS:	a) Titular: Márcio Antonio da Silveira; e b) Suplente: Waldecy Rodrigues.

Fonte: Diário Oficial da República Federativa do Brasil (2015).

Dos 39 ministérios no segundo mandato (2015) da presidente Dilma Rousseff, apenas 06 integraram o projeto. Assim, é importante ressaltar que nesta composição não consta o Ministério do Meio Ambiente (MMA), que posteriormente foi o único a se manifestar por via de um requerimento solicitando que fosse inserido no decreto. Como contrapartida, o então Ministro do MMA Sarney Filho (PV-MA) encaminhou o requerimento em agosto de 2015, sem saber as devidas intenções do mesmo foi solicitado à Presidente da República que fossem:

Requer o envio de Indicação à Senhora Presidente da República para que sejam adotadas providências relativas ao Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex.^a que seja encaminhada à Senhora Presidente da República a Indicação em anexo, para que sejam **adotadas providências no sentido de incluir representante do Ministério do Meio Ambiente na composição do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba** (PDA-Matopiba), de que trata o Decreto nº 8.447, de 6 de maio do corrente ano.

Sala das Sessões, de agosto de 2015. Deputado SARNEY FILHO PV-MA (BRASIL, 2015 grifos do autor).

Juntamente com o requerimento, constou a indicação que justificava o objetivo da solicitação, e cautelosamente demonstra a importância do MMA:

Ocorre, **senhora Presidente, que a área abrangida pelo Matopiba é extremamente relevante do ponto de vista ambiental**, pois, segundo dados do MMA e do ICMBio, **ali existem 42 unidades de conservação, as quais ocupam uma área total de 8.838.764 ha** e estão presentes em 25 das 31 microrregiões, com ênfase para as microrregiões de Barreiras, no oeste da Bahia, Miracema do Tocantins, Rio Formoso e Jalapão, no Tocantins. No Maranhão, temos a microrregião dos Lençóis Maranhenses (BRASIL, 2015).

Em diversos estudos acadêmicos estão registrados os agravos dos impactos ambientais em fronteiras agrícolas. Desde o ano de 2000 as taxas de conflitos ambientais e sociais nas regiões ocupadas pelo agronegócio têm aumentado gradativamente, e no Matopiba a situação não é diferente.

Os autores Silva, et. al (2019) em pesquisa recente publicada no dossiê sobre o Matopiba na revista NERA, aponta que o governo brasileiro, por meio do Ministério do Meio Ambiente, desde os anos 2000, “afirma, contraditoriamente, estratégias para conter a destruição do Cerrado”. As estratégias se respaldam em criação de “políticas públicas ambientais seletivas”, com a finalidade de criar novas Unidades de Conservação (UCs), “e na fiscalização da adequação das propriedades ao novo Código Florestal”. Os autores ainda ressaltam que os processos que criam “territórios da soja” são antinômicos, “caracterizados pela coexistência entre as monoculturas industriais e as comunidades

tradicionais inseridas em áreas protegidas, tais como Unidades de Conservação (UCs), Reservas Legais e áreas de Proteção Permanente (APPs)” (2019, p. 324).

Reis e Pertile (2019, p.67) destacam que o Código Florestal Lei 12.651/2012, exige que 35% das terras de uma propriedade do cerrado devem ser destinadas à preservação ambiental; na Amazônia esse percentual é acima de 80%. Nas regiões ocupadas pelo bioma a flexibilização da legislação ambiental favorece os baixos preços das terras e a redução das obrigações referentes a preservação ambiental. E ainda ressaltam também às fragilidades da aprovação do Novo Código Florestal em 2018, que resultaram na “flexibilização para a apropriação e uso das riquezas naturais dos cerrados com reduzida atuação dos setores ambientais, atraindo ainda mais os olhares de investidores do setor do agronegócio na região” (REIS e PERTILE,2019, p.67-68).

Mazzetto (2009, p.199) explica um ponto importante nessa questão, que enquanto a Amazônia se configura como a “vitrine ecológica do mundo”, o Cerrado permanece sendo o “primo pobre dos biomas brasileiros”. Dessa forma, sustenta a ideia de destruição do Cerrado incentivado por um discurso que legitima e intensifica os conflitos territoriais na região (PITTA e VEIGA, 2017).

A Embrapa afirma que o Matopiba não tem o quadro de desmatamento como em projetos anteriores, porém, a afirmação não coincide com os dados apresentados antes da oficialização da região. Como mostra Spera et. al (2016) foram constatados que em 2003 a cobertura de terra no Matopiba era de 82 %, com 12% destinado a pastagem e 5% definidas como terras cultiváveis. No período entre 2003 e 2013 a área de terras agrícolas dobrou de 1,3 ha para 2,5 milhões de hectares. Desse valor 64% foram convertidos em terras cultiváveis extraídos da vegetação indígena, e as demais em pastagens “limpas”. Os autores também destacaram os índices das áreas cultivadas em cada estado. Por exemplo, no estado do Piauí a área de cultivo passou de 1.20.000 ha para 4.500 ha. No estado do Maranhão dobrou para 4.50.000 ha; o estado do Tocantins teve um aumento de três vezes mais, passando para 2.70.000 ha. E por fim, no Oeste da Bahia, sendo uma das regiões mais antiga no processo de expansão agrícola no recorte do Matopiba, apresentaram dados de áreas cultivadas que passaram de 8,20 mil ha para 1,4 milhões de hectares, sendo o mais expressivo (SPERA et. al, 2016, p.3407).

No processo de expansão da fronteira foram destacadas várias questões relacionadas aos impactos ambientais, sendo: a intensificação da concentração de renda fundiária, grandes índices de contaminação pelo uso de agrotóxicos, alto consumo de água, grilagem, e o *land grabbing*. Esse último é o poder do acúmulo do capital em

apropriação de terras que são intencionadas por crises, sejam elas ambientais, alimentar, e financeira em um governo neoliberal (SAUER; BORRAS JR., 2016; FREDERICO,2019). Referindo-se ainda ao poder pela terra, Li (2014) distingue o movimento atual dos anteriores, sendo caracterizado pela velocidade das práticas definindo-o como “land rush” ou no mais popular, a “corrida por terras”.

Esta é uma das únicas atas que foram encontrados registros com debates que abordaram as questões ambientais com a participação dos movimentos sociais e ONGs na Câmara do Deputados. Nesse evento os assuntos sobre os impactos no Matopiba foram manifestados pelos representantes de ONGs, como a Rede Cerrado e Agência 10esenvolvimento. A audiência pública foi realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no dia 27 de agosto de 2015, e teve como objetivo discutir o Plano Nacional de Defesa Agropecuária (PNDA) e a Agência de Desenvolvimento do Matopiba. Os participantes relataram que:

[...] Nós acompanhamos as comunidades invisíveis que margeiam o agronegócio, **em Formosa do Rio Preto, São Desidério, Baianópolis, Riachão das Neves, Barreiras**. E o povo continua sendo expulso a bala ainda hoje CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL,2015).

O que faz o agronegócio em relação aos aspectos ambientais? Ele promove o desmatamento com impacto sobre as comunidades, a água, a biodiversidade e o clima; um modelo de monoculturas,[...] a contaminação do solo e das águas, com o Brasil campeão no uso de agrotóxicos;[...] uso de sementes transgênicas, com risco para a saúde humana e para a natureza [...] **O PDA focado no modelo do agronegócio, não contribui para os objetivos propostos de melhoria de qualidade de vida para as populações**, sendo concentrador de terra e renda, excludente, gerador de êxodo rural, de degradação ambiental e de conflitos (CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL,2015).

A sustentabilidade pautada refere-se sempre as questões econômicas e a proteção das lavouras, como relatado pelo deputado Júlio Cesar (PSD-PI) na mesma audiência:

A Presidente Dilma Rousseff criou um programa **de incentivo à produção sustentável nos cerrados do Piauí, do Maranhão, do Tocantins e da Bahia**, bioma responsável hoje por 10% da produção nacional. Esse programa quer estimular o aproveitamento dos cerrados para que possam eles produzir 15%, 20% ou, quem sabe, 25%, porque esse é o grande potencial que o Brasil tem para crescer na produção agrícola (JÚLIO 2CESAR, CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL,2015).

Esses dados representam claramente que o desfalque do MMA no projeto favoreceria os grandes produtores da região estimulando a expansão de áreas para produção de *commodities* no bioma cerrado, já que não houve nenhum órgão no decreto que pautassem políticas voltadas para as questões ambientais. Mesmo realizando audiência com a temática da “sustentabilidade” no Matopiba, os dados de impactos ambientais não foram mencionados. Sendo assim, a ênfase dada a essa questão torna-se

importante, pois houve o interesse do ministro na época, mas talvez por questões mais “pessoais”, inserir o MMA no decreto trariam mais “ônus” do que “bônus”.

Com a intenção de envolver toda a esfera política para elaborar o desenvolvimento nesta região, como definido anteriormente, foi eleito representantes do governo federal, do governo estadual, e as entidades representativas dos agricultores dos estados; com a ideia de pensar em conjunto, principalmente com os pequenos e grandes agricultores. Porém, na entrevista concedida para esta pesquisa no mês de maio do ano de 2019 com um dos representantes do MAPA, ele relatou que não foram realizadas reuniões ou atividades pertinentes ao desenvolvimento do projeto por esse comitê, e afirmou que

Entrevistado: “O Comitê Gestor foi feito uma convocação de todas as entidades, todas as entidades mandaram o nome da pessoa que seria representante e foi feito. definida qual era o comitê gestor do **plano de desenvolvimento do MATOPIBA**. Isso foi até uma discussão jurídica que o decreto dizia que tinha que se definir um plano e a comissão juntos, dava pra entender isso, eu consultei o jurídico, mas não, muito bem, não seria muito mais razoável nós primeiro definirmos a comissão pra que esse plano ele seja embasado, seja reforçado como o próprio decreto quer dizer, pelo comitê gestor. Esse plano não seja simplesmente do Ministério da Agricultura, o ministério da Agricultura pode até sugerir, mas ele seja respaldado pelo comitê gestor. Aí o jurídico achou que não tinha incompatibilidade e foi feito o decreto para o comitê gestor, foi montado o comitê gestor, legalmente foi feita uma portaria designando. Qual era o passo seguinte? Era provocar o comitê e definir o plano. O plano que era de responsabilidade do Ministério da Agricultura, pelo próprio decreto. Então foi feito esses dois passos e o terceiro passo seria o plano, esse, embora a ministra tenha publicado o que aconteceu, **eu até hoje, ninguém conseguiu ver esse plano**” (SECRETÁRIO DO MAPA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2019).

Ao ser questionado sobre a existência do comitê, ele afirmou que “*Ele nunca foi convocado*”, mas que teve formalidade, mesmo não sendo convocado. Considerando que esse seria um dos meios importantes para a participação da comunidade em geral e onde também seriam discutidas implementações das políticas públicas voltadas para a região. E que não teve avanços. Por consequência disso, surge uma possível hipótese de que a estagnação desse comitê estava relacionada aos entraves políticos no ano de 2016. Sendo assim, o representante estima na fala que:

Entrevistado: “[...] essas portarias saíram no final do ano. E início do ano seguinte começou já com a questão do impeachment e aí se deteriorou...” (SECRETÁRIO DO MAPA, ENTREVISTA REALIZADA EM 2019).

Após o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, Kátia Abreu foi destituída do ministério, assim, as discussões acerca do Matopiba foram se dissipando e principiou um movimento de desvalorização na estrutura administrativa do Matopiba. Nos registros analisados foi possível notar a região do Matopiba não era mais prioridade da agenda do governo interino e nem como uma pauta positiva e de prosperidade no parlamento. Mas mesmo assim, ainda houveram súplicas, como retratado no discurso do

deputado Silas Freire (PR-PI), em 04 de outubro de 2016 com sumário intitulado de “Inconformismo com a extinção, por decreto presidencial, da seção administrativa de atenção ao projeto MATOPIBA”, expondo sua indignação:

A segunda preocupação é que o **Presidente Temer extinguiu**, por meio de decreto, **a seção administrativa que estava dando atenção ao MATOPIBA**, que compreende a região do Cerrado do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia, com um único decreto, sem dizer como ficará a atenção àquela região do País, que, diga-se de passagem, está **em pleno desenvolvimento**.

Eu venho chamar a atenção da base do Governo, dos Deputados piauienses que fazem parte da base do Governo para **buscar alternativas, porque o MATOBIPA tinha uma atenção especial no Ministério da Agricultura e perdeu agora com esse decreto do Presidente Temer** (SILAS FREIRE, CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL,2016).

O decreto 8.852, de 20 de setembro de 2016 tratava-se da estrutura regimental e de cargos em comissões do MAPA, que posteriormente culminou na extinção do Departamento de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, que era destinado para promover a execução de programas no setor agrícola, realizar estudo e também para implementar os instrumentos de promoção da região, como: a infraestrutura, tecnologia e inovação, o fortalecimento da classe média rural, e a logística. Em 2019, foi então revogado com um novo decreto de nº 9.667, em 02 de janeiro de 2019, e mesmo assim, o projeto Matopiba não foi contemplado com nenhuma secretária exclusiva.

No discurso do deputado Carlos Henrique Gaguim (PTN-TO) no dia 17 de novembro de 2016, na sessão da Câmara para debater os investimentos do MAPA para a região do Matopiba, ele também reivindicou a permanência do projeto dizendo que:

[...] volto a esta tribuna para solicitar do Governo Federal e do Ministro da Agricultura uma atenção especial ao **MATOPIBA**, que engloba os Estados do Piauí, do Maranhão, da Bahia e o meu Tocantins.

[...] À época, a Ministra Kátia Abreu fez um mapeamento, elaborou um projeto com a EMBRAPA e vários institutos sobre a viabilidade da nova fronteira para o País.

Infelizmente está meio parado, infelizmente não está sendo dada atenção especial ao **MATOPIBA**.

Na semana que vem, terei todos os dados, cobrarei novamente. Espero que os membros da bancada da CMO possam olhar com carinho esses quatro Estados, que fazem parte do País. O Norte e o Nordeste precisam ser olhados,

[...]Como fui e sou o Secretário-Geral do **MATOPIBA**, tenho a obrigação com o meu povo do Tocantins, com as minhas cidades do Estado, de aqui pedir e cobrar providências.

Gostaria que essas palavras fossem registradas no programa A Voz do Brasil e nos meios de comunicação desta Casa, porque um projeto importante do **MATOPIBA**, que são milhares e milhares de hectares para a produção, tem que ter continuidade, para o desenvolvimento do País (CARLOS HENRIQUE GAGUIM, CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL,2016).

As tentativas de inserir a discussão no plenário são recorrentes, como demonstrado no Requerimento da Senadora Regina Sousa (PT-PI), em outubro de 2016, solicitando

uma audiência pública para debater o PDA-Matopiba, na época com o ministro do MAPA Blairo Maggi, o mesmo que extinguiu a Secretaria de Assuntos Especiais.

O atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, revogou 3 artigos do decreto normativo do Matopiba por meio do Decreto nº 10.087, de 5 de novembro de 2019, sendo eles: Art. 2º sobre a criação do Comitê Gestor do PDA Matopiba; Art.3º A participação do Comitê Gestor do PDA Matopiba relacionada a prestação de serviço público relevante e não remunerada; o terceiro e último, no Art.4º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tratava-se da função da Secretaria Executiva do Comitê Gestor do PDA Matopiba em fornecer apoio administrativo necessário para o seu funcionamento. Posto isso, a estrutura política do projeto foi de certo modo afetada, mesmo que na ausência dos representantes ainda assim apresentava formalidade dos responsáveis locais. Portanto, é pertinente nos atentarmos para os próximos passos que serão dados pelo ministério no que diz respeito ao Matopiba.

2.3 Frente Parlamentar do Matopiba

Em um contexto geral, a Frente Parlamentar é composta por vários partidos políticos que se reúnem para debater temas de interesses relacionados a sociedade. A sua constituição é feita a partir do registro de um requerimento. Na composição pode conter no mínimo um terço do Poder Legislativo, constando o nome da Frente Parlamentar e o nome do responsável. A criação da Frente Parlamentar do Matopiba foi mais um dos marcos importantes na estruturação do projeto no âmbito do Poder Legislativo Federal

A Frente Parlamentar do Matopiba foi criada em 02 de junho de 2015 pelo Requerimento 2043/2015 através do deputado Irajá Abreu (PSD-TO) que era autor e presidente da frente. Ao assumir o cargo, o deputado indicou os seguintes nomes para secretário-geral: Carlos Henrique Gaguim (PMDB-TO); e como coordenadores: André Fufuca (PEN-MA), Júlio Cesar (PSD-PI), Vicente Júnior (PSB-TO), João Carlos Bacelar (PR-BA). Os objetivos da frente eram:

- II Atuar no âmbito dos Poderes Legislativos, Executivo (Federal, Estadual e Municipal) e setor privado, visando o fortalecimento das Políticas Públicas voltadas ao pleno Desenvolvimento da Região do Matopia, no incremento da Agricultura Familiar e do Agronegócio;
- III. Fomentar ações legislativas integradas de desenvolvimento econômico na região;
- IV. Fomentar Políticas de promoção regional;
- V. Contribuir com as ações governamentais;
- VI. Apoiar o fortalecimento das políticas de exportação;
- VII. Apoiar o Desenvolvimento da infraestrutura;
- VIII. Promover o diálogo com a Sociedade Civil, as Federações de Agricultura, a Confederação Nacional da agricultura; Empresa Brasileira de Pesquisa e

Agropecuária- EMBRAPA, organizações privadas, representantes do agronegócio e da agricultura familiar, visando o pleno desenvolvimento da região do Matopiba.

IX. Desenvolver o Plano de atuação da Frente Parlamentar do Matopiba, (2015/2018). (REQUERIMENTO,2043/2015. Grifos do autor)

O requerimento constou com 229 assinaturas, em média 44% do parlamento da Câmara dos Deputados Federal. As atividades realizadas para debater o projeto do Matopiba após a instauração da Frente tiveram apenas a participação individual de alguns deputados integrantes, como: o deputado Carlos Henrique Gaguim (Bloco/PMDB-TO), deputado Assis Carvalho (PT-PI), deputado Paes Landim (Bloco/PTB-PI), deputado Sergio Souza (Bloco/PMDB-PR), deputado Mainha (SD-PI). Após a consolidação da Frente houveram poucas participações dos demais membros nas discussões pertinentes a região do Matopiba, entre eles o presidente da Frente Parlamentar Irajá Abreu (PSD-TO).

Em 2019 o Projeto de Resolução do Senado Nº 32, de 2019, institui novamente a Frente Parlamentar do Matopiba com a autoria do Senador Roberto Rocha (PSDM-MA), até o atual momento não foram encontradas reuniões, audiência pública ou qualquer outra atividade relacionada para discutir sobre os futuros planos para a região.

Portanto, a ação desses agentes é complexa em razão da dinâmica da acumulação capitalista e das relações de produção que fazem emergir os conflitos de classe. Ademais, as ações desses agentes são elaboradas dentro de marcos legais baseados em instrumentos jurídicos com respaldo dos agentes dominantes, muitas vezes permitindo que haja transgressões nos seus benefícios. Desse modo, são evidentes os processos de construção e reconstrução de regiões pelas modificações em suas paisagens a partir da incidência nas narrativas que estão relacionadas com as práticas políticas, econômicas e sociais referentes a última fronteira agrícola e suas possíveis reconfigurações políticas e territoriais.

CAPÍTULO 03: PLANOS E AÇÕES PARA A REGIÃO DO MATOPIBA

3.1 Os discursos das diretrizes do Matopiba no Congresso Nacional

2 Art. 48 da Constituição: “Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente as ali enumeradas.”

Neste capítulo foram analisados os discursos dos parlamentares entre os anos de 2015 e 2016, visto que esses enunciados apareceram com alta frequência no material analisado resultando nos temas que estão correlacionados com Inovação e Tecnologia, Infraestrutura, Classe Média Rural e Logística. Foram delimitados esses quatro temas que

estão definidos no Art.1º do decreto 8.447 como diretrizes para o desenvolvimento da região, para direcionar o objetivo da pesquisa com base nos discursos dos parlamentares.

É na natureza do discurso que são determinados quais os aspectos admitidos nas argumentações e quais os alcances que serão atribuídos aos enunciados. Dessa forma passa a ser um ato de convencimento a partir de um olhar racional na tentativa de exercer uma influência sobre os demais interlocutores para obtenção e adesão de ponto de vista particular na articulação do poder e do conhecimento, pois a fala tem um lugar definido e um propósito.

Em consequência disso, a construção de uma estrutura regional também pode se dar a partir das interações sociais e dos sujeitos, sendo o discurso uns dos fatores de domínio entre as relações sociais e seus processos estabelecendo mudanças que implicam diretamente nas dimensões ideológicas que são conformadas em discursos vinculados a criação das estruturas no campo social. De acordo com a afirmação de Fairclough (1989) “a política consiste parcialmente em disputas e lutas que ocorrem na linguagem e sobre a linguagem”. Sendo assim, “o uso geral da linguagem consiste em passar nosso discurso mental para um discurso verbal, ou a cadeia de nossos pensamentos para uma cadeia de palavras” (HOBBS, 1979, p.32).

Nesse sentido, o discurso competitivo para enaltecer a região do Matopiba são recorrentes e não demonstra nenhuma relação atribuída ao propósito coletivo pelos parlamentares. De acordo com Santos (2001) “a competitividade se funda na invenção de novas armas de luta, num exercício em que a única regra é a conquista de melhor posição” (2001, p.57).

Desse modo, as ações dos atores estão diretamente relacionadas com a região enquanto produto e produção da diferenciação espacial e dos processos de globalização e fragmentação. Esses processos são típicos do presente contexto econômico e social como afirma Limonad (2004, p.55), que “a região é antes de qualquer coisa um fato político”, e assim, fortalece o discurso da ação do Estado, das empresas, instituições de poder e de grupos socioculturais advindos de diferentes classes econômicas e políticas. Essa relação de poder fomenta atrativos para o capital, que dessa forma, criam espaços que detém dos privilégios monopolistas para serem tiradas proveitos mediante a criação de paraísos para os investimentos (HARVEY, 2004, p.92).

A expansão da fronteira agrícola do Matopiba calcada nas ações dos projetos anteriores, como o planejamento apoiado em assistência técnica, a pesquisa, a relação com o comércio internacional, a política voltada para os baixos preços de terras e

abastecimento, criou uma região atrativa de privilégios. Essa expansão também é marcada pelos impactos recorrentes na região, devastação da vegetação do Cerrado, os impactos em Comunidades Tradicionais e os conflitos por terra e água.

Assim, a construção do Matopiba é projetada nas Notas Técnicas da Embrapa desde de 2013 apresentando as definições fundamentais para construir o discurso defensor do PDA-Matopiba mesmo que o contradiscurso estava posto e a realidade dos impactos explícitos. Dessa forma, a imagem do Matopiba passou a ser idealizada pelo discurso da autonomia política, dos privilégios dos recursos naturais, delimitando o espaço como um instrumento de consolidação da região enviesado pela narrativa de que essa seria a grande contribuição econômica para o país, considerada como a última fronteira agrícola buscando diferenciar das demais. Ao mesmo tempo, tornou-se também o lugar de intensas disputas políticas e de grupos sociais que contestam o modelo que foi idealizado e vocacionado para as atividades agrícola, pois quem deteve do poder de delimitar a região sempre fortaleceu o discurso da classe dominante.

Assim, as pesquisas aplicadas e desenvolvidas pela Embrapa sempre estiveram assimiladas as demandas do governo. Nesse sentido, a região do Matopiba é entendida enquanto um novo cenário estruturado por um “pacote tecnológico” que integra na sua estrutura à condução das práticas de investimentos e desenvolvimento que são refletidas pelos grupos políticos e pelo Estado.

Os investimentos para a região foram elaborados por meio do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) com intuito de promover o crescimento econômico recorrendo aos modelos de inovação e tecnologia para o setor agropecuário concebendo estratégias para privilegiar a região do Matopiba, como apresentadas nas Notas Técnicas. Desse modo, foram definidas no PDA Matopiba:

- I - Desenvolvimento e aumento da eficiência da **infraestrutura logística** relativa às atividades agrícolas e pecuárias;
- II - Apoio à **inovação e ao desenvolvimento tecnológico** voltados às atividades agrícolas e pecuárias; e
- III - Ampliação e **fortalecimento da classe média no setor rural**, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais (DECRETO 8447, 06 DE MAIO DE 2015).

Conforme afirma Souza (2017) o PDA- Matopiba proporcionou a consolidação da região fundamentadas nas diretrizes (destacadas acima). Assim, o autor afirma que o plano “configura-se como instrumento que estimula a difusão e consolidação do agronegócio no MATOPIBA, “[..] voltadas ao fortalecimento de setores indispensáveis a esta atividade[...].” (2017, p.24).

Dessa forma, o processo institucional do Matopiba é direcionado para atender o setor hegemônico do capital. Assim, para a efetivação das diretrizes mencionadas, apoiando-se ao conceito de “região como ferramenta” (RIBEIRO, 2004), Santos (2017, p.24) define que o GITE

inventa e institucionaliza uma região com o propósito de intervenção em setores indispensáveis para atribuir maior competitividade ao agronegócio no Matopiba, conferindo-lhe um caráter de ‘região como ferramenta’ (SANTOS, 2017, p.24).

Portanto, a regionalização como ferramenta produz uma dinâmica estratégica envolvendo as práticas sociais e discursivas que influenciam na construção de convicções e pensamentos que expressam as problemáticas no território. E assim, compreendendo que o processo de regionalização não é apenas o recorte espacial, não é somente uma composição e junção de municípios estratégicos para a esfera política e econômica. Santos (2006, p.108) ressalta que “a região e o lugar, aliás, definem-se como funcionalização do mundo e é por eles que o mundo é percebido empiricamente”, portanto, o ato de regionalizar é decorrente de uma composição de estratégias que são implantadas em diferentes escalas por esses atores políticos. No que concerne a relação do discurso e o sujeito no processo de regionalização Brenno Werlen afirma que:

Estes discursos sustentam que entidades sociais como nações ou etnias podem reivindicar os mesmos direitos que os sujeitos. Os direitos do sujeito moderno, assim, estão sendo reivindicados por construções holísticas. Estas são baseadas numa constituição social da realidade na qual as categorias espaciais dominam as categorias sociais. Consequentemente, os discursos nacionalista e regionalista postulam que os problemas sociais podem ser resolvidos pela mudança das bases espaciais da sociedade. Mas quais são as consequências sociais de tais descrições e discursos? (WERLEN, 2000, p.08).

Assim, as ações políticas continuam intensificando/impulsionando os processos de transformações na história singular e descontínua do Matopiba. Portanto, considerando estas diversas abordagens, pode-se então afirmar que os mecanismos e formas de regionalização possibilitam a construção de inúmeras regionalizações num mesmo território, atendendo usualmente concepções e interesses distintos (LIMONAD, 2004). O ato de regionalizar é decorrente de uma composição de estratégias que são implantadas em diferentes escalas por esses atores políticos.

Segundo Souza (2017, p.41) a concentração desses instrumentos técnico voltados para a infraestrutura, logística, tecnologia e inovação na produção agrícola da região é “[...] a constituição de uma tecnosfera a partir do adensamento técnico para a produção agrícola [...] e uma psicofera, através do discurso e ideologia de modernização agrícola”.

A primeira reunião que foi mencionada o projeto Matopiba ocorreu na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura no dia 19 de março de 2015. Nesta audiência a Ministra Kátia Abreu classificou o Matopiba como um dos programas regionais aberto para parcerias com empresas exportadoras e as que pretendiam exportar. Dentro desse contexto ela destacou a divisão proposta para a região.

No Nordeste, estamos traçando uma estratégia diferenciada. O Nordeste sempre foi tratado como uma região única e nós estamos dividindo o Nordeste em três áreas: o Nordeste Cerrado, o Nordeste Semiárido e o Nordeste Mata Atlântica. **O Nordeste Cerrado ficará no Projeto Matopiba, que é a última fronteira agrícola de Cerrado do mundo.** Nós estamos na Mata Atlântica, que são produtores que têm uma renda maior, mas um pouco menor do que os produtores nordestinos do Cerrado, de alavancar projetos específicos regionais (KÁTIA ABREU, SENADO FEDERAL, 19/03/2015).

Em seguida ela enfatizou a parceria realizada com a Embrapa:

Srª Presidente, o Evaristo Miranda vai apresentar um **programa de desenvolvimento regional apenas como modelo do que estamos fazendo com a Embrapa**, mas já estamos iniciando o Nordeste e também a Região Norte. Vamos cobrir todo o País com projetos específicos, mas com estudo profundo de cada Região, não necessariamente a Região completa, como citei o Nordeste, **mesmo no Matopiba, que é um pedaço de várias regiões, mas identificando regiões produtoras e fazendo um diagnóstico profundo das necessidades e das ausências** (KÁTIA ABREU, SENADO FEDERAL, 19/03/2015).

Como mencionado por ela, o responsável pelo desenvolvimento do projeto é o chefe da Embrapa, o Srº Evaristo Miranda. Ao mencionar o acrônimo definido para os quatro estados, os demais parlamentares perguntaram o que significa a sigla, pois mostra que ainda não era um projeto conhecido pelos demais senadores que estavam na reunião.

Em seguida, o Srº Evaristo Miranda apresentou o projeto pela primeira vez ao plenário mostrando as áreas de produção do Oeste da Bahia do trabalho realizado pelo BNDES destacando os índices da expansão da soja desde 1990. E posteriormente definiu os critérios que foram utilizados para a delimitação do Matopiba, sendo:

1. [...] **são os cerrados.** São regiões dominadas por cerrado, onde está se expandindo essa agricultura moderna, e isso se faz sem levar a grandes ou significativos desmatamentos, porque são áreas de pecuária que são convertidas para lavoura (EVARISTO MIRANDA, SENADO FEDERAL, 19/03/2015).
2. **O segundo grande critério foi socioeconômico.** Temos que ajustar as microrregiões porque a política agrícola, todo tipo de política se baseia em microrregiões, em Municípios, na rede bancária, no Pronaf. Finalmente – e vou deixar, no fim, o site onde existe esse estudo detalhado –, hoje para nós, como realidade operacional, o Matopiba é isso: são essas 31 microrregiões que cobrem aproximadamente 73 milhões de hectares (EVARISTO MIRANDA, SENADO FEDERAL, 19/03/2015).

A Embrapa, como mencionada anteriormente, tem suas atividades voltadas para os incentivos econômicos no setor agropecuário em regiões como no Matopiba. A empresa apresenta o extenso estudo realizado com grande credibilidade. Após a apresentação dos dados de crescimento da região com base no PIB total do Matopiba e a contribuição da agricultura, ele apontou o “desafio” da região que é:

Temos esse desafio que a Secretária Tânia Garib já colocou: **a pobreza** dessa região e a necessidade de se trabalhar essa dimensão social, para que essa agricultura moderna não seja somente uma ilha ou ilhas ou um arquipélago de ilhas cercadas de miséria (EVARISTO MIRANDA, SENADO FEDERAL, 19/03/2015).

Assim, o projeto da região teve um momento preliminar, visto que a Ministra já havia reunido com os grandes agentes econômicos da região, como afirmou Evaristo:

Já, preliminarmente, **a Ministra tem reunido secretários**, tem reunido os **grandes atores dessa região**, já em **várias reuniões**, e **estão emergindo agendas**: uma agenda para a **questão agrária**, uma agenda para a **questão agrícola**, agendas para a **questão da logística**. E tudo isso nos leva, hoje, a refletir sobre a necessidade de uma agência, com foco na agricultura, para desenvolver essa região, que teria mais ou menos essa estrutura que está aí (EVARISTO MIRANDA, SENADO FEDERAL, 19/03/2015).

Nesse primeiro bloco de análise, os discursos em prol do desenvolvimento da região são baseados em diversas justificativas. Em primeiro plano, o Matopiba é caracterizado em um projeto de desenvolvimento regional, considerando as várias ‘regiões’ definidas por critérios, como: cerrado, quadro socioeconômico, o desafio da pobreza, e ainda, uma breve manifestação sobre a discussão externa do projeto.

Após o discurso da definição dos critérios, foi possível identificar nos discursos do diretor da Embrapa a intenção de destacar a região como promissora e de oportunidades.

[...]De fato, nós estamos enxergando o Matopiba, do ponto de vista econômico, como uma região muito relevante para a produção, tanto para mercado doméstico quanto para exportação. Essa é uma visão que existe dentro do Ministério da Agricultura.

Nós sabemos que há um modelo de produção baseado em grandes áreas, mecanizado, como o Deputado colocou, intensivo em capital (ANDRÉ NASSAR, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 27/08/2015).

Matopiba é uma realidade e é uma centralidade, e a centralidade desse foco [...]A Embrapa, com certeza, traduz esse sentimento, que coloca para a nossa sociedade ou as nossas sociedades uma agenda positiva (WALDIR MARANHÃO, CÂMARA DOS DEPUTADOS 02/06/2015).

Então, o Matopiba vai cuidar de infraestrutura, sob todos os aspectos. Nós vamos fazer uma agência privada entre os produtores. Nós vamos fazer um consórcio entre os Governadores do Matopiba por conta da logística - são quatro Estados: Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins.

A Presidente deverá lançar o decreto da criação do Matopiba nos próximos dias. Nós vamos investir então em logística, infraestrutura em geral, mapear toda a região e ver as ausências do que se tem hoje, porque isso será preciso nos próximos anos.

Nós vamos trabalhar toda a área de inovação e tecnologia e a classe média rural desses quatro Estados (KÁTIA ABREU, CÂMARA DOS DEPUTADOS,25/03/2015).

Eu só queria que as pessoas entendessem que o conceito do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, lançado no mês de maio, é meio transversal dentro do Ministério da Agricultura, porque ele não se refere à Secretaria A, B ou C e, sim, a um esforço grande de várias secretarias. Ele está baseado principalmente em três quesitos: na questão de infraestrutura e logística; na questão de adoção de tecnologia; e no conceito de fortalecimento da classe média (ANDRÉ NASSAR CÂMARA DOS DEPUTADOS 02/06/2015).

No que diz respeito especificamente ao Matopiba, nós estamos priorizando com muita força três pontos de que a agência deverá cuidar. A melhor forma de não cuidar de nada é cuidar de tudo. Então, nós vamos focar infraestrutura, inovação e tecnologia e classe média (KÁTIA ABREU, CÂMARA DOS DEPUTADOS,25/03/2015).

As repetições dos discursos manifestados são recorrentes nas reuniões a longo dos anos. O direcionamento sempre teve o mesmo objetivo.

3.1.1 Classe Média Rural

O Programa da Classe Média Rural está vinculado ao Projeto Estratégico Oportunidade compondo a pasta do Programa Agro+ Produtor Rural. Esses programas estavam vinculados à Secretária de Modalidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo -SMC, no Departamento de Integração e Mobilidade Social-DMS, na Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Classe Média Rural- CGDCMR, nas competências do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA.

Os objetivos do projeto envolviam o planejamento, coordenação e execução de políticas públicas para desenvolver serviços técnicos para o setor de produção, com assistência técnica e extensão rural para produtores familiares e camponeses. Naquele momento, o projeto foi executado nos estados do Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Piauí e Tocantins, com uma média de 2 mil produtores de todos os setores rurais. Assim, a CGDCMR tinha como intuito, segundo os documentos oficiais, melhorar as condições de trabalho dos pequenos produtores mediante o incremento da comercialização de produtos e aumento da renda (MAPA,2018).

A definição da população da região estava sendo estruturada com base nos discursos da Classe Média Rural, com intuito de enaltecer a riqueza dos grandes produtores da região. Como contrapartida, o projeto foi alvo de críticas pelos representantes dos Movimento Sociais e ONGs presentes em audiências públicas. O discurso de semelhança e de conformidade pelos parlamentares não foi o mesmo apontada pelos representantes das entidades.

É notório que a lógica do sistema político agrário permanece com ações semelhantes a da década passada, a classe média rural como fator de desenvolvimento para a região constituía o padrão de dominação com um perfil clientelista similares aos projetos anteriores ao Matopiba. Assim, classificação dessa classe média rural é definida na 10ª Nota Técnica da Embrapa, que considerou a renda bruta como fator de avaliação classificando quatro classe “de renda bruta”. A primeira classe foi considerada como muito pobre que tem em média a renda mensal entre zero e dois salários mínimos; a segunda como pobre, com renda mensal entre dois a dez salários mínimos; a terceira como média, tem entre dez e duzentos salários mínimos; e a última denominada como rica com renda mensal acima de duzentos salários mínimos (ALVES, SOUZA e MIRANDA, 2015).

Em 2015 Kátia Abreu apresentou o projeto e afirmou já ter iniciado o trabalho com os japoneses, e afirmou que:

No MATOPIBA, com esse Programa Campo na Classe Média, para o qual já temos recursos para 100 mil produtores, quase 400 milhões de reais, nós vamos atender algumas microrregiões do País (KÁTIA ABREU, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 02/06/2015).

Ainda concluiu dizendo que os **japoneses já enviaram ao MATOPIBA uma equipe grande**. Passaram 30 dias no MATOPIBA e **já têm uma proposta para nós, através da JICA**, de fazer os investimentos na área de produção de grãos, **que também tanto nos interessa**. Em relação ao fundo do Reino Unido, já estive com o **Embaixador do Reino Unido, que fez uma parceria com o Ministério da Agricultura e com a CNA de 80 milhões de euros**. E nós estamos implementando uma **segunda parceria, pela qual o mesmo valor também será aplicado no MATOPIBA**, na classe média, **por interesse da Embaixada do Reino Unido**. Então, as perspectivas são grandes. Se tivermos projetos sólidos, consistentes e reais, **dinheiro não vai faltar** (KÁTIA ABREU, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 02/06/2015).

Nós estamos implementando e aprovamos anteontem, finalmente, **com a Presidente da República, Dilma Rousseff, o nosso projeto da classe média rural brasileira**. Nós queremos que a nossa classe média, que sempre foi um foco importante das entidades de classe, possa ser (KÁTIA ABREU, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 02/06/2015).

Com um discurso emergente de uma ideia difusionista, Evaristo Miranda corrobora com a lógica de Kátia Abreu, considerando a tecnologia e a inovação como fatores importantes e, que dessa forma sustentaria a classe média, provindo de um discurso de que quanto mais se investisse no Matopiba, mais a pobreza seria reversível, considerando ser o mais apropriado para o “sucesso” do Matopiba, ele definiu que

Agora, a **classe média** é extremamente espremida lá, ela é muito pequena, não dá 6%. Então, é algo que pode ser expandido na região, e ela responde por 27% da produção. Por último, a chamada **classe rica não está em porcentagem, está em número absoluto, são 1.020**. Esses 1.020 - e daria para visitar, porque, se cada um visitar dez aqui, a gente visita todo mundo num dia - **produzem 60% da renda. A EMBRAPA ainda não clona gente, clona bovinos, mas se nós clonássemos uma parte desses e transformássemos os**

1.020 em 1.700, esses 1.700 produziram toda riqueza agrícola que o Tocantins produz hoje (EVARISTO MIRANDA, CÂMARA DOS DEPUTADOS,02/06/2015).

Para a execução da pauta da classe média rural, Kátia Abreu convidou Tania Mara Garib (PMDB-MS) para trabalhar no desenvolvimento das políticas públicas à frente da Secretaria de Integração e Mobilidade Social na época, e reforçou as expectativas para a região:

[...]nós pretendemos fazer com que pelo menos 50% hoje da classe baixa no campo, dos estabelecimentos da classe baixa com renda de meio a dois salários mínimos possam ascender, nessa administração, à classe média (TANIA MARA GARIB, CÂMARA DOS DEPUTADOS,02/06/2015).

De que maneira? Com duas frentes de trabalho: uma vai conversar com todos os Ministérios, porque precisam fazer chegar ao campo as políticas públicas sociais de educação, de saúde, de assistência social, e outra fundamentalmente voltada para fora, para conversar com a sociedade civil, com os movimentos sociais, com as federações, fazendo uma verdadeira integração no campo (TANIA MARA GARIB, CÂMARA DOS DEPUTADOS,02/06/2015).

O Deputado Afonso Hamm (PP-RS) apresentou um discurso diferente, inserindo os pequenos produtores no contexto da discussão evidenciando que mesmo com poucos recursos o apoio também deveria ser direcionado a eles, e ressaltou:

A gente sabe que o motor da economia é o agronegócio, é a agricultura, desde a nossa agricultura familiar, contemplando também no Plano Safra o produtor, o médio produtor, que V.Exa. chama de classe média, que é aquele pequeno que vem evoluindo e aquele que vem se consolidando. O empresário sempre tem mais recurso, mas ele também tem que ser apoiado. Acho que essa universalização de apoio do pequeno ao empreendedor é interessante, é agenda e resultado, saldo positivo para o País (AFONSO HAMM, CÂMARA DOS DEPUTADOS,02/06/2015).

Por outro lado, como contra partida os representantes de movimentos sociais e organizações não governamentais se manifestaram contrário ao projeto e não se sentiram representados pela definição de Classe Média Rural apresentado pelos parlamentares e representantes da Embrapa. Dessa forma, mostram que não houveram uma apresentação ou até mesmo inclusão das comunidades e dos povos tradicionais para discutir o PDA-Matopiba com um caráter mais formal.

Eu, que estou trabalhando há 11 anos na região, que sou filha da região, estou vendo muita gente miserável. Então, esse progresso é uma ilusão, porque ele só vem para alguns. **E quem são esses médios agricultores, essa classe média?** São as pessoas que vieram de fora? São do Sudeste, do Sul do País? O povo mesmo da região está relegado a um canto. Portanto, nós queremos saber onde é que está esse plano. Ele não está no site. As pessoas precisam ser consultadas, e não somente uma parte. **Quem decide sobre a nossa região e o nosso Estado é o setor agroempresarial. E a população? E os demais sujeitos que compõem aquela sociedade?** Eles também precisam ser vistos (EDITE LOPES, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 27/08/2015).

Para onde nós vamos? Acho que seria importante colocarmos também isso nesse debate. **Pelo que eu entendi, esse projeto não é para os pequenos, é para a classe média, porque quem ganha até dois salários mínimos é pobre hoje em dia.** Eu acho que, se colocarmos numa lista quem ganha acima de um salário desse grupo, de 0 a 2, de trezentas e oitenta e poucas mil que foi colocado, vamos ver que o índice é bem alto de quem ganha até um salário mínimo (ISOLETE WICHINIESKI, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 27/08/2015).

Ao mesmo tempo, vê-se que é um diálogo fechado, em que tudo está sendo escondido da gente. Gostaríamos de ressaltar e repudiar a atitude do representante do MAPA e de dizer que nós sabemos o que representa a Senadora e então Ministra Kátia Abreu. **Nós não queremos esse modelo e não queremos ser classificados com o conceito de classe média. Nós somos produtores rurais quilombolas, somos indígenas, somos quebradeiras de coco, temos os nossos conhecimentos próprios. É por esse desenvolvimento que nós pensamos e lutamos.** Nós não queremos esses instrumentos. Tudo se passa como se nós não soubéssemos de nada e não quiséssemos o desenvolvimento. Vocês estão colocando um desenvolvimento como se fosse destruição. **Nesse sentido, nós afirmamos a nossa contraposição a esse modelo de agronegócio e afirmamos que vamos reagir contra isso** Ana (CLÁUDIA MATOS DA SILVA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 27/08/2015).

Nós podemos **não ter o dinheiro e o capital, mas temos valores que vocês não têm: o valor da vida, da cultura, da natureza, o respeito ao ambiente em que estamos.** Por isso lutaremos até o fim. Invocamos a força daqueles que sabem da maldade desse projeto contra o povo e o Cerrado brasileiro (CLÁUDIA MATOS DA SILVA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 27/08/2015).

As comunidades resistem aos fatores gerados pela promoção do progresso no Matopiba. Segundo Favareto et. al (2018) existe um contradiscurso que parte principalmente de movimentos sociais e organizações ambientalistas e se fundamenta na exposição dos impactos sobre o meio ambiente e as comunidades tradicionais. Nesse sentido, o Matopiba configura-se, como uma região de resistência e luta social, abarcando movimentos de base local, regional e nacional, que constroem mecanismos de defesa de seus direitos. Portanto, como afirma Mondrado (2019):

cabe aos povos do cerrado, ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas, comunidades tradicionais de Fundo e Fechos de Pasto e aos camponeses a desintegração econômica e social dos pequenos produtores, seja pela expropriação das terras, e ainda pelos baixos salários e formas degradantes de trabalho que se tem conservadas especialmente na dinâmica de produção agrícola (MONDRADO, 2019p.305).

Abordado como contraponto do discurso dominante Favareto et. al (2019) afirma que as populações da região estão se deslocando para municípios ou regiões próximas, ou em áreas com baixa produtividade e escassa de infraestrutura, e também, considera que pode estar havendo uma migração para os setores urbanos em busca de emprego, e

assim, devido ao êxodo as terras são ocupadas pelas grandes empresas. Souza (2017) conclui que o discurso do diretor da GITE considera a “região sem conflitos fundiários, em que os pequenos produtores não figuram como problemas para os investimentos que visam produzir de forma intensiva na região” (SOUZA, 2017, p.54).

3.1.2 Infraestrutura, Logística, Inovação e Tecnologia

Os outros pontos de destaque nos discursos é a inovação, infraestrutura, tecnologia e logística. Segundo Mauro (2012) a inovação determina dois eixos de análise que contempla os serviços, processos e produtos. O primeiro é o nível de mercado, considerando qualquer modificação percebida pelo consumidor e também quando o produto não tem nenhuma alteração física.

Para a área de produção, a constituição da inovação é baseada em novidades materializadas em produtos, processos e serviços, que podem ser considerados novos ou modificados e também enquanto pioneiras, absolutas, ou que detém de novidades relativas (MAURO et. al, 2012). A inovação pode ser vista como um processo iterativo em meio as relações de diferentes agentes, como afirma Lemos (1999). Portanto, de acordo com Harvey (2004):

Ao longo da história capitalista, as inovações tecnológicas nesse campo têm alterado de maneira dramática as condições da espacialidade (a fricção da distância) e produzido todo gênero de instabilidades na economia espacial do capitalismo. [...] Mas o que pode ser derivado teoricamente, e que é compatível com o registro histórico-geográfico do capitalismo, é um incessante impulso de redução, se não de eliminação, de barreiras espaciais, associado a impulsos igualmente incessantes de aceleração da taxa de giro do capital. A redução do custo e do tempo do movimento provou ser uma necessidade vital de um modo de produção capitalista (HARVEY, 2004, p.86)

A distribuição das inovações tecnológicas visam o interesse das grandes corporações na organização de novos sistemas técnicos, de informação e de fluidez (SANTOS, 2001). Segundo Souza (2017), no Matopiba essas atividades de assistência para o desenvolvimento da região são resultados de interesse das grandes *tradings* que visam a constituição de políticas e formas geográficas para atender os seus próprios interesses, demandando um capital público e esforços políticos e [...] interesses corporativos [...] (SOUZA, 2017, p.102).

O novo campo da valorização do capital é estruturado com base na infraestrutura, inovação e tecnologia, assim, as técnicas tornam-se um fator decisivo para o desenvolvimento da região. Como menciona Harvey (2004), o Estado vê-se com

frequência capturado pelos interesses regionais, sendo gestado pelos processos de acumulação no tempo e espaço onde uma regionalidade se cristaliza, uma vez que

No devido tempo, as regiões assim formadas vêm a desempenhar um papel crucial na maneira como se posiciona o corpo político do Estado como um todo, definido tão-somente de acordo com alguma lógica territorial. O Estado, no entanto, não é inocente, nem necessariamente passivo, em relação a esses processos. Uma vez que reconheça a importância de promover e capturar a dinâmica regional como fonte de seu próprio poder, ele pode procurar influenciar essa dinâmica por meio de suas políticas e ações. Pode em primeira instância fazê-lo ao acaso. (HARVEY,2004 p.91)

Iniciando as discussões no ano de 2015 o projeto Matopiba já constava no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Assim, cada deputado dos seus respectivos estados propôs os locais para o direcionamento dos recursos.

Na infraestrutura, foi feita uma análise muito grande, e talvez a Ministra volte a dizer isso. Eu coordeno, para o Governo Federal, o monitoramento das obras do PAC. A minha equipe na EMBRAPA acompanha **49 mil obras do PAC**, obras de energia, de logística etc. É um grande banco de dados em convênio com o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Então, eu peguei esses dados e analisei a situação lá no **Matopiba**. De 2011 a 2014, o Governo Federal colocou **87 bilhões no Matopiba**, em energia, logística, social, urbano, vocês podem encontrar os detalhes disso. Dependendo do Estado, houve maior ou menor alocação de recursos (EVARISTO MIRANDA, CÂMARA DOS DEPUTADOS,02/06/2015)

Quanto à infraestrutura do **MATOPIBA**, **nós estamos trabalhando fortemente todas as BRs, todas as possibilidades de ferrovias e seus braços, mas também a parte de armazenamento. O MATOPIBA vai ter a função importante de abastecer o Nordeste de grãos**. Não podemos permitir que caminhões de milho e de soja venham de Estados distantes para abastecer o Nordeste com preços vultosos, altíssimos, se a base do Nordeste tem uma produção extraordinária e que pode ser implementada. Então nós - o MAPA e a CONAB - **vamos construir armazéns gerais nos Estados do MATOPIBA, para que possamos ter o abastecimento dessa região através da BR-020**, que sai de Luís Eduardo Magalhães, e da BR-242, que atravessa o Tocantins e a Bahia. A BR-020, que sobe em direção à Bahia, ao Piauí e ao Ceará, deverá ter os 470 quilômetros que ainda estão no chão asfaltados, para que nós possamos abastecer essa região.

Também está levantada a **questão da energia, dos linhões de energia, e a parte de irrigação**. Estamos fazendo um estudo nacional sobre as **áreas mais apropriadas para irrigação**. Alguém poderia perguntar: **apropriado para irrigação só pode se tiver água. Não!** Nós estamos **quantificando terra, água**, infraestrutura, energia, armazém, estradas. Essas regiões serão catalogadas como tipo A, B, C e D, até mesmo para indicar uma região com características importantes. Se ainda falta energia, por exemplo, o **poder público poderá aplicar os recursos de forma mais rápida e urgente** onde houver perspectiva maior de desenvolvimento[...] (KÁTIA ABREU, CÂMARA DOS DEPUTADOS,02/06/2015)

Estamos aguardando, portanto, que isso seja agilizado. Os nossos armazéns, no Piauí, já estão previstos. Agora, precisamos muito do seu apoio. Estamos muito animados também com a parte relativa à infraestrutura, uma necessidade muito grande, com agregação, sobretudo, de conhecimento tecnológico. **Se não houver conhecimento pelos campi, institutos federais e universidades**, terminaremos **produzindo menos**. Estamos animados porque o seu olhar é também o nosso olhar (ASSIS DE CARVALHO, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 02/06/2015).

Portanto, nós estamos fazendo uma **seleção pela característica da terra**, da seguinte forma: **se há água em abundância suficiente para irrigar**; se há **infraestrutura**; se há local de armazenagem; se há estrada; se há linha de energia. A área tipo A vai ser aquela que completar todos **esses itens** - essa é a prioritária. O que é a área B? É a área que ainda não tem linha de energia e está muito longe de ter - esse é um gargalo -, ou tem até linha de energia e tem água, mas tem zero de infraestrutura. Então, nós vamos mapear esses 5 milhões para aplicação de investimento, quer seja privado, quer seja público, quer seja estadual, quer seja federal. Eu acredito que até junho teremos esse maravilhoso estudo pronto (KÁTIA ABREU, CÂMARA DOS DEPUTADOS,25/03/2015).

Então, o **Matopiba** vai cuidar de infraestrutura, sob todos os aspectos. Nós vamos fazer uma agência privada entre os produtores. Nós vamos fazer um consórcio entre os Governadores do MATOPIBA por conta da logística - são quatro Estados: Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins. A Presidente deverá lançar o decreto da **criação do Matopiba nos próximos dias**. Nós vamos investir então em logística, infraestrutura em geral, mapear toda a região e ver as ausências do que se tem hoje, porque isso será preciso nos próximos anos (KÁTIA ABREU, CÂMARA DOS DEPUTADOS,25/03/2015).

Sobre energia **eólica, que é renovável**, é a energia do futuro, o **Piauí desponta** também como um dos principais expoentes energéticos do País. É considerado - pasmem! - o quinto maior produtor brasileiro e já produz mais energia limpa do que consome. A perspectiva é alcançar 11% da produção brasileira nos próximos anos.

Em razão da infraestrutura, somada aos investimentos previstos, o Estado poderá ser o maior produtor de energia eólica da América Latina em 3 anos. De acordo com dados da Secretaria de Estado de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis, atualmente nossa produção é de 1.200 megawatts por mês (MAINHA, CÂMARA DOS DEPUTADOS,05/11/2015).

Outra boa notícia é que companhias voltadas para a geração de energia eólica vão instalar indústrias para produção de turbinas, aerogeradores, pás e torres, além de dois centros de manutenção e operação de aerogeradores, que visam dar assistência aos mais de 3 mil aerogeradores que serão instalados no Piauí até 2018, na região da Serra do Araripe.

Para a qualificação dos profissionais, será construída uma escola técnica focada na especialização em energias renováveis - eólica, solar e biomassa. Com tais iniciativas vão ser gerados cerca de 9 mil empregos.

Em setembro deste ano, o Piauí foi um dos destaques do 7º Leilão de Energia de Reserva, realizado pela Empresa de Pesquisa Energética, no Rio de Janeiro (MAINHA, CÂMARA DOS DEPUTADOS,05/11/2015).

Estamos elaborando, juntamente com a Ministra Kátia Abreu, um projeto de infraestrutura para que o povo, os empresários, o pequeno produtor encontrem no Estado a infraestrutura necessária de estradas, de energia, com as terras legalizadas. Estamos planejando tudo isso, trabalhando para que **esses quatro Estados** se tornem a **nova fronteira do Brasil** (CARLOS HENRIQUE GAGUIM, CÂMARA DOS DEPUTADOS,27/10/2015).

Diante de todas as demandas do agronegócio, sejam no campo da regulamentação, do desenvolvimento tecnológico, dos incentivos fiscais e tributários e da infraestrutura, para que o setor se torne cada vez mais sustentável e competitivo, não podemos, Sr. Presidente, deixar de destacar a participação efetiva do Congresso Nacional, da Comissão de Agricultura, da Comissão do Agronegócio, no debate de todos esses grandes temas. Apesar do conflito em algumas áreas, vence a democracia, que vem equilibrar as forças para que a sociedade seja vencedora nos seus debates (JOÃO CARLOS BACELAR, CÂMARA DOS DEPUTADOS,19/05/2015).

Por sua vez, na definição dos limites dos territórios do **Matopiba**, os critérios a serem usados são os seguintes: dinâmica de expansão agrícola, áreas de Cerrados, aspectos socioeconômicos e infraestrutura disponível. Faz-se um estudo muito interessante sobre regiões homogêneas, de acordo com os estudos

feitos nesse sentido pelo IBGE. Também são analisados o quadro natural dos biomas e o Cerrado, o mais importante bioma da humanidade, pois tem a maior diversidade em qualidade e quantidade de pássaros, de aves, de animais, de silvicultura (PAES LANDIM, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 30/03/2015).

Há outro aspecto também importante: **quais as áreas protegidas dentro do chamado Matopiba?** Unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas - que, parece-me, são as menores no contexto do agronegócio do País -, os assentamentos de reforma agrária, o IDH de cada Estado, a infraestrutura em implantação, a produção agrícola no período, sobretudo, focada na soja, no último recenseamento de 2012, na produção do milho, também de 2012, na do algodão, em 2012, e também o estudo à respeito de zoneamentos e modelagens de aptidão para o agronegócio. E finalmente a Ministra Kátia Abreu pensa também na dinâmica da expansão econômica, com a área plantada de soja em hectares entre os anos de 1990 e 2012.

Enfim, o que ela imagina por **Matopiba**, dentro do contexto de inteligência e planejamento territorial? Recorte territorial, biomas, microrregiões, delimitação geográfica, quadro natural agrário, agrícola, infraestrutura e logística, quadro socioeconômico e outras inversões. Enfim, a pergunta que se faz é: como acomodar, no espaço geográfico, de forma inteligente e sustentável, as atividades de interesse dentro da sociedade? (PAES LANDIM, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 30/03/2015).

[...] existem novas iniciativas no campo da logística que vão ainda **revolucionar mais essa região**, tanto em nível daquilo que o Governo pode assumir, como em nível daquilo que a iniciativa privada pode fazer. [...]Então, você vê coisas acontecendo. Agora, nós estamos detalhando a micrologística. Fizemos a macrologística e agora estamos trabalhando com a micrologística, que interessa muito à agricultura familiar e aos produtores rurais. Há alguns clusters também. Por último, nós fizemos um inventário territorial de todos os clusters ligados à agroindústria e temos o cadastro de toda a agroindústria (EVARISTO MIRANDA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 02/06/2015)

A Ministra tocou os pontos principais, mas acho que é bom nos aprofundarmos alguns deles. A Secretaria de Política Agrícola é, digamos, a inteligência econômica do Ministério da Agricultura. É ali que todas as análises econômicas, nas diversas frentes, crédito, logística, por exemplo, a Ministra expert no assunto de logística, está ganhando cada vez mais, trabalhando mais nesse assunto, toda a parte de preços mínimos, custos, toda essa inteligência tem que ser criada, desenvolvida ali e transformada em política. A coroação desse trabalho é ideia da Lei Agrícola, como a Ministra já colocou. Quer dizer, nós pegamos essa bandeira como uma bandeira importante [...] (ANDRÉ NASSAR, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 25/03/2015).

A outra área que eu acho importante mencionar é a de logística. A Ministra deve falar um pouco da questão de logística. O Ministério da Agricultura tem que ser demandante nessa área. Estou só repetindo o que a Ministra já fala. Estamos montando essa inteligência lá, e usando. Quer dizer, a EMBRAPA está trabalhando nisso, empresas. **Temos que ser um centro que junta essa inteligência toda e a transforma em demandas.** Essa é uma etapa importante que estamos seguindo no Ministério da Agricultura (ANDRÉ NASSAR, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 25/03/2015).

Nós montamos, em várias reuniões que a Ministra organizou, uma agenda preliminar para **o Matopiba** nessas várias dimensões - de logística, de socioeconomia, de agricultura -, e está em estudo, também pelo Ministério da Agricultura, a proposta da criação de uma agência de desenvolvimento para atuar especificamente junto à agricultura e a tudo que está associado ao setor nessa região” (EVARISTO MIRANDA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 25/03/2015)

Nós vamos fazer um consórcio entre os Governadores do **Matopiba** por conta da logística - são quatro Estados: Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins (KÁTIA ABREU, CÂMARA DOS DEPUTADOS,25/03/2015)

Os investimentos para a região tornaram-se pontos de referência nos discursos do André Nassar e Evaristo Miranda, que estavam responsáveis pelas atividades desenvolvidas pela Embrapa. Desses 2.930 empreendimentos, 1.999 já estavam em obras no ano de 2015 (MPOG,2015).

Desse modo, buscaram então investimentos que contemplasse as 31 microrregiões com infraestrutura, logística, tecnologia e inovação. Esses discursos foram calcados para propiciar áreas que podem ser denominadas a partir do conceito definido por Denise Elias (2011) como Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs), ou seja, regiões definidas como grandes produtoras de *commodities* por meio de ações “modernizantes” com intuito de intensificar o capital do agronegócio. Consonante com o precedente, a autora acrescenta que as RPAs podem ser “compostas por municípios e cidades de mais de uma unidade da federação” (ELIAS, 2011:157). No caso específico do Matopiba, os que foram classificados com esse fenômeno, são os municípios de Barreiras (BA), Alto Parnaíba Piauiense (PI), e Gerais de Balsas (MA).

Nessa região, a expansão da agricultura científica e do agronegócio globalizado promovem o incremento da economia urbana, induzindo uma nova dinâmica ao consumo produtivo e à distribuição espacial da população. Neste sentido, a divisão territorial do trabalho agropecuário por meio das multinacionais do setor, atuaram/atuam de maneira hegemônica na reestruturação da produção e do território com inúmeras consequências sobre os elementos sociais e técnicos da estrutura agrária, fundamentalmente no mercado imobiliário de terras agricultáveis.

Em um contexto geral a autora afirma que as RPAs “estão conectadas diretamente aos centros de poder e consumo em um nível mundial” que impulsiona uma articulação entre as escalas locais e regionais mantendo a organização do território com base na imposição do mercado, “comandado por grandes empresas nacionais e multinacionais” (ELIAS, 2011, p.155). Dessa forma, são gerados os nos “novos espaços de fluxos rápidos inerentes às redes agroindustriais, nas quais as verticalidades têm predominância sobre as horizontalidades” (ELIAS, 2011, p.155).

Em 2016 a discussão referente ao setor de infraestrutura e logística determinou mais um eixo para o Matopiba, como podemos ver a seguir:

Eu já discurssei nesta tribuna mais de 20 vezes sobre a importância do projeto MATOPIBA para esses quatro Estados, onde a agricultura tem que ser

mecanizada e onde é preciso melhorar a infraestrutura (CARLOS HENRIQUE GAGUIM, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22/11/2016).

Na Comissão, nós alocamos recursos que vão beneficiar a população de Estados que precisam dessa tecnologia, que precisam do poder público e que precisam de vários empresários do País todo. Espero que esses recursos vão para esses Estados e que possa haver uma infraestrutura mínima de estradas, de energia, de ferrovias, para o escoamento da produção.

O nosso Tocantins e os Estados da Bahia, do Maranhão e do Piauí são viáveis e estão prontos para produzir, para ajudar o País e para dar emprego aos brasileiros (CARLOS HENRIQUE GAGUIM, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22/11/2016).

Infelizmente está meio parado, infelizmente não está sendo dada atenção especial ao MATOPIBA[...] na semana que vem, terei todos os dados, cobrarei novamente. Espero que os membros da bancada da CMO possam olhar com carinho esses quatro Estados, que fazem parte do País. O Norte e o Nordeste precisam ser olhados, esses Estados precisam, sim, agora, da infraestrutura para o desenvolvimento (CARLOS HENRIQUE GAGUIM, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 17/11/2016).

Mas ela dá especial destaque ao potencial de investimento em infraestrutura e logística do nosso País, em especial na região do **Matopiba**: Rodovias, ferrovias, hidrovias, armazéns e portos: as possibilidades são muitas. O escoamento da crescente produção de grãos é um desafio que não se pode enfrentar sozinho. Governo e setor privado, capital nacional e capitais externos devem participar juntos, buscando o desenvolvimento regional e o êxito econômico das empresas envolvidas [...] Sr. Presidente, a inteligência e a capacidade de trabalho da Ministra Kátia Abreu é realmente um exemplo para todo o Governo brasileiro (PAES LANDIM, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 17/11/2016).

As discussões sobre inovação e tecnologia no mesmo ano também deram ênfase ao projeto Matopiba. É importante observar o discurso da ex-ministra Kátia Abreu nesses enunciados, pois a mesma destaca os aparelhamentos do estado como suporte no desenvolvimento dessas técnicas. O discurso da credibilidade é posto, e ela enfatizou mostrando suas exigências e mobilizações para fortalecer o projeto.

Matopiba é uma realidade e é uma centralidade, e a centralidade desse foco, Sra. Ministra, me dá a sensação de externar um plano que se fundamenta na infraestrutura, na inovação e na tecnologia, na classe média no campo. E vou ao ponto central, que é fazer coro à inovação e à tecnologia” (WALDIR MARANHÃO, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 02/06/2015).

Então, **são pequenos agricultores, muitos da agricultura familiar**, que estão **empobrecidos por falta de inovação e de tecnologia**. Nós vamos iniciar esse trabalho, que será coordenado pelo Secretário Nacional, que está aqui presente, Caio Rocha, em que nós vamos atender 80 mil produtores de leite, inicialmente, neste ano, com esse programa, nos cinco Estados. Quanto à **inovação e tecnologia**, nós **não podemos admitir uma região se desenvolver sem os centros tecnológicos**. Nós temos centros da **EMBRAPA**, nós temos **universidades estaduais** de muita preciosidade. Nós temos institutos especiais, como o IBA (**Instituto Brasileiro do Algodão**), na Bahia, a FAPSEM (**Fundação de Amparo à Pesquisa**), em Balsas, no Maranhão, **um exemplo de tecnologia e inovação**, a UNITINS (**Fundação Universidade do Tocantins**), no Tocantins, que precisa de um suporte e que está muito fragilizada, muito enfraquecida (KÁTIA ABREU, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 02/06/2015).

Contamos com a **parceria da John Deere**, que já **começou a comprar, a meu pedido**, todo material e vai **montar o centro tecnológico**. Nós estamos passeando pelas **indústrias do agronegócio**, que são todas receptivas. Estamos implementando no **Tocantins agricultura de baixo carbono e irrigação** e vamos **implementá-la também no sul do Piauí e no sul do Maranhão, à escolha das universidades locais**. Estes são os três focos que nós **pretendemos implementar**[...] (KÁTIA ABREU, CÂMARA DOS DEPUTADOS,02/06/2015).

Por outro lado, na audiência pública que teve a participação de ONGs e Movimentos Sociais foram denunciados os impactos gerados pelo projeto Matopiba, a falta da “consulta pública” sobre o projeto, e os questionamento do modelo de desenvolvimento. Para Lima (2019) a formação do Matopiba enquanto uma região disponível para a produção de mercadorias agropecuárias necessitou da formação de identidades locais com dificuldades de acesso à terra (ou sem-terra) para força-la ao caminho da mobilidade (2019, p.80). Sendo assim, os trechos a seguir mostraram como o projeto era visto pelos representantes dos movimentos sociais, segue:

Hoje, quando o trabalho é condição necessária, queremos que ele seja protagonista de um total econômico. Que tipo de econômico é esse que propõe o plano? Ele privilegia o quê? Privilegia a concentração ou a distribuição? A distribuição é o fator fundamental que condiciona uma vida melhor, e não a concentração de renda, a tecnologia. O trabalho traz essa condição através da equanimidade, ou seja, através da distribuição equânime de tudo aquilo que prevê a necessidade humana, a condição ambiental e social. A Cáritas traz essa grande **preocupação com um modelo em que o plano é colocado através do avanço da fronteira, da poluição das águas, do desmatamento, da perda do solo e de outros espaços de moradia dos pequenos produtores** e da cronologia ecológica em que o sistema ambiental está sendo proposto, principalmente na área de desmatamento(PAULO HENRIQUE DE MORAES, CÂMARA DOS DEPUTADOS,27/08/2015).

O que o agronegócio e os aspectos econômicos. **O que o agronegócio faz em cima de nós com relação aos aspectos econômicos?** Esse é o primeiro ato que vocês fazem, porque o **agronegócio é do capital e pelo capital**. Ele contribui para o **equilíbrio da balança comercial gerando divisas exclusivamente para os empresários do setor; está focado na produção de commodities com baixa governança - esta é a palavra -**; tem modelo dependente **de tecnologias monopolizadas por empresas multinacionais**; produz bens **primários voltados para exportação, que não contribuem com a soberania e a segurança alimentar do País; é altamente subsidiado pelo Governo** em todos os elos da cadeia produtiva, **por isso é que vocês falaram que ele é transversal; promove concentração de terras e renda; causa prejuízos ambientais e sociais**, que não são contabilizados nem nesta geração nem nas futuras, **se formos ter um futuro**(ANA CLÁUDIA MATOS DA SILVA, CÂMARA DOS DEPUTADOS,27/08/2015).

Existe, sim, essa tecnologia. **Ninguém aqui está querendo o atraso, ninguém aqui está querendo ficar para trás.** Nós queremos estar à frente. **Este País deve estar à frente agora, liderando esse movimento de agricultura saudável, que integra, que une e que produz alimentos saudáveis e diversos juntamente com a natureza.** Esse modelo aqui está contra a natureza. Nós **nem ouvimos falarem de natureza aqui. Falaram só de agricultura, como se o Cerrado fosse um campo a ser devastado** (PAULO, CÂMARA DOS DEPUTADOS,27/08/2015).

O cenário começava a destacar os representantes da Frente Parlamentar do Matopiba.

Em 23 de outubro, foi realizado em Palmas, Tocantins, **encontro com lideranças empresariais para a apresentação do Plano de Desenvolvimento, Inovação e Tecnologia** do MATOPIBA. O evento contou com a participação da Presidente Dilma, dos Governadores, além dos Ministros da Justiça, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento[...] na ocasião a Presidente Dilma anunciou que estão em **negociação com China e Japão** investimentos, sobretudo no MATOPIBA. Entre as perspectivas do território que o compõe estão **clima**, perfil dos **produtores** e **legalidade** de novas áreas a serem **abertas** (MAINHA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 05/11/2015).

A Ministra Kátia Abreu está focando a **ação dela no Cerrado** da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Tocantins com **estes objetivos: construir e consolidar** as infraestruturas de armazenagem, estradas, ferrovias, hidrovias, portos e energia, para reduzir custos e **aumentar a competitividade** dos **produtos agropecuários** da região nos **mercados nacional e internacional**; apoiar a inovação e o desenvolvimento tecnológico das atividades agrícolas e pecuárias em conjunto com a academia - bela expressão, aliás; fortalecer a estrutura social, política e de mercado da região, promovendo a qualificação profissional, assistência técnica e extensão rural; e corrigir imperfeições de mercado que limitam a ascensão social dos produtores rurais da região. São objetivos delineados por quem conhece a realidade do Cerrado e que conhece a agricultura brasileira (PAES LANDIM, CÂMARA DOS DEPUTADOS 02/06/2015).

Isso se deve à inovação, à tecnologia. É a ciência a serviço da humanidade. É a **pesquisa a favor dos nossos produtores rurais**. É essa força dos produtores, associada às empresas de pesquisa. Aqui citamos o importante trabalho da EMBRAPA, que tem tornado a nossa agropecuária uma das mais competitivas do mundo, comprovando também a sua sustentabilidade (JOÃO CARLOS BACELAR, CÂMARA DOS DEPUTADOS 19/05/2015).

Ambos destacaram os objetivos do projeto, e visavam também desenvolvimento econômico de forma “sustentável”, como a seguir:

Essa expressão designa uma realidade geográfica que recobre parcialmente os quatro Estados mencionados, caracterizada pela expansão de uma fronteira agrícola baseada **em tecnologias modernas e alta produtividade**.

A **audiência pública** que realizaremos **hoje nesta Casa** é parte de uma série de **discussões para pensar o desenvolvimento econômico do novo território**, principalmente com relação à política agrícola na região. **Emergencialmente, a sustentabilidade** e a integração regional devem ser bandeiras indissociáveis ao **Matopiba** (ASSIS CARVALHO, CÂMARA DOS DEPUTADOS 02/06/2015).

Essa região, que enfrentou tantos desafios sem o apoio necessário de governos que se sucederam, agora terá uma agência que leva o seu nome, MATOPIBA. Certamente, isso é para impulsionar o seu **desenvolvimento econômico de forma sustentável** e integrada, unindo produtores rurais, independentemente do porte, para fazer crescer uma classe média rural, aumentar os investimentos em infraestrutura, construir estradas e ferrovias, reduzir a distância de acesso aos portos, focar em tecnologia e assistência técnica. Isto certamente **fará dessa região o novo celeiro do Brasil** (JOÃO CARLOS BACELAR, CÂMARA DOS DEPUTADOS 19/05/2015).

[...]junto com a então Ministra Kátia Abreu, destinamos quase 400 milhões para a logística dos quatro Estados, **última fronteira agrícola do País**, com terras férteis que precisam receber um tratamento mecanizado e serem mais bem tratadas, com melhor adubação, com mais tecnologia. Estão presentes na região a EMBRAPA e vários segmentos.

Para que os empresários possam ir para a região, é preciso haver estradas, energia, tecnologia, postos de saúde. Isso é o que temos que fazer, e é por isso que estamos cobrando do Ministro que não deixe o **Matopiba** para segundo plano (CARLOS HENRIQUE GAGUIM, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22/11/2016).

Quando membro da Comissão de Orçamento, fui Relator Setorial. Com muito trabalho e com o apoio dos Parlamentares, nós alocamos recursos para aquela região. À época, a Ministra Kátia Abreu fez um mapeamento, elaborou um projeto com a EMBRAPA e vários institutos sobre a viabilidade da nova fronteira para o País. [...] Na Comissão, nós alocamos recursos que vão beneficiar a população de Estados que precisam dessa tecnologia, que precisam do poder público e que precisam de vários empresários do País todo (CARLOS HENRIQUE GAGUIM, CÂMARA DOS DEPUTADOS 17/11/2016).

Depois de mais de 30 anos de esquecimento do Cerrado neste País, ela relança a ideia do aproveitamento das suas riquezas, e cria, usando a sigla **Matopiba**, referente a Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, uma política de maior alavancagem de toda a agricultura dos Cerrados desses Estados. Por isso, não tenho a menor dúvida de que, depois de Alysson Paulinelli, que foi um grande Ministro do regime autoritário, ninguém superou a visão iluminada de Kátia Abreu em relação à agricultura brasileira e, sobretudo e particularmente, ao Cerrado brasileiro (PAES LANDIM, CÂMARA DOS DEPUTADOS 03/03/2016).

Os impactos pertinentes ao Matopiba e ao agronegócio no Brasil é estabelecido em um processo constituído por uma ação do capitalismo global e as relações de poder. No contexto geral, atribuindo esses fenômenos ao pensamento de Harvey (2004), o Estado tem como interesse

usar seus poderes para orquestrar a diferenciação e a dinâmica regionais não só por meio de seu domínio dos investimentos infraestruturais (particularmente nos transportes e comunicações, na educação e na pesquisa), mas também mediante sua própria imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos. Suas capacidades de reforma das instituições básicas necessárias à acumulação do capital também podem ter profundos efeitos (tanto positivos como negativos) (HARVEY, 2004, p.92)

Nesse sentido, os estudos relacionados ao setor do agronegócio no Brasil podem ser vinculados também ao discurso, com o objetivo de esclarecer os estudos para além de uma materialidade linguística. Assim, a relação com os discursos dos parlamentares e os textos oficiais, tornaram-se relevantes para compreender os processos dos impactos e conformação desse projeto, mostrando que o pacto parlamentar e partidário estão relacionados aos interesses pessoais e com objetivo de intensificar a exploração dos recursos e facilitar os investimentos internacionais na região.

Por outro lado, foi possível também identificar que houveram manifestações organizações e movimentos sociais contra o modelo de projeto implantado. Sendo assim, analisar o discurso e a ação política na construção do Matopiba, é de extrema importância, pois, acentua os bastidores e os grandes responsáveis pelo o que está posto.

Portanto, a região enquanto uma ferramenta foi surgindo desde o ano de 2011 nos discursos vocalizados. Entre eles, o deputado Homero Pereira (PR-MT), que destacou a construção da “*Ferrovias de Integração Centro-Oeste - FICO, a Ferrovia Leste-Oeste, a Ferrovia Norte-Sul*”; e em 2012, o deputado Eli Correa Filho (DEM-SP) evidenciando as terras do Matopiba enquanto atrativo devido ao seu baixo valor destacando que essa região estava “*atraindo novas lavouras porque têm terras mais baratas que a Região Centro-Oeste*”. Em 2013, o deputado Assis de Carvalho (PT-PI) destacou seu entusiasmo com a pesquisa do “*Ministério da Agricultura que fez uma projeção formidável: o Piauí será a nova fronteira agrícola do País até 2020*”. No ano de 2014, o deputado Ângelo Agnolin (PDT-TO) já considerava o grande papel da infraestrutura para região destacando a construção da “*BR-010 compõe o novo celeiro agrícola*”; e pelo deputado Jesus Rodrigues (PT-PI), o entusiasmo com a “*mudança no cenário econômico e vislumbra a região do Matopiba com um ascendente crescimento da produção*”.

É possível identificar como todos esses discursos anteriores refletiram durante o ano de 2015 e 2016 e foi possível certificar que nada mudou entorno da constituição do Matopiba, e deixando evidente que o propósito sempre foi o mesmo, que era criar espaços modernos que propiciavam a agroindústria na região. Sendo assim, como afirma Foucault (2005, p.135) “*Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva*”.

3.2 Qual o futuro do Matopiba?

Nas entrevistas realizadas em 2019 com os dois secretários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com a Senadora Kátia Abreu (PDT-TO), uma das perguntas resultaram nesse tópico e assim buscamos então compreender como ficaria o projeto do Matopiba em direção ao futuro. Desse modo, destacamos nas falas possíveis hipóteses sobre o futuro dubitável da região.

A primeira entrevista foi com o secretário do MAPA, que na época acompanhou o início das atividades do projeto. Ele também esteve presente na reunião realizada no estado do Tocantins, Dialogo Brasil-Japão. Perguntamos ao entrevistado se devido à instabilidade do ministério se ainda haveria uma atenção para prosseguir com o projeto, ele afirmou que :

“Eu acho que o que mudou, é a atenção que esse projeto recebe no discurso político, porque eu acho que ele de fato saiu da linha de frente do discurso político, não se fala muito mais no MATOPIBA. Mas eu acho que, assim, não percebo algum ministro, seja a ministra Tereza Cristina, ou algum próximo ministro no futuro dizendo: não, o MATOPIBA não é prioridade, não acredito que isso, porque ele continua

reunindo as condições que são percebidas como interessantes, como positivas pra implantação do projeto” (entrevista realizada no dia 06 de maio de 2019).

Ele afirmou também que o Matopiba estava entre os principais projetos da ex-ministra Kátia Abreu. Segue:

“Ah, sim, pelo menos entre as principais sim. Entre as principais sim. Agora essa ministra (Tereza Cristina, atual ministra do MAPA) eu não percebo isso, mas eu vejo que todo ministro tem a sua área de atuação e seu direcionamento das políticas, o que acontece às vezes nem sempre por iniciativa do próprio ministro, que é importante às vezes[...] Por exemplo, às vezes eu vejo que alguns técnicos, ou alguém, como eles querem que o projeto seja encampado pelo ministro, eles frequentemente propõem como piloto, como um exemplo na região de interesse do ministro. É comum isso acontecer. Então quando era o Mendes Ribeiro, as pessoas falavam, quando era um projeto de regionalização...

Eles propunham primeiro fazer esse projeto de regionalização no Rio Grande do Sul, como piloto, e depois levar pros outros estados. Na época de outros ministros também, todos eles tinham o seu espaço. A ministra Tereza Cristina eu não noto isso, não noto nela uma preocupação muito grande, nem nas equipes, uma preocupação muito grande em levar os temas pra realidade do Mato Grosso do Sul, que é o estado dela. Mas na Katia Abreu, nós sempre, era curioso, porque era uma ministra, nós tivemos ministro do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso, de Minas, grandes estados agrícolas, né? Tocantins é um estado menor em termos de atuação agrícola.

Então, quando foi o lado de levar pra região dela, isso não foi o Tocantins, isso foi o MATOPIBA, aí cada um pode especular se... [...] Ele é uma política com um projeto nacional.”

O segundo entrevistado foi um agente técnico do projeto no ano de 2015. A sua função era operacionalizar da melhor forma a decisão política do MAPA, que tinha como secretário o Sr. Caio Rocha. O entrevistado discorre sobre o seu ponto de vista em relação a definição da região e quais as expectativas possíveis, relatando que:

“Atualmente eu vejo como definição de uma região geográfica, eu vejo isso como uma coisa positiva. Permite que políticas públicas facilmente possam priorizar essa região que é norte e nordeste de uma forma diferente do Norte e Nordeste, porque ela é diferente. Isso é uma coisa interessante. Isso é uma decisão política de aproveitar isso para desenvolver ações específicas nessas regiões, créditos facilitados, questão de assistência técnica melhor, é possível, assim como muitas políticas são tratadas especificamente para região Nordeste. A região Nordeste tem uma facilidade, é fácil uma decisão presidencial, uma decisão ministerial, política [ininteligível] vamos priorizar a região Nordeste, é algo já definido, sabe que é a região Nordeste. Priorizar essa região do cerrado, acho que fica na vantagem, o MATOPIBA seria uma vantagem quanto isso. Mas é uma decisão política que deveria ser aproveitada por isso. E hoje não sei qual a expectativa que tem, depende dos tomadores de decisão, dos agentes políticos, usarem esses conceitos para promover ações específicas nessa região. Facilita uma atitude política”.

Ao ser perguntado sobre a possibilidade de expansão da região, o entrevistado respondeu que:

“Poderia ser, poderia ser. Isso é um questionamento interessante, porque uma região de boa parte do Pará que poderia ser incluída? Acho que poderia ser, mas aí eu acho que é uma decisão técnica que eu não saberia avaliar exatamente, nunca vi.

A terceira entrevista foi realizada com a ex-ministra do MAPA, a Katia Abreu (PDT-TO) que atualmente é Senadora pelo estado do Tocantins. Ao ser perguntada sobre as possibilidades de expansão da região do Matopiba, a Senadora respondeu que “não, territorialmente, não.”, e diz que “não tem como”. E ao ser questionada sobre o futuro da região, ela relatou que :

*“Agora o futuro do MATOPIBA, ninguém cerca, entendeu? O que vai acontecer? O Tarcísio, por exemplo, ele era do governo Dilma, é o ministro da infraestrutura, ele era do governo Dilma. O BNDES, o menino também, ele era do governo Dilma. A gente tava muito entusiasmado porque muita coisa a gente tinha feito no passado. **Eu acho que amadureceu muito o governador e a bancada do Tocantins, hoje a MATOPIBA todo mundo já fala, [...] E eu, com isso, estou conseguindo levar essas coisas, o mapa só das minhas regiões. Eu estou fazendo do ponto de vista pessoal, individual, com a universidade federal, com a universidade estadual, com os institutos federais, são 17 entidades, eu estou fazendo um desenvolvimento regional na margem direita do estado, que é mais pobre, com as minhas emendas. A Universidade Federal do Tocantins que está montando pra mim, eu escolhi as mais pobres, essa aqui é que tem um outro sentido, você esquece isso, mas no plano de desenvolvimento regional é aqui, tá? E eu estou com as minhas emendas parlamentares, nós vamos asfaltar tudo isso, as ruas nós vamos, estamos levantando toda a parte agropecuária, toda a parte do turismo, Jalapão e sudeste, então nós estamos fazendo um plano de desenvolvimento econômico que vale a pena você... Não, o plano de desenvolvimento regional, porque como eu não sou governadora, sou só senadora, com as minhas forças eu construí um modelo que adapta ao tamanho do dinheiro que eu tenho, que são as minhas emendas parlamentares. Então eu vou bancar isso, se os outros parlamentares quiserem entrar pra dentro, tudo bem”** (Kátia Abreu, entrevista realizada no dia 27 de junho de 2019)*

A empresa contratada para fazer o estudo proposto pela ex-ministra quando ainda estava no ministério foi a Boston Consulting Group - BCG, uma empresa americana. O objetivo era fazer o planejamento e o plano diretor de desenvolvimento regional do Matopiba. Ao ser perguntada sobre a participação de outros institutos de pesquisa, ela respondeu:

“IPEA não, quem fez pra mim um estudo muito profundo foi a BCG... Nós trabalhamos rápido demais, toda a parte de irrigação, de precisa irrigar, quais são as bacias, tudo, tudo. Isso aqui, um pedaço, é um comparativo de todas as regiões que se desenvolveram já, que são ex-MATOPIBA do Brasil” (Kátia Abreu, entrevista realizada no dia 27 de junho de 2019)

“Então, olha onde nós estamos, o tanto que estamos fracos, olha Ribeirão Preto, olha o oeste catarinense, eles já ultrapassaram MATOPIBA, mas no início eles eram MATOPIBA” (Kátia Abreu, entrevista realizada no dia 27 de junho de 2019)

“Aqui, que o Blairo tem medo de nós, é aqui ó. O Blairo tem horror. Aqui são todas as metas que nós queremos chegar das regiões ricas, aí você vai falar assim: ué, mas só essa meta aqui, você não quer alcançar ninguém? Você sabe por quê? Porque eu não preciso, olha a distância minha com o norte do Mato Grosso. Olha o custo por tonelada hoje, hoje não, 2015, 132 pra 716, o medo dele tá bem aqui, ó. Somos competitivos. Aí nesse desenvolvimento regional nós íamos colocar tudo, a parte saúde, educação, renda e o desenvolvimento regional e a infraestrutura, desenvolvimento das cadeias produtivas” (Kátia Abreu, entrevista realizada no dia 27 de junho de 2019)

Em 2019 o Matopiba foi mencionado no Senado Federal pela Senadora Kátia Abreu com um discurso que ainda emerge as mesmas questões. Porém, ela demonstrou sua preocupação no que tange as questões sobre o desmatamento no Matopiba, já que o crime renderia prejuízos no setor de exportação.

Houve também a instituição da Frente Parlamentar do Matopiba pelo Senador Roberto Rocha (PSDB-MA), no Projeto de Resolução do Senado N° 32, de 2019. O Senador destacou que:

“Um dos pontos principais, na minha opinião, pelo qual me bato há muito tempo, é que essa região, como tantas outras do Brasil, está sofrendo uma devastação muito grande das suas florestas, e também das áreas todas do Cerrado, de forma descontrolada e irregular. Eu, que conheço bem a área da Bahia[...] e que um dos maiores problemas dessa região, agora e futuramente, poderá ser o problema da água de subsolo e de

superfície – não só os aquíferos, que são abundantes nessa região, como também as águas de superfície, de nascentes, de riachos e de rios” (SENADO FEDERAL, 02 de setembro de 2019).

A Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) também chamou atenção para a mesma questão, e afirmou que:

“enquanto o Brasil cresceu 12% na produção de grãos, o Matopiba cresceu 45% sem desmatar, sendo o campeão do não desmatamento ilegal. Então, isso é um feito extraordinário. Por ser a última fronteira agrícola do País, nós queremos fazer tudo corretamente. Queremos fazer corretamente não só porque a lei impõe, mas pela consciência nossa de que os produtos produzidos com respeito ao meio ambiente terão valor agregado. O futuro do mundo é pagar, remunerar quem faz a coisa certa, e o Brasil é o campeão de fazer a coisa certa. Se nós tivemos agora uma discussão extemporânea e indevida com relação a desmatamento novamente e queimadas, isso é um assunto do passado e nós não podemos reativá-lo. Esse assunto tem que ser encerrado e nós temos que continuar...”

“[...] com a questão ambiental e a agropecuária pode nos custar caríssimo – e já começou a custar no Tocantins, já começou a custar na região, porque as traders, por compromissos que têm com o exterior, já estão querendo reduzir a compra de produtos de quem tenha desmatado nos últimos cinco anos. Desmatar nos últimos cinco anos não tem nada de ilegal. Desde que tenha a licença, se tiver desmatado no ano passado, não há problema nenhum, é legal. Agora, as empresas, diante do que aconteceu aqui no Brasil, com o aumento do desmatamento num ano só e queimadas, estão querendo limpar sua ficha lá fora e estão exigindo a compra de soja de quem não tenha desmatado. Tiraram cinco anos e pronto. Então, apenas estou chamando a atenção de que isso é perigoso e que nós não devemos brincar com esses temas que hoje viraram bandeira mundial”

No setor de produção os dados da “Projeções do Agronegócio -Brasil 2019/17 a 2026/2027”, o Matopiba é destacado como uma área estimada para a expansão por ser considerada com grande potencial produtivo. Quando comparado com o estado do Mato Grosso, o relatório indicou que o estado poderá perder espaço no processo de expansão de novas áreas devido aos grandes valores das terras, sendo mais que o dobro dos estados que compõem o Matopiba (MAPA,2017).A produção no Matopiba poderá passar de “20,5 milhões de toneladas em 2016/17 para 26,5 milhões em 2026/27” alcançando um limite superior que equivale a “ 33,0 milhões de toneladas de grãos”. Por outro lado, o relatório também advertiu para a possível condicionante da disponibilidade de hídrica para alcançar esses valores até o ano de 2027 (MAPA,2017:42).

Portanto, percebe-se que a discussão da Senadora atualmente concerne nas questões ambientais da região, apenas com intuito de manter a relação com o mercado internacional. Outros discursos que ocorreram no Senado sobre a questão das terras foram abordados pelo Senador Luís Carlos Heinze (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP – RS), quando relatou sobre a ação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal sobre a “Operação Faroeste” realizada no Oeste da Bahia. Essa ação refere-se aos casos de esquema de corrupção e grilagem de terras na região por desembargadores, juízes e o pelo Presidente do Poder Judiciário do estado. Segundo o Senador, os “empreendedores gaúchos, permanecem fora da posse de suas terras, que foram adquiridas licitamente, de boa-fé, há dezenas de anos” e devido a isto foram prejudicados.

É importante ressaltar também que desde de 2016 representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais-AATR e entre outros movimento sociais, já haviam feito denúncias sobre os impactos na região do Matopiba e sobre as práticas de grilagens, como consta na Ata da 96ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação participativa do Senado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tornou-se desafiadora ao utilizarmos das técnicas de análise sobre os discursos políticos /discurso parlamentar para delinear o percurso da criação da região do Matopiba a partir das intenções políticas.

Considerando o desenvolvimento e aplicação da metodologia proposta, identificar o discurso político enquanto ação e criação surgem como uma nova abordagem para ser utilizada considerando o momento em que o campo das reflexões parte do poder político. Assim, assumindo os riscos da extensa complexidade do assunto e da vasta literatura disponível acerca do Matopiba, concluímos que as possibilidades de realizar outros estudos usando dessa técnica de análise de discurso ainda não foram esgotadas.

Consideramos para esta pesquisa o discurso enquanto um elemento chave na criação da região construindo um espaço de significados. Como analisado no primeiro momento os discursos vocalizados na Câmara dos Deputados Federal desde do ano de 2009 foi consonante para a consolidação da região, para a sua criação e para o seu desenvolvimento, e assim, com a certeza de que uma vez institucionalizada a região seria o centro dos interesses particulares e que propiciaram a inserção do capital com mais flexibilidade.

Os caminhos pelos interesses pessoais estão explícitos. Uma vez que a relação de poder na política do agronegócio surge das intencionalidades, possibilitou interferências diretas na gênese da região, por mais que os impactos resultantes dessas ações acentua-se nas desigualdades socioespaciais e seguindo uma lógica de apropriação e reprodução capitalista na produção do espaço.

Portanto, os discursos estão atribuídos as ações que obscurece as intencionalidades embutidas e o caráter persuasivo que estão condicionados na mesma ordem. Nessas nuances políticas, o cenário da região não mudará seu foco e seu objetivo, mas por outro lado, os impactos e conflitos permaneceram em curso, como denunciado em diversas pesquisas científicas.

Constatando que a formação discursiva dos enunciados do Matopiba fora determinante para cumprir as metas das suas diretrizes focadas na infraestrutura, classe média rural, inovação e tecnologia. Essas ações foram estratégicas políticas dos investimentos de programas do Governo Federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento -PAC. Como destacado por Souza (2017) o Matopiba foi legitimado com o Plano de Desenvolvimento Agropecuário, criando-se então uma região como ferramenta de viabilização territorial para beneficiar ainda mais o setor do agronegócio no Brasil.

Esse cenário reafirma como o discurso legitimou a região do Matopiba, invisibilizando as desigualdades que advém do desenvolvimento incentivado desde da década de 1970. Dessa forma, a região torna-se então como um campo de ação e controle político protegidos pelo Estado e legitimado pelo capital. Nas invisibilidades dos discursos enunciados o futuro do Matopiba é projetado numa escala nacional com a ideia de progresso enquanto bem-estar social, emprego e renda, fortalecendo uma classe média dominante que integra o grupo das elites do agronegócio.

A formação da região foi através dos seus discursos de inovação tecnológica fundada em uma lógica integralista e de credibilidade. Esses discursos mostraram que as diretrizes definidas no decreto alcançaram uma parte das propostas que estão em curso de consolidação. Além do mais, o espaço de construção dessas pautas detém das regras do convencimento como caminhos para a aprovação da proposta. Ao passo que fomos realizando as coletas dos documentos foi possível identificar o *ethos de credibilidade* no discurso da parlamentar Kátia Abreu (PMDB-TO) que foi ministra da Agricultura entre os anos de 2015 e 2016 e responsável pelo decreto que instituiu o Matopiba. Não utilizamos do conceito para desenvolver este trabalho, mas buscamos salientar essa definição para entendermos o principal papel da ex-ministra à frente do projeto -já que todos os elogios do parlamento foram direcionados a ela- e a importância do seu papel político em busca de apoio.

Nesse sentido, Charaudeau (2013, p.120,) explica que “no discurso político a credibilidade é fundamental, uma vez que o desafio consiste em tentar persuadir determinado público de que se tem certo poder”. E define três condições para satisfazer a credibilidade, sendo: a condição de *sinceridade*, que como no discurso de informação, obriga a dizer a verdade; condição de *performance*, que -como acontece com todo o discurso que anuncia decisões e é feito de promessas-obriga a aplicar o que se promete; e a condição de *eficácia*, que obriga a provar que o sujeito tem os meios de fazer o que promete e que os resultados serão positivos (2013, p.120).

Portanto, nota-se então, que o projeto é um exemplo dessa “credibilidade” que possibilitou elencar essas relações e os interesses que estão presentes nos discursos e ações dos parlamentares que “institucionalizaram” esta região. Uma vez que a ministra precisava da aprovação do parlamento para consolidar - entoada por ela- a **“última fronteira agrícola do Brasil e quem sabe do mundo”**, evidenciando suas iniciativas e proposições reforçando a importância do discurso do desenvolvimento para conduzir o decreto do Matopiba. Nessa premissa, buscamos nas palavras de Bourdieu (1997), entender que no campo político os adversários lutam em prol dos seus princípios de visão do mundo social, sendo comum convocar para testemunhar e depor, reforçando essas visões e impondo seus princípios.

Considera-se então que o Matopiba não tem o mesmo espaço político como conquistado em 2015, mas o projeto já está em curso dominando o Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa regionalização não será revertida, o processo de apropriação do capital será mais intensificado. Enquanto existir terra para desapropriar e terra para plantar *commodities*, ainda permanecerá sobre o controle e domínio do Estado e do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luiz Eduardo. **A troca das palavras e a troca das coisas: Política e linguagem no Congresso Nacional.** *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 329-356, Oct. 2005. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200001&lng=en&nrm=iso. Accesson 05 Feb. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132005000200001>.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal.** ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 421p.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cintia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** *Revista NERA*, v. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990. 234p.

_____. **O poder simbólico.** Tradução de: Fernando Tomaz. 9. ed. Rio de Janeiro: B. Brasil, 2006.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria N° 181, de 2 de outubro de 2015. Diário Oficial da União, seção 2, Brasília, DF, n. 190, p. 4-5, 5 out. 2015.

BRASIL. Ata da Comissão de Meio Ambiente, N°1536/15, 27 ago. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=&txPartido=&txUF=&dtInicio=&dtFim=&txTexto=MATOPIBA&txSumario=MATOPIBA&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>. Acesso em 15 de junho de 2019.

_____. Congresso. Câmara dos deputados. Projeto de lei complementar. Aprovado 10 de maio de 2016. ed. Brasília, DF, 2016.

_____. Decreto federal nº 8. 447, de 6 de maio de 2015. ed. Brasília, DF, 2015. Disponível em [:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm#art2). Acesso em : 20 de novembro de 2019.

_____. Comissão de agricultura, pecuária abastecimento e desenvolvimento rural: Reunião 0767/15,02 de jun. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=&txPartido=&txUF=&dtInicio=&dtFim=&txTexto=MATOPIBA&txSumario=MATOPIBA&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>. Acesso em 15 de junho de 2019.

_____. Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara 2013.

_____. SENADO FEDERAL. **Atas da Comissão de Reforma Agrária, 7ª Reunião Extraordinária.** 19 de mar. 2015.

_____. SENADO FEDERAL. **Atas da Comissão de Reforma Agrária 4º Reunião Extraordinária.** 03 de mar. 2016.

_____. SENADO FEDERAL. **Atas da Comissão de Reforma Agrária, 7ª Reunião Extraordinária.** 19 mar. 2015.

_____. SENADO FEDERAL. **Atas da Comissão de Reforma Agrária, 18ª Reunião Extraordinária.** 21 mai. 2015.

_____. SENADO FEDERAL. **Atas da Comissão de Reforma Agrária, 25ª Reunião Extraordinária.** 09 jul. 2015.

_____. SENADO FEDERAL. **Atas da Comissão de Reforma Agrária, 26ª Reunião Extraordinária.** 16 jul. 2015.

_____. SENADO FEDERAL. **Atas da Comissão de Reforma Agrária, 28ª Reunião Extraordinária.** 13 ago. 2015.

_____. SENADO FEDERAL. **Atas da Comissão de Reforma Agrária, 04ª Reunião Extraordinária.** 03 mar. 2016.

_____. SENADO FEDERAL. **Atas da Comissão de Reforma Agrária, 22ª Reunião Extraordinária.** 14 jul. 2016.

_____. SENADO FEDERAL. **Atas da Comissão de Reforma Agrária, 27ª Reunião Extraordinária.** 20 out. 2016

_____. SENADO FEDERAL. **Projeto de Resolução do Senado, 21ª Reunião Extraordinária.** 23 ago de 2017; nº 23, de 2014.

_____. SENADO FEDERAL. **Projeto de Resolução do Senado. Criação das Frentes Parlamentares Regionais,** nº 32, de 2019.

_____. SENADO FEDERAL. **Projeto de Resolução do Senado. Institui a Frente Parlamentar do Matopiba,** 2019.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil.** Rio de Janeiro, Forense-Universitária/Edur, 1997.

BRUNO, Regina; CARVALHO, Abdias Vilar de. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder.** Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009. 284 p. ISBN 9788574783147.

BUHLER Ève Anne, OLIVEIRA, Valter Lúcio . **Néolibéralisation de la nature sur la frontière agricole du Cerrado nordestin, *Brésil(s)*** [En ligne], 13 | 2018, mis en ligne le 31 mai 2018, consulté le 29 janvier 2020. URL: <http://journals.openedition.org/bresils/2554>; DOI : 10.4000/bresils.2554

BUAINAIN, Antônio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Dinâmica da Economia e da Agropecuária no MATOPIBA.** Texto para Discussão (IPEA), v. 1, p. 1-56, 2017.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: CONexto

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2013.

_____, P. **Discurso Político**. In: EMEDIALO, W.; MACHADO, I.L.; MENEZES, W. *Análise do Discurso: Gêneros, Comunicação e Sociedade- Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, V 10, p.336.2006.*

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. CORRÊA, R. L. Região: globalização, pluralidade e persistência conceitual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5., 1994, Curitiba. Anais. Curitiba: Associação de Geógrafos Brasileiros, 1994, 614p., p.215-226

_____. CLAVALL, Paul. **Evolucion de la geografia humana**. 2. ed. Barcelona: Oikos-Tau, 1981. 240 p.

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94 p. (Série Princípios; 174).

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras O caso do MATOPIBA: Brasil**. Publicado em junho de 2018 pela FIAN International, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Disponível em: < <http://fianbrasil.org.br/relatorio-sobre-o-matopiba-aponta-impactos-da-financeirizacao-de-terras/> > Acesso em: 25/07/2019.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. Políticas Ambientais Seletivas e Expansão da Fronteira Agrícola no Cerrado: Impactos Sobre as Comunidades Locais Numa Unidade de Conservação no Oeste da Bahia. **Revista Nera**, n. 47, p. 321-347, 2019.

ELIAS, Denise. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v.13, n.2, p.153, nov.2011. ISSN2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400/376>>. Acesso em: 28 jun. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153>

_____. **A cidade e o campo: ambiente e sociedade**. In: SPOSITO, E. S.; SILVA, C. A. da; SANT'ANNA Neto, J. L.; MELAZZO, E. S. (Org.). *A diversidade da geografia brasileira. Escalas e dimensões da análise e da ação*. 1ed. rio de janeiro: Consequência, 2016, p. 211-232.

_____. **Construindo a noção de região produtiva do agronegócio**. OLIVEIRA, H. C. M. de; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (Org.). *Cidades médias e região*. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 19-56.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmica territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado**. São Paulo: Prefixo Editorial 92545, 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London: Longman, 1989. 259 p.

_____, Norman. **Discurso e mudança social**. 2ª ed. Brasília: Editora da UNB, 2016.

FERNANDES, Claudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. Trilhas Urbanas, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil**. Revista NERA, v. 22, n. 50, p. 208-238, set.-dez., 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: ed. Loyola, 1996.

_____. **Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7.ed.-Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREDERICO, Samuel; BUHLER, Ève Anne. **Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia**. ALVES, V. E. L. (Org.). Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, v. 1, p. 199-226.

GOMES, Paulo Cesar. **O conceito de região e sua discussão**. CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.; CORRÊA, R.L. (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. v. 1. 208p.

_____. **Des-Territorialização e Identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: UFF, 1997. 320p.

_____. **Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas**. Antares: Letras e Humanidades, n° 3.p.02-24, dossiê regionalidade, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. **O Novo Imperialismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 1ªEd. São Paulo: Edições Loyola, 2004, 187 p. ISBN:85-15-02971-5.

_____. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. 1. Ed. –São Paulo: Boitempo, 2016.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dinâmica Econômica, Infraestrutura e Logística no Matopiba**. Brasília: Ipea, 2018. Disponível:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3315:td-2382-dinamica-economica-infraestrutura-e-logistica-no-matopiba&catid=411:2018&directory=1> Acesso em: 21 jun.2019.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O Prodecer e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 2010.

MALDIDIER, Denise. **Éléments pour une histoire de l’analyse du discours en France**. In: Jacques Guilhaumou et alii: Discours et archive. Expérimentations en analyse du discours. Liège: Mardaga éd., 1994. PÊCHEUX, M.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**.3. ed. Campinas, São Paulo: Pontes,1997.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. de;(Coord.). **Brasil em Relevo**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; MAGALHÃES, Luciola Alves.; CARVALHO, Carlos Alberto de. **Proposta de delimitação territorial do Matopiba**. Campinas: Embrapa; GITE, maio 2014. (Nota Técnica, n. 1). Disponível em: <<https://goo.gl/vBROXd>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

OLIVEIRA, Valter Lúcio, BÜHLER, Ève Anne. Técnica e natureza do desenvolvimento do “agronegócio”. **Caderno CHR**, 29, 261 – 280, 2016.

PEREIRA, Mirlei Fachin Vicente. Potencial Idades da Análise Regional no Estudo das Tendências de Modernização e Fragmentação do Território. **Revista de C. Humanas**, Vol. 9, Nº 1, p. 13-22, Jan./Jun. 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise do discurso político. **Revista Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 24, p. 78-109, 2006.

PIRES, Selma Souza., RODRIGUES, Marlana Portilho., MESQUITA, Bejamin Alvino de. A Expansão do Agronegócio e a Expropriação Agrária da Amazônia. **Acta Científica XXIX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología 2013**. ISBN: 978-956-19-0828-4. Disponível em:<<http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8> > Acesso em: 19 jul. 2019.

PIRES, Mauro Oliveira. **Desenvolvimento e Sustentabilidade: um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)**. Dissertação de mestrado UnB.Brasília,1996, mimeo, 200 p.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

RIBEIRO, Ana Clara. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, Esther; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. **Brasil século XXI: por uma nova**

regionalização? Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro: Max Limonad/CNPq, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** - 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. Matopiba: uma nova fronteira agrícola ou um reordenamento geográfico do agronegócio e dos espaços produtivos de “cerrados”? **Cadernos do Ceas**, v. 245, p. 570-600, 2018.

SAUER, Sergio.; BORRAS, Jun. 'Land grabbing' e 'green grabbing': uma leitura da corrida na produção acadêmica. **Campo - Território**, v. 11, p. 6-42, 2016.

SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira: estratégias discursivas para a ação do capital no campo.** 2011. 283 f.: il., mapas. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105018>>.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** Revista NERA, v. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **O cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais.** Brasília: Confea, ano, 2009.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos.** 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PAIVA, Cláudia Gomes. **Uma viagem pelo discurso parlamentar: gênero discursivo por desvendar.** 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília.

PEREIRA, Lorena Izá.; PAULI, Lucas. O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do MATOPIBA. **Campo - Território**, v. 1, p. 196-224, 2016.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de. **A elaboração da viabilidade territorial para o agronegócio na região do Matopiba.** 2017. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2008.

VOGEL, Luiz Henrique; MARTINS, Ricardo.; XAVIER, Rejane. **O poder legislativo no Brasil, um estado republicano, democrático e representativo.** Disponível em:

<http://www.camara.leg.br/Internet/Eventos/diaparlamento/dia_parlamento_material_apoio.pd> Acesso em: 10 de ago.2018.

YOSHI, Kazuhiro. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento do cerrado. In: YOSHI, Kazuhiro; CAMARGO, Amabilio.J.A; ÁLVARO, Luiz Orioli, **Monitoramento Ambiental nos Projetos Agrícolas do Prodecet**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p.162.2000.

APÊNDICE

A) Questionário das entrevistas

Ofício nº 01/2019

10 de Junho de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Kátia Regina de Abreu

Assunto: Solicitação de entrevista destinada à pesquisa em âmbito acadêmico.

Excelentíssima Senadora,

Solicito à V. Exa. a disponibilidade em conceder uma entrevista para uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Curso de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília-UnB de responsabilidade da discente Cíntia Lima Gonzaga, orientada pelo Prof. Dr. Juscelino Eudâmidas Bezerra. A pesquisa tem como objetivo analisar a gênese da região do MATOPIBA na atuação parlamentar a partir da análise do discurso regional. Outrossim, pretende-se perscrutar como regiões são criadas a partir da ação política dando origem a novas formas de regionalização.

A pesquisa apresentada é uma confluência de estudos e discussões sobre a trajetória da região MATOPIBA que busca compreender a definição da “última fronteira agrícola”, tendo como orientação os discursos dos parlamentares. A ideia central é compreender a gênese do recorte territorial e identificar quais os projetos em prol do agronegócio que estavam sendo desenvolvidos nos estados do MATOPIBA antes e depois. A princípio, busca-se responder duas perguntas: quais foram os atores principais da criação desse projeto? Quais eram as expectativas com a criação da região do MATOPIBA? Quais os cenários possíveis para a região do MATOPIBA no contexto da atuação do novo Governo?

Abaixo indicamos as perguntas norteadoras a serem exploradas na entrevista:

1. Qual era a sua função no início da discussão sobre o MATOPIBA?
2. Porque criar o MATOPIBA?
3. Como o projeto chegou até o MAPA e quais foram as primeiras iniciativas tomadas?
4. Como foi a decisão do recorte territorial da região do MATOPIBA?
5. Qual foi o perfil buscado para a implantação do MATOPIBA?
6. Quais os personagens envolvidos na criação do MATOPIBA (Políticos, empresários, etc.) e quais eram suas funções?
7. Quais eram as expectativas do Governo Federal com a criação e implantação do MATOPIBA?
8. Quais são os projetos e expectativas do Governo atual?
9. Qual o Futuro do MATOPIBA? Qual o presente do MATOPIBA?
10. O projeto MATOPIBA de fato existiu/existe ou foi/é apenas um projeto?

Atenciosamente,
Cíntia Lima Gonzaga
Mestranda em Geografia- UnB